

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

MARINA HAUSSAUER

**Desafios da gestão de coleções em bibliotecas públicas na
contemporaneidade:**
um estudo amparado em princípios da bibliodiversidade

São Paulo
2022

MARINA HAUSSAUER

Desafios da gestão de coleções em bibliotecas públicas na contemporaneidade: um estudo amparado em princípios da bibliodiversidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo dos Santos

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pela autora

Haussauer, Marina
Desafios da gestão de coleções em bibliotecas
públicas: um estudo amparado em princípios da
bibliodiversidade / Marina Haussauer; orientador, Marcelo
dos Santos. - São Paulo, 2022.
123 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Desenvolvimento de coleções. 2. Biblioteca pública.
3. Bibliodiversidade. I. Santos, Marcelo dos. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

MARINA HAUSSAUER

HAUSSAUER, M. **Desafios da gestão de coleções em bibliotecas públicas na contemporaneidade**: um estudo amparado em princípios da bibliodiversidade. 2022. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo dos Santos
Departamento de Informação e Cultura – ECA-USP

Profª. Dra. Asa Fujino
Departamento de Informação e Cultura – ECA-USP

Luise de Jesus Souza
Supervisora de Acervo da Biblioteca Mário de Andrade

Dedico este trabalho ao meu pai, por ter estado sempre atento à minha educação, por apoiar minha liberdade intelectual e minha curiosidade literária; à memória e saudade dele, nas quais eu me apoiei fortemente para chegar quase inteira a este momento.

The sun will lead us, our reason to be here. (Soon, Yes)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor e orientador, Marcelo dos Santos, pela paciência e pelas conversas; por compreender e aceitar as mudanças que fiz nesta trajetória e pela empatia durante meu processo de luto;

À minha mãe, primeiramente pela vida e pela energia vital que sua existência traz para o meu ser. Sou grata por ter a oportunidade de te orgulhar com este trabalho e vivenciar esta conquista compartilhando o riso, o choro, correndo para o seu colo e desfrutando da sua alegria e resiliência.

À Elisa, minha companheira, que esteve ao meu lado todos os dias desta caminhada – desculpe pelas crises, por eu te azucrinar falando sobre bibliotecas públicas e bibliodiversidade e obrigada por dividir seus chocolates e sua companhia comigo. Você foi luz, amor e amparo.

Aos amigos, colegas e familiares mais próximos que procuraram compreender minha dor, meus sumiços e aceitaram meu estado monotemático.

Ao Dirceu, meu amigo, pela força, por ter estado mais presente neste ano difícil e por fazer que eu pudesse garantir a qualidade deste texto.

À minha gatinha Afrodite (Frófris) e ao meu hamster, o Chihiro (Hirinho), que fizeram o processo de escrita e a passagem dos meses serem mais prazerosos e menos dolorosos com suas fofuras diárias.

Agradeço à Equipe do Sistema Alexandria Online de Bibliotecas pela gentileza em me ajudar com os dados da OPAC.

Agradeço à Biblioteca Mário de Andrade pela oportunidade de expandir minhas contribuições à instituição – especialmente à Supervisora de Acervo e ao Setor de Aquisições, minha atual casa, pelo grande incentivo e pelas discussões decisivas para o seguimento da pesquisa; às coordenadoras da Seção Circulante, pelos dados repassados e pela empolgação e pelo carinho com meu tema; à Direção e equipe de Supervisão de Planejamento pela bondade em acolher a ideia desse trabalho tão bem.

Por fim, agradeço ao meu pai que, mesmo em sua ausência física, esteve e estará sempre por perto, sendo meu primeiro e mais intenso farol.

Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso. (ADICHIE, 2014)

RESUMO

HAUSSAUER, M. **Desafios da gestão de coleções em bibliotecas públicas na contemporaneidade**: um estudo amparado em princípios da bibliodiversidade. 2022. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Diversidade, de um modo geral e em função do que representa nos dias atuais, constitui uma palavra-chave na caracterização das sociedades. Neste sentido e compreendendo, dentre outras, a função social das bibliotecas públicas no que diz respeito à democratização do acesso à informação, este trabalho tem o objetivo de entender e refletir sobre os desafios da gestão de coleções em bibliotecas públicas, investigando como determinados princípios da bibliodiversidade podem ser utilizados na formação e manutenção dessas coleções. Como ferramentas para a análise dos dados, realizamos estudo da literatura e um estudo de caso, em que descrevemos os princípios da bibliodiversidade, analisamos a fortuna crítica e elaboramos uma síntese das estratégias adotadas pela instituição, sinalizando a importância dos acompanhamentos da aceitação e utilização dos materiais por parte da comunidade de usuários. Concluímos que ainda faltam investimentos e estudos focados nas necessidades dos usuários para atingir a bibliodiversidade plena. Portanto, a formação e manutenção de coleções não é tarefa simples, sobretudo em função da multiplicidade de públicos e interesses. Assim, entende-se que os princípios da bibliodiversidade representam uma alternativa na busca por maior aproximação entre biblioteca pública e respectivas comunidades, tendo em vista que os referidos princípios auxiliam repensar a formação e manutenção de acervos.

Palavras-chave: Desenvolvimento de coleções. Biblioteca pública. Bibliodiversidade.

ABSTRACT

HAUSSAUER, M. **Challenges of public libraries collection management in contemporaneity**: a study based on principles of bibliodiversity. 2022. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Overall, diversity, mainly due to the function it currently serves, is a keyword in society characterization. Thus, considering the social function of public libraries regarding democratization of access to information, this study is aimed at understanding and reflecting on the challenges of collection management in public libraries, investigating how some principles of bibliodiversity can be used in collection development and management. As tools for analysis of data collected in the case study, we describe the principles of bibliodiversity, analyze the literature on the subject, and devise a synthesis of strategies adopted by the institution, highlighting the importance of monitoring the acceptance and usage of material by library users. We conclude that investments and studies still lack that focus on user needs to achieve full bibliodiversity. Therefore, collection development and management is no simple task, especially considering the multiplicity of publics and interests. Hence, one can see the principles of bibliodiversity represent an alternative in the search for greater proximity between the public library and the respective community, as those principles help rethink collection development and management.

Keywords: Collection development. Public libraries. Bibliodiversity.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Processo de desenvolvimento de coleções..... | 51 |
| Figura 2 – Dados de frequência de público na BMA, primeiro semestre de 2022..... | 62 |
| Figura 3 – Organograma hierárquico da BMA | 65 |
| Figura 4 – Gênero dos usuários da BMA..... | 70 |
| Figura 5 – Idade dos usuários da BMA..... | 71 |
| Figura 6 – Autodeclaração de raça dos usuários da BMA | 71 |
| Figura 7 – Perfil de deficiências dos usuários da BMA | 71 |
| Figura 8 – Uso da BMA pelo público | 72 |
| Figura 9 – Acervos mais utilizados pelo público | 73 |
| Figura 10 – Nuvem de palavras com os termos mais pesquisados no OPAC (15/07 a 15/10) | 90 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Dados de frequência 2019 da BMA..... | 62 |
| Quadro 1 – Critérios para considerar livros como bibliodiversos utilizando o acervo da BMA..... | 81 |
| Quadro 2 – Resposta de indicações de usuários filtradas segundo critérios da bibliodiversidade | 86 |
| Quadro 3 – Livros mais reservados na Seção Circulante | 88 |
| Quadro 4 – Comentários no Instagram sobre os eventos | 98 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------------|---|
| BRAPCI | Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação |
| BMA..... | Biblioteca Mário de Andrade |
| CDD | Classificação Decimal de Dewey |
| CG | Coleção Geral |
| CIRC | Seção Circulante |
| CNPq..... | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| DOESP | Diário Oficial do Estado de São Paulo |
| Enancib..... | Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação |
| FMA | Festival Mário de Andrade |
| ICIP | Comitê Internacional de Editores Independentes |
| IFLA..... | Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias |
| Libre | Liga Brasileira de Editoras |
| PDC | Política de Desenvolvimento de Coleções |
| PMLLB..... | Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca |
| PNL | Política Nacional do Livro |
| PNLL..... | Plano Nacional do Livro e Leitura |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPAC | Catálogo de Acesso Público On-line (<i>Online Public Access Catalog</i>) |
| SACE..... | Supervisão de Acervo |
| SAT | Supervisão de Atendimento |
| SAQ..... | Setor de Aquisições |
| SEI..... | Sistema Eletrônico de Informações |
| SMC | Secretaria Municipal de Cultura |
| Unesco..... | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1.1 Problema de pesquisa e hipótese de trabalho | 17 |
| 1.2 Objetivos | 18 |
| 1.3. Motivação e justificativa | 19 |
| 1.4 Estrutura e organização do trabalho | 22 |
| 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 24 |
| 2.1 Estudo da literatura e elaboração do quadro teórico de referências | 25 |
| 2.2 Desenvolvimento de um estudo de caso..... | 26 |
| 2.3. Reflexões sobre a utilização dos princípios da bibliodiversidade na gestão de coleções..... | 27 |
| 3 UMA VISÃO GERAL DA BIBLIODIVERSIDADE | 28 |
| 3.1 Aspectos históricos..... | 29 |
| 3.2 Bibliodiversidade como instrumento para democratização do acesso à informação | 32 |
| 3.3 Formação de um acervo bibliodiverso: desafios e tarefas..... | 34 |
| 4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA..... | 37 |
| 4.1 As Diretrizes da IFLA e o Manifesto da Unesco..... | 39 |
| 4.2 Bibliotecas públicas da cidade de São Paulo..... | 42 |
| 4.3 Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca | 45 |
| 4.4 Importância da bibliodiversidade para as bibliotecas públicas | 47 |
| 5 PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES | 50 |
| 5.1 Uma visão histórica do desenvolvimento de coleções | 53 |
| 5.2 Etapas do desenvolvimento de coleções..... | 54 |
| 5.2.1 Estudo (perfil) da comunidade | 54 |
| 5.2.2 Política de seleção | 55 |
| 5.2.3 Seleção | 56 |
| 5.2.4 Aquisição..... | 56 |
| 5.2.5 Desbaste | 57 |
| 5.2.6 Avaliação..... | 57 |
| 5.3 Política de desenvolvimento de coleções | 58 |
| 6 ESTUDO DE CASO: BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE | 60 |
| 6.1 Biblioteca Municipal de São Paulo: história | 63 |
| 6.2 Estrutura administrativa e setorização da BMA | 65 |
| 6.2.1 O acervo circulante..... | 68 |

| | |
|---|-----|
| 6.2.2 Pesquisa de público 2022: dados preliminares..... | 70 |
| 6.3 O desenvolvimento de coleções da BMA e a PDC | 73 |
| 6.3.1 Aquisições..... | 75 |
| 6.3.2 O plano de metas..... | 78 |
| 7 A BIBLIODIVERSIDADE NA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE | 80 |
| 7.1 A bibliodiversidade no acervo da BMA: resultados | 82 |
| 7.1.1 Chamamento de editoras: 2020..... | 83 |
| 7.1.2 Indicações de usuários | 85 |
| 7.1.3 As obras mais emprestadas e consultadas na Seção Circulante | 87 |
| 7.1.4 Pesquisas no OPAC | 89 |
| 7.1.5 Crescimento do acervo circulante: temas bibliodiversos | 91 |
| 7.1.6 As exposições de livros..... | 92 |
| 7.2 Eventos pela promoção da diversidade | 93 |
| 8 DISCUSSÃO..... | 101 |
| 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 108 |
| REFERÊNCIAS | 111 |
| ANEXOS..... | 117 |

1 INTRODUÇÃO

De um modo geral, tradicionalmente, as bibliotecas – especialmente as públicas – são compreendidas como “portas de acesso ao conhecimento”. Tal compreensão se baseia, em geral, na incumbência e função social destas (enquanto dispositivos de informação) de viabilizar o acesso às informações contidas nos diversos documentos que compõem seus respectivos acervos. Nesse sentido, observa-se que estes materiais – incorporados e mantidos segundo critérios particulares a cada biblioteca – são de grande utilidade a seus usuários, reais e potenciais.

Particularmente, as bibliotecas públicas – em consonância com o que o termo “público” denota – são idealizadas para implementar e oferecer produtos e serviços informacionais, com base na aproximação de fontes e receptores de informação – algo que, de forma bastante sucinta, sintetiza o processo de mediação descrito por Martín-Barbero (2015). Tal processo, de um modo muito direto e ao encontro das cinco leis da Biblioteconomia postuladas por Ranganathan (2009), deve considerar proposições como “a cada leitor o seu livro” e “para cada livro o seu leitor” na referida aproximação, uma vez que “nem tudo serve para todos”. Sendo a mediação essencial para potencializar o acesso à informação, na formação e manutenção de acervos se identifica, portanto, a necessidade de conhecer o usuário do material coletado, armazenado e disponibilizado pelos dispositivos de informação.

Dessa forma, é preciso considerar a inclusão e a multiplicidade de temáticas como prioridade na gestão de acervos de bibliotecas públicas, dado que *diversidade*, além de ser uma das palavras-chave que caracterizam as sociedades ao longo da história, se trata de um conceito que tem contemporaneamente recebido mais atenção. Logo, espera-se que esses acervos também possam contemplar vozes e atores sociais diversos, com intuito de assegurar a pluralidade e democratização da biblioteca pública, dentre outros aspectos.

Há alguns anos, o termo *bibliodiversidade* surgiu em literatura especializada do segmento editorial para enfatizar as variedades de expressões culturais. Com isto, em uma de suas acepções, o termo se associa a manifestações culturais que buscam apresentar visões e modos de expressão em diferentes sociedades (ou comunidades) (SCHROEDER, 2009 *apud* SANTOS, 2017). Assim, a bibliodiversidade se relaciona com a oferta de materiais que ampliam o atendimento às necessidades informacionais de diversos grupos, favorecendo a multiplicidade cultural por meio do acesso a autores e pensamentos diversos, proporcionando deste modo uma formação comunitária e individual mais ampla e igualitária. Observa-se que

isto tem sido discutido e valorizado nos âmbitos culturais e editoriais, e o que representa é algo igualmente importante em bibliotecas públicas.

No contexto brasileiro, com vistas a estimular a leitura e fomentar o acesso à cultura, foram instituídas algumas iniciativas como a Política Nacional do Livro (PNL), pela Lei Federal nº 10.753, de 30 outubro de 2003, e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), pelo Decreto Federal nº 7.559, de 11 de setembro de 2011 (BRASIL, 2003, 2011). Em geral, tais iniciativas são materializadas em bibliotecas públicas, frente à condição que estas têm de “assumir o papel de centro de informação e leitura da comunidade” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 17).

Considerando a pluralidade cultural presente no Brasil, bibliodiversidade é um dos termos que aparece com frequência no Caderno do PNLL (BRASIL, 2014), e que tem o potencial de traduzir a necessidade de heterogeneização dos acervos das bibliotecas públicas, garantindo a diversidade de títulos e temas nas prateleiras e um espaço que abrigue distintos campos de conhecimentos e visões de mundo. O termo trata também de identidade cultural, e isso tende a ser benéfico tanto para a comunidade quanto para a biblioteca ou unidade de informação, pois isto possibilita, em parte, romper certos ciclos de imposição cultural e fortalece o desenvolvimento da cultura local. No âmbito bibliotecário, tal desenvolvimento perpassa pela produção editorial realizada por grupos menores, que estão fora dos grandes circuitos e são, tradicionalmente, denominados “editores independentes”. Suas publicações são em geral destinadas a públicos específicos, muitas vezes não contemplados em acervos de bibliotecas públicas, mas que podem ser de interesse das comunidades atendidas.

Por exemplo, diversas editoras independentes produzem materiais com temáticas associadas a questões raciais (como povos negros e indígenas), de gênero (violência contra a mulher, populações LGBTQIAPN+,¹ entre outras) e inclusões sociais (pessoas com deficiência, mulheres no mercado de trabalho etc.). No entanto, a presença de títulos destes temas em acervos de bibliotecas públicas, mostrando a bibliodiversidade brasileira, ainda é algo incipiente e que de alguma forma o PNLL tenta incentivar, conforme observaram Camillo e Castro Filho (2020).

Em São Paulo, contamos com o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB), que pontua bibliodiversidade como parte de seus princípios fundamentais e objetivos (SÃO PAULO, 2015). Em consonância com essa ideia, a Biblioteca

¹ Sigla que abrange pessoas lésbicas, gays, bi, trans, *queer*/questionando, intersexo, assexuais/aromânticas/agênero, pan-/poli-, não binárias e mais. Definição disponível em: <https://bit.ly/3U8TkP7>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Mário de Andrade (BMA), instituição municipal de nosso estudo de caso, tem assumido um papel importante em fortalecer e ampliar o acesso à diversidade literária para sua comunidade leitora. Com abertura de editais de chamamento, eventos e redação de documentos que colocam a bibliodiversidade em foco, a instituição segue a tendência descentralizadora do mundo dos livros, conforme averiguaremos em uma pesquisa documental com levantamento de dados de público e de empréstimos, procurando relacioná-los com o investimento na bibliodiversidade por parte da instituição e esboçando as primeiras conclusões sobre a recepção e demanda dos usuários.

1.1 Problema de pesquisa e hipótese de trabalho

De antemão, sabe-se da complexidade inerente à formação e manutenção de acervos em bibliotecas públicas, que em parte se relaciona com a diversidade de usuários e, consequentemente, com o comportamento informacional destes.

Há bastante tempo, possivelmente considerando as dinâmicas sociais e a crescente produção informacional, Ranganathan (2009) expôs que a biblioteca é um organismo em crescimento; porém, por diferentes razões, pondera-se que este crescimento – especialmente de acervos – não é e não pode ser infinito ou *ad aeternum*. Assim, frente às funções de cada tipo de acervo, a seleção, aquisição, manutenção, avaliação e o desbaste são norteados por determinados princípios (FIGUEIREDO, 1998; EVANS, 2000; MACIEL; MENDONÇA, 2000) que constituem “uma estratégia, um mecanismo para viabilizar um espaço social que expresse os anseios de um segmento da sociedade em relação às suas necessidades informacionais” (WEITZEL, 2012, p. 180).

A bibliodiversidade pode ser vista como uma promissora possibilidade de “romper” e/ou “desconstruir” determinados padrões. Isto tem como base uma entrevista on-line de Raquel Menezes (2018), na qual a editora, à época presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre), mencionou que “um país que precisa de mais pluralidade, de mais leitura, de mais consumo, de uma economia mais dinâmica e mais debates sem amarras; precisa de bibliodiversidade”.

Logo, neste trabalho, desenvolvido no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação, com enfoque em planejamento informacional, “propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos)” (TARAPANOFF, 2006, p. 19-20), formação e manutenção de acervos – com base na “aplicação de princípios administrativos à aquisição, organização

controle, disseminação e uso da informação” (2006, p. 21) – e considerando determinadas orientações do PNLL, a pergunta que norteou o desenvolvimento desta monografia se resume em: *como os princípios da bibliodiversidade podem ser utilizados no desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas e quais desafios se vislumbra para aquisição e disponibilização de acervos que contemplem estes princípios?*

Como hipótese de trabalho, conjectura-se que a adoção dos princípios da bibliodiversidade em acervos de bibliotecas públicas, em conjunto com os estudos de comunidade de usuários, pode contribuir para o aprimoramento de estratégias de seleção, tendo em vista a formação e manutenção de acervos que possam ser melhor utilizados pelos potenciais usuários. No entanto, esta adoção deverá observar e relacionar três aspectos fundamentais: a) a função social da biblioteca pública; b) as características e diversidades presentes nas comunidades atendidas; e c) atenção ao mercado editorial, principalmente às editoras independentes e de menor projeção no mercado.

1.2 Objetivos

No âmbito do PNLL, Camillo e Castro Filho (2020, p. 114) destacaram que o plano representa “uma política pública de promoção do livro, leitura e bibliotecas vista como um ato fundamental para o desenvolvimento humano, social e cultural dos brasileiros”. Isto reforça o papel das bibliotecas públicas na contemporaneidade em relação aos desenvolvimentos humano, social e cultural, por meio da oferta de produtos e serviços de informação.

Weitzel (2012, p. 180) esclarece que “não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza desse processo, tais como: o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem coleccionar”. Nesse sentido, os princípios gerenciais (planejamento, execução, controle e ação) aplicados aos acervos (ou coleções) constituem ferramentas essenciais no que também diz respeito ao acesso e uso de informações – especialmente com relação aos materiais (ou itens bibliográficos) que deverão fazer parte de um acervo.

Desta forma, devido ao fato de que a formação e manutenção de acervos destinados a diversos públicos – em perspectiva democrática do acesso à informação – constitui um desafio, este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a utilização dos princípios da bibliodiversidade no desenvolvimento (formação e manutenção) de coleções (recursos

informacionais) em bibliotecas públicas, de modo a contemplar as diferentes vozes e atores sociais de uma dada comunidade.

Para tanto, como objetivos específicos, foram estabelecidos:

- a) compreender as dimensões do que se denomina *bibliodiversidade* nos dias atuais, bem como descrever uma síntese dos princípios que norteiam estas dimensões;
- b) apresentar um panorama, com base na literatura, acerca das abordagens utilizadas no desenvolvimento de coleções;
- c) sistematizar e discutir como os princípios da bibliodiversidade podem contribuir para o aprimoramento de estratégias de formação e manutenção de acervos para públicos diversos.

1.3 Motivação e justificativa

Como se sabe, o Brasil é um país de dimensão continental, bastante diverso em termos de etnias, hábitos/costumes e elementos culturais. Contudo, observa-se que esta mesma diversidade e riqueza em termos culturais tradicionalmente não se reflete em termos de recursos informacionais, cujo acesso é viabilizado por bibliotecas públicas. Em parte, isto se relaciona à produção bibliográfica – que, desenvolvida por grupos editoriais de menor expressão, é restrita – e à costumeira seleção e aquisição de materiais bibliográficos “mais gerais”, os quais aparecem nos principais circuitos editoriais.

Por outro lado, a implementação do PNLL busca fomentar a “visibilidade da bibliodiversidade, da produção editorial brasileira e ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do país” (BRASIL, 2014, p. 26). Assim, a motivação para o desenvolvimento deste trabalho teve como base este estímulo para privilegiar a bibliodiversidade para a formação de acervos de bibliotecas públicas, com o intuito de fomentar a leitura, pois a

leitura é fator determinante no acesso às obras literárias e artísticas e suas riquezas culturais, na interpretação da informação disponibilizada pelos meios de comunicação, na formação e manifestação do juízo crítico e no desenvolvimento e circulação do conhecimento. (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020, p. 115)

Há uma certa tendência de os acervos das bibliotecas públicas contemplarem somente as “obras clássicas”, com pouca (ou nenhuma) aproximação/aderência a elementos da cultura local – algo que pode resultar em um dado “desinteresse” por suas coleções – o que faz da aplicação da bibliodiversidade um desafio, pois isto obriga estas instituições a repensarem a formação e manutenção de seus acervos.

Pelo fato de que “formar e desenvolver coleções vai mais além que selecionar e adquirir obras” (WEITZEL, 2012, p. 180), imagina-se que os procedimentos de “estudo da comunidade (perfil da comunidade), políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação” (2012, p. 180) devem privilegiar o fato de que

bibliodiversidade é uma grande quantidade de expressões culturais e de diferentes expressões culturais, visões e modos de expressar-se que existem entre as sociedades [...]. Acesso a muitos títulos, desde as histórias em quadrinhos aos belos livros ilustrados são fatores essenciais que despertam o interesse pela leitura, e eliminar do imaginário das crianças e jovens que a leitura é uma obrigação, pois a leitura vai além dos livros. (SCHROEDER, 2009, p. 10 *apud* SANTOS, 2017, p. 4)

Com isto, compreende-se que este trabalho se justifica pelo fato de que

as bibliotecas – especialmente as públicas – tenderam, historicamente, a se estruturar em função das demandas e dos interesses dos grupos sociais que detêm o poder político, econômico e cultural. E, ainda que aberta a todos, suas decisões e formas de organização se fizeram, por um longo período, somente para as pessoas inseridas na cultura escrita. A maioria das pessoas – por falta de instrução, de identidade ou até pela dificuldade objetiva de acesso – não se incluía (e ainda não se incluía) no público usuário. (BRITTO, 2015, p. 41)

Apesar disto, é possível notar que tem havido preocupações por parte de algumas bibliotecas públicas em gerir e repensar suas aquisições e políticas de desenvolvimento de coleções, considerando cobrir uma lacuna de materiais de “produção periférica”, com representação e discussão de minorias, literatura e teorias de países africanos (de língua portuguesa ou não), livros sobre questões raciais e de países historicamente colonizados.

Trata-se do início de uma caminhada e os pontos a serem analisados se relacionam com os desafios presentes na formação e manutenção de acervos, com base nos princípios da bibliodiversidade, procurando entender como se daria um desenvolvimento de coleções a partir de tal perspectiva.

Ainda, como justificativa, destaca-se que a Biblioteconomia tem um papel importante para auxiliar na maneira como novas produções, ideias e propostas de libertação de grupos historicamente condenados e excluídos podem receber seu devido mérito. Apesar de haver todo

um corpo teórico na perspectiva da Biblioteconomia e Ciência da Informação, como os estudos e produções de Waldomiro Vergueiro (1989), Edward Evans (2000) e Simone Weitzel (2002, 2006, 2009, 2012), que tratam da formação de recursos informacionais e coleções, percebe-se que este é subsidiado por princípios que, em diversas situações, não contemplam necessidades informacionais de públicos específicos, com suas novas demandas e a existência de documentos de diversas naturezas e proveniências os quais os interessam. Logo, percebe-se que é algo inadequado pensar um serviço de informação de maneira estritamente tradicional.

Embora o termo *bibliodiversidade* esteja fortemente vinculado ao mercado editorial, conforme já exposto, o termo tem aproximações com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Assim, apenas para ilustrar como o tema é pouco abordado na literatura especializada das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em uma consulta na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) utilizando o termo “bibliodiversidade”, apenas três trabalhos foram encontrados – um de 2011 (ESTABEL; MORO, 2011), um de 2020 (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020) e outro de 2021 (ESTABEL; MORO, 2021). Porém, nenhum deles com enfoque na gestão de coleções.

Em termos de grupos de pesquisa que estudam a bibliodiversidade registrados na base de grupo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi encontrado apenas um, denominado “Grupo de Pesquisa em Cultura, Conhecimento e Inovação”, vinculado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido e cuja linha de pesquisa, chamada “Bibliodiversidade, gestão e *marketing* editorial”, é voltada à área de Editoração.

Por outro lado, apenas para mencionar a atenção que tem sido dedicada à diversidade, em sua 22ª edição, o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Enancib) passou a ter um grupo de trabalho – o décimo segundo do evento – dedicado a discussões sobre raça, sexualidades, gênero, teorias críticas, feministas e *queer*; estudos étnico-raciais, saberes e atividades científicas em ambientes informacionais comunitários, estudos decoloniais e críticos da branquitude. Intitulado “Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades”, coordenado por Izabel França de Lima, doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Federal da Paraíba (PROGRAMAÇÃO..., 2022).

Embora a bibliodiversidade não se restrinja à diversidade da forma tratada no grupo de trabalho do Enancib, em geral percebe-se que as discussões e produções bibliográficas do grupo usualmente são realizadas por editoras periféricas, as quais se enquadram no conceito de bibliodiversidade.

O grupo de trabalho do Enancib considera bibliodiversidade na forma observada na PMLLLB de São Paulo, por exemplo, em que o estímulo à bibliodiversidade e a defesa e a promoção da diversidade cultural, de gênero, étnico-racial, política e de pensamento são princípios fundamentais e procura trazer o debate e o fomento à literatura não hegemônica, à literatura marginal periférica e à literatura de mulheres, negros e LGBTQIAPN+ (SÃO PAULO, 2015).

1.4 Estrutura e organização do trabalho

Este trabalho foi dividido em nove capítulos, sendo este, a introdução, destinado aos aspectos iniciais do tema e sua contextualização, à apresentação da hipótese e do problema de pesquisa, aos objetivos geral e específicos e, por fim, à motivação e justificativa para o desenvolvimento deste estudo.

No segundo capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados: a) estudo da literatura e elaboração do quadro teórico de referência; b) desenvolvimento de um estudo de caso; e c) reflexões sobre a utilização dos princípios da bibliodiversidade na gestão de coleções.

Em seguida, no terceiro capítulo, ofereceremos uma visão geral da bibliodiversidade, na qual são apresentados o histórico e os conceitos presentes na literatura que forneceram subsídios para o estudo, e reflexões acerca dos desafios da gestão de coleções baseados nos princípios da bibliodiversidade. O capítulo começa com uma visão histórica, segue com algumas reflexões sobre a bibliodiversidade como instrumento de democratização, para chegar aos desafios e tarefas para formação de um acervo bibliodiverso.

O capítulo seguinte, “Características gerais da biblioteca pública”, é dividido em quatro seções, em que estão descritas as Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); um histórico das bibliotecas públicas da cidade de São Paulo; um trecho sobre a instituição da PMLLLB e um tópico de reflexão sobre a importância da bibliodiversidade nas bibliotecas públicas.

No quinto capítulo, apresentamos os princípios que norteiam o desenvolvimento de coleções de maneira teórica, pontuamos todas as fases do processo e destacamos a importância da política de desenvolvimento de coleções.

O sexto e sétimo capítulos apresentam o estudo de caso realizado na BMA. No sexto, descrevemos o histórico da biblioteca, a estrutura administrativa, as coleções, analisamos os documentos institucionais e detalhamos as ações executadas pelo Setor de Aquisições da instituição. No capítulo seguinte tratamos propriamente sobre os dados da bibliodiversidade na BMA, em dois tópicos: o primeiro, “A bibliodiversidade no acervo da BMA: desafios e resultados”, foi subdividido em seis partes, nas quais elaboramos o estudo sobre a bibliodiversidade no acervo desse equipamento; no segundo tópico, discursamos sobre alguns eventos promovidos pela instituição a fim de trazer a pluralidade para o âmbito da Ação Cultural.

No oitavo capítulo, discutimos as observações realizadas neste estudo, correlacionando-as com os tópicos do referencial teórico. Por fim, o nono e último capítulo apresenta as considerações finais obtidas neste trabalho, apresentando os resultados do estudo, as reflexões finais sobre a temática e indicando a necessidade de trabalhos futuros acerca do tema da bibliodiversidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica adotada para o desenvolvimento desta pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória, amparada em um estudo de caso. Sobre a escolha desta abordagem, Minayo (2001, p. 21-22) explicita que a pesquisa qualitativa

se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Centrado nisto, o objetivo foi compreender como os princípios da bibliodiversidade podem ser utilizados em estratégias de formação e manutenção de acervos de bibliotecas públicas. Para tanto, foram realizadas leituras e estudos dos materiais bibliográficos levantados, com o intuito de preparar o referencial teórico que sustentou o estudo de caso e as reflexões da pesquisa.

Em termos de documentos consultados, o estudo da literatura contemplou livros, publicações em periódicos especializados e anais de eventos científicos. A adoção desta metodologia permitiu abordar os diversos aspectos que permeiam os objetivos específicos e proporcionou compreensão e concretização do objetivo geral proposto. Com isto, em termos de estudo exploratório, pode-se dizer que

são investigações de pesquisa empírica que tem por finalidade formular ou esclarecer questões para desenvolver hipóteses. O estudo exploratório aumenta a familiaridade do pesquisador com o fenômeno ou com o ambiente que pretende investigar, servindo de base para uma pesquisa futura mais precisa. São também utilizados para esclarecer ou modificar conceitos. As descrições, nesse caso, tanto podem ser qualitativas quanto quantitativas. Os métodos de coleta de dados também podem variar de pesquisa bibliográfica e documental ao uso de questionário, entrevista ou observação (DENCKER; VIÁ, 2001, p. 41)

Robert Yin (2001, p. 35) aponta que “o estudo de caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados”. O uso deste método é uma estratégia de pesquisa científica com aplicabilidades variadas, possibilitando a investigação de fenômenos no contexto real. Foi a realização deste estudo de caso que elucidou a importância de se propor uma alternância de pontos de vista na formação e manutenção de recursos informacionais.

A pesquisa foi realizada em três etapas principais:

2.1 Estudo da literatura e elaboração do quadro teórico de referências

Tratando-se de uma pesquisa de natureza exploratória, foi realizado um estudo da literatura especializada, analisando o conceito e práticas de bibliodiversidade, sempre mesclando-os aos princípios do *desenvolvimento de coleções*,² se atentando também a conhecer as estratégias para seleção de materiais bibliográficos. Utilizou-se um levantamento bibliográfico seletivo em níveis nacional e internacional, em fontes bibliográficas primárias e secundárias, tendo como referência critérios de pertinência com o tema e objetivos da pesquisa, com estudo dos textos selecionados e a elaboração de um referencial teórico a partir do entendimento e compreensão do objeto de estudo no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O referencial teórico foi embasado principalmente em artigos, trabalhos acadêmicos e livros. Os materiais utilizados pertencem ao campo das Humanidades e, particularmente, da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para a definição dos conceitos de bibliodiversidade, utilizou-se textos teóricos vinculados à Editoração e às Ciências Sociais, sendo majoritariamente amparados em pesquisas nacionais, disponíveis na BRAPCI, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo e no Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo, o Dedalus. Para refletir sobre a bibliodiversidade em bibliotecas, optou-se pela realização de um estudo de caso em uma biblioteca pública, a Biblioteca Mário de Andrade.

² Optamos por utilizar a nomenclatura tradicional “desenvolvimento de coleções”, e não “desenvolvimento de recursos informacionais” durante esta pesquisa, devido à facilidade de recuperação da primeira terminologia e por ser o termo utilizado pela instituição eleita para este estudo.

2.2 Desenvolvimento de um estudo de caso

Desenvolveu-se um estudo de caso com intuito de analisar como os princípios da bibliodiversidade podem ser utilizados pela Biblioteca Mário de Andrade para aprimorar as políticas de seleção e aquisição de materiais bibliográficos.

A seleção da instituição objeto do estudo de caso se deu por quatro motivos principais: a) a história e o renome que a biblioteca possui na cidade de São Paulo e no Brasil; b) a facilidade de acesso a trabalhos acadêmicos antigos e recentes desenvolvidos na BMA tratando de seu espaço, acervo, iniciativas e administração, enquanto órgão público municipal; c) houve em 2022 a reorganização de algumas diretrizes de acervo e uma nova política de desenvolvimento de coleções foi publicada, sendo sua existência autorizada pela Portaria nº 3, de 22 de março de 2022 (SÃO PAULO, 2022a) no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e disponibilizada para acesso ao público a partir do *site* oficial da BMA; d) a instituição, em seu Plano de Metas atual, inseriu um tópico para contemplar a aquisição de editoras e materiais que preencham os requisitos da bibliodiversidade, o que será tratado no próximo capítulo.

Durante o estudo de caso, observou-se o funcionamento operacional da biblioteca selecionada, bem como as ações de seleção de material para inserção no acervo da BMA. Com isto, pôde-se verificar os princípios da bibliodiversidade em perspectiva prática, quais estratégias são adotadas e quais os desafios para que isto seja realizado, bem como qual a recepção por parte do público usuário.

O DOESP, assim como o *site* da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), com enfoque nos documentos sobre o Sistema Municipal de Bibliotecas, foram fontes de grande ajuda para a reunião de dados para observação desses desafios. Também foram utilizados planilhas e relatórios de gestão para assegurar o uso de informações atualizadas neste trabalho.

De modo especial, analisou-se o edital de chamamento para compra de livros em 2020 (SÃO PAULO, 2020) e o levantamento das indicações de usuários recebidas por meio do Portal de Atendimento da Prefeitura de São Paulo (Portal 156), para quantificar e caracterizar os desejos do público – apesar de o canal ter problemas de acesso e até de uso, se tornou uma ferramenta fundamental para o atendimento aos usuários na pandemia, e seu uso se mantém até segunda ordem.

De modo complementar, realizou-se buscas no Catálogo de Acesso Público On-line (*Online Public Access Catalog*, OPAC) para reunir dados estatísticos sobre a demanda do

público nos acervos circulante e fixo da Biblioteca Mário de Andrade em um período de três meses. A propósito, os dados também apresentam o crescimento e a consolidação do acervo no íterim estudado, incluindo a recepção do público, por meio de relatórios de empréstimos e consultas no Sistema Alexandria Online e o investimento em eventos que promovam editoras, autores e conteúdos que condizem com esse universo.

Por fim, fez-se a observação de *feedbacks*, frequência e interatividade nas redes sociais do público relativos a quatro eventos culturais organizados pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Supervisão de Ação Cultural, em que a literatura e as editoras são colocadas em destaque.

2.3 Reflexões sobre a utilização dos princípios da bibliodiversidade na gestão de coleções

Reflexões sobre como os princípios da bibliodiversidade podem ser utilizados para auxiliar na gestão de coleções (acervos), tendo em vista determinadas especialidades e abordagens trabalhadas no âmbito das bibliotecas públicas e comunidades de usuários.

3 UMA VISÃO GERAL DA BIBLIODIVERSIDADE

O conceito de bibliodiversidade se refere à aplicação da ideia de diversidade cultural ao universo dos livros e, em grande parte, da produção literária e editorial. De acordo com a Aliança Internacional dos Editores Independentes (2014b), o termo tem raízes no conceito de biodiversidade, e seu foco está na diversidade crítica de produtos (livros, roteiros, *e-books*, aplicativos e literatura oral) disponibilizados ao público. Contudo, em contraste com o ideário da biodiversidade, para que se atinja a bibliodiversidade plena é necessário focar em mais do que a simples disponibilidade numérica de títulos, ou seja, meros preceitos qualitativos não são suficientes para garantir um acesso culturalmente variado. É importante que os teóricos e tomadores de decisão responsáveis pelo acesso a produtos culturais se interessem pela criação de um ecossistema cultural e social sadio, provendo acesso a distintos modos e escopos de produção literária, trazendo diversidades de gênero, culturais, linguísticas, de raça e políticas ao público. Por essa ótica, a bibliodiversidade preconiza um sistema complexo e autônomo de narrativa, escrita, publicação e outros tipos de produção oral e escrita.

Este capítulo apresenta o arcabouço teórico e os conceitos essenciais para a compreensão da ideia de bibliodiversidade, se apoiando na literatura existente sobre o assunto para sugerir possíveis aplicações do conceito ao universo das bibliotecas públicas. É válido apontar que a bibliodiversidade está profundamente calcada no contexto da produção editorial, como se verá a seguir, e sua aplicação à biblioteconomia é ainda incipiente. Com isso em vista, a subseção 3.1 trata dos aspectos históricos da bibliodiversidade, discutindo o termo e o contexto em que foi criado, bem como o panorama mais geral das discussões acadêmicas e profissionais sobre o assunto. A partir dessa discussão, a subseção 3.2 discute a bibliodiversidade como instrumento de acesso à informação, com foco principal na democratização. Por fim, relacionando firmemente o conceito aos objetivos deste estudo, a seção 3.3 se preocupa com a criação de um acervo bibliodiverso, analisando os desafios enfrentados pelos bibliotecários envolvidos nesta tarefa e sugerindo caminhos para o desenvolvimento do conceito no dia a dia do profissional de bibliotecas, principalmente na etapa de desenvolvimento de coleções.

3.1 Aspectos históricos

Bibliodiversidade é um termo que vem sendo pensado e trabalhado por editores há pouco mais de duas décadas. De acordo com a Aliança Internacional dos Editores Independentes (2014b), o termo nasceu no Chile por ocasião da criação do coletivo “Editores Independientes de Chile” no final dos anos 1990. Becerra (2017) menciona, ao tratar sobre o cenário da política literária chilena dos anos 1990, que a edição independente é um processo correlato ao restabelecimento democrático do país após 17 anos de fortes restrições culturais, políticas e sociais exercidas pela ditadura militar. Nesse sentido, os projetos de edição independente surgem como uma maneira de conectar o campo cultural à atmosfera política, colocando em discussão tanto as iniciativas culturais instauradas pela ditadura quanto aquelas propostas pelos governos de transição, iniciativas estas que tinham um caráter neoliberal em sua maneira de lidar com o livro, considerando-o como “qualquer outra mercadoria”, sem lhe conferir um caráter diferenciado que o considere como bem simbólico e cultural.

Considerando o contexto destas discussões, a principal estratégia dos editores independentes passa a ser a organização em coletivos e associações, um trabalho de alianças que permitiria liberdade editorial, bem como a instalação de um debate social sobre o livro e sua função cultural. Portanto, este caráter “independente” dos novos editores é formado por sua oposição aos grandes conglomerados transnacionais de edição, em que a produção do livro está imersa num fluxo vertiginoso de produção padronizada. Os editores independentes, por sua vez, concebem o livro como um “vetor cultural”, simbólico e formativo, determinante para a construção de uma cidadania literata e crítica. Segundo Coll (2015), é nesse contexto que começa a ser veiculada uma linguagem específica para discussões de edição independente, linguagem esta que se tornará logo internacionalizada. Dentre as preocupações ali estabelecidas emerge o termo *bibliodiversidade*, uma busca por diversidade cultural e heterogeneidade que transcenda as preocupações com a rentabilidade da empreitada de edição literária.

Depois de seu surgimento nas discussões dos editores independentes no contexto da pós-ditadura chilena, o termo ‘bibliodiversidade’ foi apresentado à cena internacional do Encontro de Gijón (Espanha) no ano de 2000. Tal encontro foi uma iniciativa de quatro editores hispanófonos, em reação à irrupção de multinacionais espanholas da área de edição na América Latina. Esse encontro contou com a participação dos diretores da “*Bibliothèque Interculturelle pour le Futur*” (Biblioteca Intercultural para o Futuro, tradução nossa), organização nascida da Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso da Humanidade (*Fondation Charles*

Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, originalmente em francês) com o objetivo de explorar as possibilidades do livro e da escrita como instrumento de diálogo entre civilizações e de formação intercultural, estimular a inovação em tradução e adaptação literária entre países e trabalhar pela constituição de um grupo internacional de editores engajados em buscas interculturais. É visível a similaridade de objetivos entre os membros da Fundação Charles Léopold Mayer e as discussões que surgiam no mundo hispanófono sobre a bibliodiversidade, e foram esses diretores presentes no Encontro de Gijón os responsáveis por divulgar o termo bibliodiversidade no mundo francófono e, a partir daí, na esfera internacional. Um incipiente grupo de editores independentes foi formado na Europa, dentre os quais estava Étienne Galliard, e em 2001 foi iniciado o projeto da Aliança Internacional dos Editores Independentes. Em data próxima à da Declaração Universal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre Diversidade Cultural, o Encontro de Paris reuniu os editores envolvidos na criação do projeto da Aliança, o que levou à sua fundação em 2002, com Galliard como primeiro diretor da associação, com sede em Paris, França ((ALIANÇA INTERNACIONAL DOS EDITORES INDEPENDENTES, 2022).

Nos anos seguintes, a Aliança Internacional dos Editores Independentes organizou diversos encontros ao redor do mundo, divulgando seu objetivo de fortalecer e discutir a bibliodiversidade na esfera internacional. No Encontro de Dacar (Senegal), em 2003, foi assinada a Declaração de Solidariedade entre Editores Independentes; o Encontro de Guadalajara (México) aprofundou a cooperação, com a elaboração da Declaração dos Editores Independentes do Mundo Latino, em 2005. Em 2007, a primeira Declaração Internacional de Editores Independentes foi publicada com o objetivo de fortalecer a bibliodiversidade em conjunto foi assinada em Paris, abrindo caminho para os encontros posteriores, como o de 2009, responsável pela criação do Comitê Internacional de Editores Independentes (ICIP) (ALIANÇA INTERNACIONAL DOS EDITORES INDEPENDENTES, 2022).

Em relação ao Brasil, em 2009, na cidade de São Paulo, a parceria entre editores independentes da Argentina e do Brasil promoveu a 14ª Primavera dos Livros, proporcionando discussões sobre a criação de uma referência que possa medir a diversidade bibliográfica do acervo como se fosse uma espécie de índice de bibliodiversidade (IBD). Para Guido Indij, o índice necessariamente deverá compreender os seguintes aspectos:

deve refletir, em um conjunto de livros, a relação entre o total de editoras e o total de títulos, quantos são originais nacionais, quantas traduções, quantos lançamentos, reedições, linhas temáticas etc. De modo a ser possível medir se uma livraria, uma região, uma cidade e até um país tem maior ou menor diversidade bibliográfica, ou seja, maior ou menor riqueza no seu repertório cultural. (BALANÇO..., 2009)

A Assembleia Internacional de Editores Independentes de 2014, na Cidade do Cabo (África do Sul), patrocinada pela Unesco, foi um divisor de águas na história da Aliança e da bibliodiversidade no mundo, uma vez que foi o maior encontro até então, reunindo 60 editores independentes representando 38 países, situação em que foi preparada e assinada a versão mais recente da Declaração Internacional dos Editores e Editoras Independentes. Este documento foi desenvolvido ao longo de um Congresso Internacional que se estendeu por dois anos, com sete oficinas preparatórias realizadas em Guadalajara (México), Paris (França), Bolonha (Itália), Ouagadougou (Burkina Faso), Frankfurt (Alemanha), Abu Dhabi (Emirados Árabes) e Cidade do Cabo (África do Sul). As oficinas preparatórias se ocuparam em criar grupos de trabalho e discutir temas como o livro digital, as políticas públicas para o livro, os modelos econômicos das editoras independentes, a edição em idioma nacional e local, parcerias editoriais solidárias e doação de livros, entre outros. Essas discussões culminaram na Assembleia de 2014, em que a Declaração foi desenvolvida e assinada com o objetivo de promover e fortalecer a bibliodiversidade ao redor do mundo de maneira conjunta, contendo também 80 recomendações e ferramentas para nortear a instauração dos objetivos da associação. Hoje, mais de 400 editores, de 45 países, já assinaram a Declaração Internacional de Editores e Editoras Independentes e se comprometeram a manter viva a bibliodiversidade (ALIANÇA INTERNACIONAL DOS EDITORES INDEPENDENTES, 2014a).

Os editores independentes do Brasil participaram de grande parte desse processo. Por ocasião da assinatura da Declaração, em 2014, estavam presentes Araken Gomes Ribeiro, da editora Contra Capa, Ivana Jinkings e Isabella Marcatti, da Boitempo, Mariana Warth, da Pallas, e Haroldo Ceravolo Cereza, representando a Alameda Casa Editorial e a Liga Brasileira de Editores (Libre). É digno de nota que a Libre, uma rede de editores independentes e organizados de maneira cooperativa, foi fundada em 2002 e é, desde então, a maior defensora da bibliodiversidade no Brasil, tendo estado em contato constante com as discussões internacionais sobre o assunto e assumindo um protagonismo neste tema no país. O Estatuto da Libre deixa claros seus objetivos de articulação coletiva, representação da edição independente e democratização do mercado do livro e do acesso à cultura.³ No que diz respeito à comercialização, a Libre tem tentado modernizar os processos de distribuição do livro no Brasil, procurando garantir a presença de editores da Liga nas grandes livrarias. Ademais, no que concerne a este trabalho, em termos de envolvimento da Libre com as políticas públicas para o

³ Disponível em: <https://bit.ly/3OZPPtA>. Acesso em: 30 nov. 2022.

livro no país, a Liga se aproximou dos governos municipais, estaduais e federal, em uma tentativa de garantir a representação dos editores independentes em processos de seleção e compra pelo poder público, incluindo em bibliotecas públicas.

É importante mencionar que essa aproximação entre a Libre e o poder público é essencial para atingir os objetivos da Declaração Internacional de Editores e Editoras Independentes. Afinal, é recomendação da Declaração que os governos implantem políticas nacionais para o livro, em conjunto com autores, livreiros independentes, bibliotecários e professores, em favor do desenvolvimento cultural e democrático do livro e da leitura (ALIANÇA INTERNACIONAL DOS EDITORES INDEPENDENTES, 2014b). Tais políticas devem contribuir para a produção local, a difusão e o acesso aos livros e a multiplicação dos espaços de leitura, principalmente as bibliotecas públicas.

Nos últimos anos, a discussão sobre a bibliodiversidade tem aumentado tanto no âmbito nacional como na esfera internacional. O Observatório da Bibliodiversidade, por exemplo, foi criado em 2016 para reunir estudos e análises sobre bibliodiversidade, identificando problemas e prioridades dos editores independentes. Voltado para profissionais da área e figuras públicas, o Observatório é mais uma ferramenta de fortalecimento do conceito ao redor do mundo. Aprofundando ainda mais a discussão, a Conferência Internacional de Editores Independentes de 2021, em Pamplona-Irueña, discutiu a necessidade de desenvolvimento de práticas de edição solidárias, sociais, independentes, decoloniais, ecológicas, feministas e livres (ALIANÇA INTERNACIONAL DOS EDITORES INDEPENDENTES, 2022). É visível que o tema tem avançado e se tornado parte essencial das discussões sobre o livro no século XXI.

A bibliodiversidade, entretanto, ainda se encontra em momento complexo no Brasil, pois a preocupação com a diversidade e inclusão aumentaram, o número de títulos, de editoras e de negociações com bibliotecas públicas também, mas há uma forte concentração da indústria editorial, com grandes editoras dominando o mercado nacional e ainda recebendo boa parte da fatia desse mercado.

3.2 Bibliodiversidade como instrumento para democratização do acesso à informação

Como definido pelo Artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), o acesso à informação é o direito de buscar, receber e passar informações e ideias por qualquer meio. É parte do direito fundamental

à liberdade de expressão, e é essencial para a democracia e a cidadania. Bibliotecas, especialmente as públicas, são agentes essenciais do acesso à informação, uma vez que devem disponibilizar informações e conhecimentos ao público geral, de maneira irrestrita. A preocupação com a garantia desse direito é, portanto, parte indelével do trabalho do bibliotecário, que deve tomar providências para que a vocação democrática das bibliotecas seja completamente realizada. Nesse sentido, a bibliodiversidade pode ser uma ferramenta importante para o acesso livre à informação.

No documento “*80 recommendations and tools in support of bibliodiversity*”, elaborado pela Aliança Internacional dos Editores Independentes (2014a), há algumas citações a bibliotecas e sua importância para a construção da bibliodiversidade. É importante salientar, contudo, que o desenvolvimento de um acervo bibliodiverso é também fundamental às bibliotecas, principalmente no que se refere ao acesso à informação. Uma vez que a democratização do livro está no cerne do conceito de bibliodiversidade, é natural supor que bibliotecas públicas se beneficiarão de sua aplicação ao processo de seleção, aquisição e inclusão de materiais em seus acervos. Desde que a escolha por novos materiais seja transparente, a aplicação dos preceitos da bibliodiversidade garante a representação completa do universo editorial do país, garantindo a multiplicidade de manifestações culturais, sociais e linguísticas que deve ser o objetivo de toda biblioteca pública. A circulação desses materiais é essencial para garantir ao usuário liberdade de acesso, provendo a comunidade de publicações que certamente não seriam encontradas facilmente em outros ambientes, como as grandes redes de livrarias, por exemplo.

De fato, a aplicação da bibliodiversidade no desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas gera um ciclo de retroalimentação benéfico à comunidade e à sociedade como um todo. Enquanto bibliotecários e tomadores de decisões relacionadas a políticas públicas do livro se tornam capazes de atender aos objetivos de democratização do acesso com mais facilidade, provendo usuários com materiais diferenciados e garantindo a circulação de ideias e culturas na sociedade, editores independentes se tornam economicamente viáveis, podendo assim fazer frente ao avanço da indústria literária massificada. A compra de livros de coletivos independentes como a Libre pelo Poder Público pode ser, em grande parte, responsável pela sobrevivência econômica de pequenas editoras, garantindo a continuidade da representação de nichos culturais e literários específicos na comunidade. Assim, a bibliodiversidade se torna, além de um objetivo louvável, um instrumento para a garantia do direito fundamental à informação.

3.3 Formação de um acervo bibliodiverso: desafios e tarefas

A aplicação dos preceitos da bibliodiversidade ao desenvolvimento de uma coleção é um processo complexo, que envolve uma série de variáveis financeiras, burocráticas, culturais e políticas. Dessa forma, o que apresentamos nesse capítulo não se propõe, de maneira alguma, a ser uma lista exaustiva de ações a serem tomadas pelo bibliotecário neste processo. É, antes disso, material para a reflexão sobre o significado e a configuração de um acervo bibliodiverso, tentando transpor as discussões já existentes na área editorial para o universo da Biblioteconomia.

Durante o desenvolvimento de coleções, alguns aspectos devem ser observados para a aplicação da bibliodiversidade. O bibliotecário deverá, por exemplo, refletir sobre a participação de vozes distintas no acervo, considerando elementos como as necessidades dos usuários e a infraestrutura da biblioteca. Ao desenvolver uma política de seleção para a biblioteca, é importante que a bibliodiversidade seja considerada, tanto na aquisição de materiais produzidos por livreiros independentes e editoras menores quanto na representatividade de autores de diversos estratos sociais, culturais, raciais e de gênero. É responsabilidade do profissional de bibliotecas incluir no acervo materiais que correspondam à singularidade local, trazendo ao usuário um leque de produções culturais diversificado.

Nessa ocasião, é importante que o bibliotecário pese os desejos da comunidade atendida frente à necessidade de diversificação. Mais essencial do que apenas determinar o aumento do acervo sem maiores reflexões é garantir que a bibliodiversidade esteja distribuída de maneira consistente por toda a coleção.

Nesse sentido, a busca por multiplicidade cultural em todos os aspectos do acervo é o caminho mais interessante, e mais complexo, para atingir a bibliodiversidade. Isso significaria, por exemplo, garantir que, ao selecionar materiais literários para aquisição, não sejam buscados apenas autores do cânone ocidental, mas também de origens diversas e que se enquadrem na mesma categoria. Se a biblioteca precisa adquirir materiais sobre história, pode-se incluir historiadores europeus e brasileiros, brancos, negros e indígenas, homens e mulheres. Isso garantirá que os usuários que vêm à biblioteca à procura dos materiais tradicionais se deparam igualmente com autores e editores alternativos que discutam os mesmos assuntos, democratizando assim o acesso à informação de maneira orgânica.

Do ponto de vista das políticas públicas, é importante que haja também pressão da sociedade civil para garantir a participação dos editores independentes na aquisição de materiais

para as unidades informacionais sob responsabilidade do Estado. Isso significa a abertura de processos licitatórios transparentes, cuidando para que grandes distribuidoras não suplantam as editoras devido a sua facilidade de controlar artificialmente os preços unitários. Sobre esse tópico, as discussões apresentadas por Gilles Colleu (2007) e outros editores independentes sobre as políticas de precificação de livros são bastante esclarecedoras. No contexto brasileiro, uma boa solução para garantir bibliodiversidade na aquisição de materiais seria chamamentos públicos e editais que, auxiliados a programas de fomento, podem diminuir a influência de fatores de mercado no processo de compra pela Administração Pública.

Outro elemento importante a ser considerado é a diminuição de barreiras burocráticas. É inegável que empresas maiores possuem mais recursos financeiros e humanos para navegar as complexidades do sistema burocrático, além de serem normalmente mais protegidas juridicamente. Quando a decisão da Administração Pública requer muitas etapas, documentos, atestados e representações, as editoras independentes têm desvantagem em comparação com empresas maiores, que podem despender tempo e dinheiro com maior liberdade para garantir contratos com o Poder Público. Uma simplificação das barreiras burocráticas normalmente estabelecidas nesses procedimentos pode ser a diferença entre conseguir ou não celebrar um acordo com uma editora que represente autores diversos.

Por fim, a Aliança Internacional dos Editores Independentes dá grande ênfase à disseminação do hábito de leitura, uma vez que considera que o acesso democrático ao livro se dá também por meio de mediação e atividades que estimulem o hábito e o contato com a leitura. Dessa forma, uma instituição bibliodiversa se torna uma unidade cultural completa, oferecendo mais do que a mera guarda de uma coleção, mas também acesso diversificado aos meios informacionais. Assim, a implementação de programas públicos de literacia eficientes e sustentáveis, com vistas ao desenvolvimento do hábito de leitura, são muito importantes no processo. As bibliotecas públicas são essenciais no desenvolvimento de uma cidadania letrada, e a simples inclusão de clubes de leitura, encontros com autores, seminários e oficinas pode fazer uma grande diferença no acesso às múltiplas culturas presentes em um país. Contudo, os profissionais da área não podem perder de vista o fato de que todos os elos da cadeia produtiva do livro devem ser incluídos nesse tipo de projeto.

Essas são apenas algumas atitudes que podem ser tomadas para incluir a bibliodiversidade ao trabalho do bibliotecário. Outras propostas e questões inevitavelmente surgirão no meio conforme a relação entre biblioteconomia e bibliodiversidade for se aprofundando. Um aspecto, contudo, será sempre constante: a integração entre autores, editores e bibliotecários, bem como tomadores de decisão na esfera pública, será sempre necessária para

garantir as melhores práticas possíveis no ecossistema do livro, especialmente se o objetivo for o de mudança social e construção da cidadania.

4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA

A biblioteca pública teve seu papel comprovado ao longo dos séculos, auxiliando a criação de hábitos de leitura, proporcionando acesso a informações gerais e utilitárias, preservando identidades locais e nacionais e apoiando atividades educativas e de lazer (CUNHA, 2003). O fator decisivo na definição de uma biblioteca pública é o acesso aos materiais contidos na coleção, disponibilizados de maneira gratuita à comunidade e, frequentemente, com a possibilidade do empréstimo de livros. Dessa forma, a biblioteca pública tem um caráter acentuadamente democrático, propiciando à população atendida o contato com uma diversidade de recursos informacionais essenciais para o desenvolvimento da sociedade e da cidadania.

Cunha (2003, p. 68) aponta que as funções tradicionalmente associadas às bibliotecas públicas são: a educação, informação, cultura e lazer. A primeira está diretamente relacionada ao ideal de democratização do acesso a recursos educacionais a partir do século XIX e, conseqüentemente, à proliferação de bibliotecas públicas nos países desenvolvidos. A informação, objeto permanente do trabalho do bibliotecário, é parte essencial da disseminação do conhecimento contido na coleção; a cultura é um fator particularmente importante em um país multifacetado como o Brasil, onde a diversidade de identidades culturais e demandas informacionais se encontra em permanente choque com processos de exclusão de acesso ao conhecimento. Com isso, torna-se essencial a identificação de tais inadequações na ecologia social para garantir o atendimento a todos os estratos populacionais da comunidade de dada biblioteca; e por fim o lazer, com foco principal no desenvolvimento do lazer produtivo na sociedade. Embora tais funções essenciais possam ter valorações distintas em cada unidade informacional e passem por constantes mudanças, inclusive por conta do avanço tecnológico e das necessidades da era da informação, está claro que o papel social da biblioteca pública deve abranger estes aspectos da maneira mais ampla possível.

Refletindo sobre o papel social das bibliotecas públicas, Suaiden (1980) argumenta que elas são, em grande parte, responsáveis pela formação de hábitos de leitura nas comunidades dos países desenvolvidos, além de servirem também como principal fonte de estímulo ao desenvolvimento da indústria editorial. O autor menciona, por exemplo, a importância do oferecimento desse serviço à comunidade nos Estados Unidos da América, onde a biblioteca pública ocupa desde 1917 um lugar de destaque nas políticas públicas do país, o que culminou na publicação do Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas em 1949 (SUAIDEN, 1980).

Este Manifesto foi essencial para a propagação de um ideário específico das bibliotecas públicas ao redor do mundo, inspirando outros governos nacionais a desenvolver suas práticas e ordenamentos jurídicos voltados à instauração e desenvolvimento de bibliotecas públicas de maneira massiva. Também muito importante para a proliferação das bibliotecas públicas no século XX foi a criação da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, *International Federation of Library Associations and Institutions*, no original em inglês), uma organização internacional não governamental, sem fins lucrativos, engajada em promover a cooperação internacional, o debate e a investigação em diversos campos da atividade bibliotecária. As diretrizes determinadas pelo conselho da IFLA foram e são essenciais para a compreensão dos diversos tipos de bibliotecas e para a orientação das políticas públicas sobre estas unidades informacionais em cada país. De fato, Suaiden (1980, p. 2) argumenta que a prestação de serviços informacionais a partir de bibliotecas públicas é uma “missão indeclinável do Estado”, uma vez que o livre acesso ao conhecimento é parte essencial da formação de comunidades democráticas, autoconscientes, integradas à realidade cultural de sua nação e aptas para a tomada de decisões sociais e ideológicas essenciais para a vida na sociedade contemporânea.

Munidos de tais informações, este capítulo se constitui como um desenho da discussão sobre as bibliotecas públicas, partindo da discussão internacional para a realidade brasileira. Assim, o tópico 4.1 apresentará as diretrizes da IFLA e o Manifesto da Unesco, discutindo os pontos principais dos dois documentos, suas atualizações e sua influência no panorama geral das bibliotecas públicas no Brasil e no mundo. A partir disso, o tópico 4.2 se deterá sobre a situação das bibliotecas públicas em São Paulo, local do estudo de caso deste trabalho, analisando o cenário atual e o contexto histórico em comparação com o resto do país. Em seguida, no tópico 4.3, traçaremos uma discussão sobre o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) capitaneado pela Prefeitura da cidade de São Paulo, tendo em vista as estratégias e objetivos das ações municipais de desenvolvimento de coleções e sua relação com a biodiversidade. Por fim, o tópico 4.4 discute detalhadamente a importância da biodiversidade para as bibliotecas públicas.

4.1 As diretrizes da IFLA e o Manifesto da Unesco

A Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) é um organismo internacional não governamental, sem fins lucrativos, que representa os interesses dos bibliotecários, dos serviços de informação das bibliotecas e dos usuários. Atualmente, a IFLA é o organismo mais importante da área de biblioteconomia, atuando como o órgão principal de defesa dos ideais dos profissionais de informação e documentação. Fundada em 1927 em Edimburgo, Escócia, e registrada como entidade representativa com sede na Holanda em 1971, a organização tem como membros milhares de associações de bibliotecas e instituições da área de biblioteconomia e recursos informacionais distribuídas em aproximadamente 150 países, o que a torna a organização de bibliotecários mais internacionalizada do mundo. Isso permite que a IFLA tenha voz junto a tomadores de decisão e órgãos internacionais (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

De acordo com a IFLA, todas as atividades e decisões tomadas pelo conjunto de seus membros em seu Conselho são norteadas pela visão, missão e estratégia da organização. Portanto, é importante termos em mente tais valores da organização antes de nos determos sobre as diretrizes recomendadas pela IFLA para as bibliotecas públicas. A visão da organização é de uma Biblioteconomia voltada para a criação de sociedades informadas, participativas e letradas, com a missão de inspirar, engajar, potencializar e conectar a área a nível global. Para tanto, as estratégias da IFLA seguem alguns parâmetros essenciais, tais como o suporte aos princípios de livre acesso à informação, ideias e obras, bem como à liberdade de expressão contida na Declaração Universal de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948); a crença de que tais princípios são essenciais para que povos, comunidades e instituições desenvolvam bem-estar social, educacional, cultural, democrático e econômico, bem como a convicção de que a prestação de serviços bibliotecários de alta qualidade ajuda a garantir tal acesso. Além disso, e se relacionando de certa maneira com o ideário da bibliodiversidade, a IFLA se compromete a garantir que todas as suas atividades sejam úteis e se beneficiem das diferentes crenças, origens étnicas, localizações geográficas, línguas, filosofias políticas, raças e cidadanias ao redor do mundo, sem distinções.

Tendo essa breve caracterização da IFLA em mente, as diretrizes da organização para as bibliotecas públicas (KOONTZ; GUBBIN, 2013) tratam dos seguintes aspectos: a missão e o objetivo das bibliotecas públicas, seu enquadramento legal e financeiro, as necessidades dos

usuários, o desenvolvimento de coleções, os recursos humanos, a gestão das bibliotecas públicas e seu *marketing*. Explicaremos a seguir em maior detalhe cada um desses tópicos.

A biblioteca pública é uma organização criada, mantida e financiada pela comunidade, com a missão de disponibilizar o acesso ao conhecimento, à informação, à aprendizagem ao longo da vida e à obras criativas para todos os membros da comunidade, independentemente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência, condição econômica e laboral e nível de escolaridade (KOONTZ; GUBBIN, 2013). Seus objetivos principais são a garantia do acesso, tendo o papel social de instigar a mudança na comunidade e as necessidades culturais e locais. Nesse tópico, a IFLA ainda salienta o valor das bibliotecas públicas, bem como a importância de seus recursos econômicos e espaciais.

Em termos de ordenamento jurídico e financeiro, o documento enfatiza a necessidade de recursos adequados de legislação e financiamento. Isso se dá principalmente a partir da Administração Pública, seja nacional, regional ou local, e não necessariamente de maneira exclusiva – ou seja, mais de uma instância da Administração Pública pode estar envolvida na prestação do serviço. A IFLA também salienta que, em casos de necessidade, tal responsabilidade pode ser compartilhada com estruturas alternativas, como organizações não governamentais e fundações privadas, com o objetivo de garantir um desenvolvimento sustentado no ordenamento administrativo formal. Assim, é recomendado o desenvolvimento de políticas nacionais de informação, legislação sobre bibliotecas públicas e instituições informacionais correlatas, bem como o estabelecimento de políticas de autoria e propriedade intelectual, quando conveniente, especialmente no caso de repositórios eletrônicos. Outra parte essencial é a política de empréstimos, que deve ser coordenada com os bibliotecários para que não onere o financiamento institucional. Ainda no tópico de financiamento, a IFLA recomenda que sejam definidas prioridades orçamentárias e que se busquem alianças e colaborações para garantir fontes de financiamento e a criação de redes integradas de bibliotecas (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

A identificação das necessidades dos usuários é passo essencial das boas práticas de gerenciamento de coleções, e a IFLA indica a trajetória desse processo desde a identificação dos possíveis usuários, passando pela análise do que é requerido pela comunidade, o desenvolvimento de uma lógica de prestação de serviços determinada pelos grupos de usuários de cada biblioteca pública, o oferecimento de atividades educacionais e culturais, a facilitação do acesso à informação, a promoção da leitura e o apoio aos usuários, garantindo a cooperação e partilha de recursos com a comunidade, escolas e outras instituições informacionais. É importante mencionar que, no que concerne às necessidades do usuário, a IFLA oferece também

recomendações sobre espaço, sinalética, ambiente e segurança, além de aspectos de acesso eletrônico e outros recursos informacionais (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

Quanto ao desenvolvimento de coleções, as diretrizes da IFLA apontam que a elaboração de uma política efetiva de gestão de coleções envolve a compreensão de declarações universalmente aplicáveis que sejam relevantes para bibliotecas, como o artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) e a Declaração da IFLA sobre a Liberdade de Acesso (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 1999), partindo dos objetivos universais para os gerais e, por fim, os específicos à comunidade. É importante que o desenvolvimento de coleções se preocupe com a variedade de recursos informacionais, em diversos formatos e com o objetivo de satisfazer as necessidades da comunidade. Voltaremos a esse tópico e apresentaremos mais detalhes no capítulo seguinte, “Princípios que norteiam o desenvolvimento de coleções”.

A questão dos recursos humanos está relacionada à posição do pessoal especializado, isto é, bibliotecários e auxiliares, no contexto da biblioteca pública, oferecendo uma série de sugestões de boas práticas relacionadas à competência do pessoal da biblioteca, às categorias profissionais que devem estar idealmente presentes em todos os níveis da gestão, os padrões éticos e deveres observados pelos funcionários e a necessidade de qualificação, formação contínua, evolução profissional e condições de trabalho, com atenção especial à saúde e segurança. O documento da IFLA trata também da relação dos profissionais com os usuários-problema e os voluntários (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

Por fim, as diretrizes da IFLA se voltam para as questões de gestão da biblioteca pública, lidando com o planejamento de políticas para garantir a construção de bibliotecas sustentáveis e organizadas em redes a nível nacional, regional e municipal. Além das questões financeiras e de liderança, o documento enfatiza a necessidade de se planejar para o futuro, garantindo que a biblioteca pública esteja em consonância com os avanços tecnológicos e as novas necessidades de informação. Assim sendo, o *marketing* surge como uma ferramenta importante na gestão, uma vez que permite uma análise da comunidade em conjunto com os objetivos administrativos. Vale mencionar que, para a IFLA, *marketing* não é apenas uma ferramenta do universo do mercado, focada em compra e venda de produtos, mas também uma abordagem sistêmica de identificação e satisfação dos desejos dos usuários. Dessa forma, são apresentadas diretrizes para a análise, segmentação e estratégia de *marketing*, de modo a oferecer ferramentas a serem usadas na comunicação da biblioteca com seu público, defendendo e promovendo sua participação na vida comunitária (KOONTZ; GUBBIN, 2013).

Para além das diretrizes da IFLA, certamente um dos documentos mais importantes para as definições e orientação de boas práticas em bibliotecas públicas, a Unesco também teve e tem um papel essencial na propagação e desenvolvimento de bibliotecas públicas ao redor do mundo. O Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas foi elaborado inicialmente em 1949 e passou por diversas alterações desde sua apresentação inicial e sua adoção oficial em 1994. A última versão do Manifesto é de 2022 e foi elaborada em conjunto com a IFLA. O Manifesto proclama a crença da Unesco de que a biblioteca pública é uma força para a educação, cultura e informação, além de ser um agente essencial para a promoção da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos. A Unesco reconhece a biblioteca pública como um centro local de cultura, e lista em seu manifesto alguns dos aspectos requeridos para a implementação e manutenção de tais instituições, a saber: o financiamento, para garantir que a biblioteca pública seja gratuita; a operação e gestão, de modo que a biblioteca tenha um edifício próprio e acessível aos usuários ou, em caso da impossibilidade de visitas físicas, a providência adequada de recursos tecnológicos para garantir o acesso remoto à coleção; a legislação adequada, garantindo que a biblioteca pública seja de responsabilidade da Administração nacional, regional e/ou municipal; a integração das bibliotecas em redes de escopo nacional; o quadro funcional especializado e atualizado, garantindo a educação continuada de seus profissionais; e coleções variadas, formadas por quantidades equilibradas de materiais recentes e antigos, tradicionais e modernos, incluindo todos os grupos etários e distintos grupos populacionais atendidos, além de se adaptar às necessidades distintas de ambientes urbanos e rurais (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2022). Tomados em conjunto, os documentos da IFLA e da Unesco dão uma visão bastante abrangente da organização das bibliotecas públicas e das questões envolvidas em sua gestão e finalidade.

4.2 Bibliotecas públicas da cidade de São Paulo

O Brasil não está apartado da discussão internacional sobre a importância das bibliotecas públicas. Contudo, o histórico das bibliotecas públicas no Brasil é complicado e fragmentário, uma vez que o letramento e o acesso à informação e à cultura não eram prioridade das elites governantes por grande parte da história do país (SUAIDEN, 2000). A primeira

biblioteca pública brasileira foi, em verdade, um projeto da sociedade civil e demonstrava, em seu projeto inicial, grande preocupação com a questão educacional do país. O plano de desenvolvimento de dita biblioteca, elaborado por Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco, foi aprovado e resultou na Inauguração de uma Biblioteca no Colégio dos Jesuítas, na Bahia, em 1811. A partir de então, a fundação de bibliotecas públicas passou a ser sempre capitaneada pela iniciativa governamental. Suaiden (2000) explica que, após 1811, iniciativas foram tomadas por diversos governos estaduais no sentido de criar bibliotecas, geralmente por decreto do estado, embora constantemente com gestão e estrutura inadequadas.

Normalmente estabelecidas em locais improvisados e dependendo quase exclusivamente de doações, os problemas de acervo, instalações e carência de recursos humanos contribuíram para uma visão negativa da biblioteca na sociedade como um todo. Ao longo do século XIX e em grande parte do XX se seguiu a abertura de bibliotecas públicas sem sede própria, garantindo que, aos poucos, todos os estados da Federação tivessem suas bibliotecas públicas (SUAIDEN, 1980). Vale mencionar que, pelo menos até o final da Primeira República, as bibliotecas brasileiras eram consideradas apenas como coleções de livros, com raros casos de procura por informações bibliográficas, por exemplo. O alto percentual de analfabetos na população brasileira contribuía para uma cultura de informação oral, que via os livros e a elite letrada com desconfiança.

A Biblioteca Nacional passa a oferecer em 1912 cursos de formação de bibliotecários, com foco principal na preservação do material impresso. A ideia de disseminação é bastante posterior, mas é interessante notar que nesse período já existia a busca por um modelo de serviço bibliotecário. É verdade que o modelo então proposto estava bastante calcado nos desenvolvimentos estrangeiros, emulando as práticas dos países desenvolvidos e, portanto, um tanto inadequado para a realidade da população brasileira. A propósito, os impulsos de desenvolvimento de uma cultura nacionalista a partir da Semana de Arte Moderna em 1922 foi um marco importante para as bibliotecas públicas. Os intelectuais envolvidos nas aspirações nacionalistas do modernismo passaram a criticar o uso de padrões importados, clamando pela criação de modelos mais compatíveis com a realidade brasileira em diversos contextos. Na esteira de tal movimento, a Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade foi inaugurada em 1926, na cidade de São Paulo, e logo se transformou num marco importante para a cultura brasileira e um exemplo para a América Latina (SUAIDEN, 2000).

Rubens Borba de Moraes, seu segundo diretor (período 1935-1943), foi o responsável pela reorganização e modernização do modelo da biblioteca. Seu plano foi dividido em quatro pontos: a reorganização dos serviços técnicos, a adoção de um esquema de expansão

bibliotecária, a formação de pessoal habilitado e a cooperação com outros institutos (SUAIDEN, 2000).

Um dos meus sonhos era organizar uma biblioteca decente em São Paulo [...]. Me convidaram para ser o diretor da divisão de bibliotecas, porque eu era o único do grupo do Mário de Andrade, do Paulo Duarte, do Sérgio Milliet que não só era bibliófilo e colecionador, mas tinha uma noção de organização de biblioteca. (ENTREVISTA..., 1981)

Considerando que, até então, essas instituições operavam de maneira isolada, o plano estabelecido por Moraes foi revolucionário e agiu diretamente em um dos aspectos mais enfatizados na visão contemporânea de bibliotecas públicas – a criação de redes de cooperação e parcerias, na busca de criar uma corrente democrática de trocas e circulação de materiais e informação.

Mário de Andrade, em conjunto com outros intelectuais como Antônio Alcântara Machado e Sérgio Milliet, começou a elaborar um projeto cujo objetivo era a estruturação de atividades culturais e bibliotecas populares na cidade de São Paulo, que culminou na criação de um Departamento de Cultura em 1935, com uma divisão voltada para bibliotecas que foi logo em seguida assumida por Rubens Borba de Moraes. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Primeira Biblioteca Infantil do estado, posteriormente denominada Biblioteca Monteiro Lobato (HISTÓRICO..., 2006).

Vale lembrar que, como era de praxe na época, a fundação da Biblioteca Mário de Andrade não foi atrelada a criação de um edifício dedicado, fato que só aconteceu em 1942, sob o governo do prefeito Prestes Maia. Mesmo assim, a própria existência de um prédio próprio era motivo de grande celebração, uma vez que muitas bibliotecas estaduais ainda não contavam com um espaço destinado exclusivamente a elas, com algumas bibliotecas só recebendo suas sedes nos anos 1970 (SUAIDEN, 1980).

As décadas de 1950 e 1960 presenciaram um aumento paulatino no número de bibliotecas na cidade de São Paulo, com uma rede de bibliotecas de bairro, de acervos voltados ao público infanto-juvenil, expandindo e compreendendo dezenas de novas bibliotecas públicas ainda em atividade. Nos anos 1970, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura, que passou a incluir o Departamento de Bibliotecas Públicas Infanto-Juvenis (HISTÓRICO..., 2006). Ainda nos anos 1970, o projeto de construção de mais uma grande biblioteca pública começou a ser aventado pela Administração da Cidade de São Paulo, por ocasião do recebimento de um terreno de 300 mil metros quadrados entre a Rua Vergueiro e a Avenida 23 de Maio.

Parte de um projeto de urbanização e modernização da área, um grupo de bibliotecários e professores, em conjunto com o arquiteto Aron Cohen, começaram a desenvolver o projeto de uma biblioteca pública moderna, “em que o leitor tivesse livre acesso ao material, de forma que o objetivo não seria mais guardar a informação e sim escancará-la para o público” (CENTRO..., 2008). Aos poucos, o projeto da biblioteca foi reformulado para criar um centro cultural multidisciplinar, nos moldes do Centro Georges-Pompidou (*Centre National d’Art et de Culture Georges-Pompidou*, no original em francês), fundado em 1977 em Paris, França. A partir de uma série de pesquisas focadas em compreender o que significava o acesso à informação num país como o Brasil, um centro cultural que incluía a grande biblioteca moderna, um cinema, um teatro, espaços para recitais e concertos, ateliês e áreas de exposições foi projetado. Hoje, o Centro Cultural São Paulo (também conhecido como Centro Cultural Vergueiro) mantém o segundo maior acervo de São Paulo e abriga duas bibliotecas, um acervo de artes e uma gibiteca.

Já no século XXI, São Paulo criou os Centros Educacionais Unificados, equipamentos educacionais coordenados pela Secretaria de Educação, mas que incluíam bibliotecas públicas abertas ao público das comunidades atendidas. Posteriormente, em 2005, a Prefeitura instituiu o Sistema Municipal de Bibliotecas, uma tentativa de integrar todas as bibliotecas públicas municipais, buscando unidade na execução de suas políticas públicas, além de melhorias na prestação dos serviços e na gestão de suas estruturas informacionais. Atualmente, o Sistema Municipal de Bibliotecas consiste de 107 bibliotecas, sendo 51 delas públicas, todas unidas por um plano de políticas públicas unificado: o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.

4.3 Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

O Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) foi instituído durante o governo do prefeito Fernando Haddad, com a finalidade de garantir a todos o livre acesso ao livro, à leitura e à literatura, por meio da Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015. Posteriormente, a lei foi modificada pelo Decreto nº 57.792, de 22 de julho de 2017, especificamente no que diz respeito às responsabilidades de gerenciamento do PMLLLB pelo Conselho Municipal, regulamentando o artigo 7º constante da lei original (SÃO PAULO, 2017).

Os princípios fundamentais expostos no PMLLLB estão em consonância com os documentos já apresentados neste capítulo sobre as bibliotecas públicas, a saber, as diretrizes do IFLA e o Manifesto da Unesco. Assim sendo, o Plano busca a democratização do acesso ao livro, à literatura e à informação; a formação de leitores e mediadores de leitura na cidade de São Paulo; a preservação do patrimônio literário, bibliográfico e documental do município; a integração entre secretarias e órgãos municipais, bem como a consonância com as políticas nacionais e estaduais relacionadas à leitura (SÃO PAULO, 2015). Esses aspectos, por si mesmos, já propõem uma visão bastante atualizada das bibliotecas públicas e políticas de leitura no país.

Contudo, um dos aspectos mais instigantes do PMLLLB é a menção, tanto em seus princípios fundamentais como nos objetivos do plano, a aspectos de bibliodiversidade:

O PMLLLB de São Paulo tem como princípios fundamentais: [...] IV – o desenvolvimento sustentável da economia do livro e o estímulo à capilarização da indústria e do mercado editorial na cidade; [...] X – o estímulo à bibliodiversidade, em todas as suas formas; [...] São objetivos do PMLLLB: [...] V – Debater e promover a bibliodiversidade; [...] VII – Apoiar o desenvolvimento da economia sustentável do livro, da escrita à edição e circulação; VIII – Tornar São Paulo uma cidade leitora de expressiva produção literária, com políticas concretas e equipamentos condizentes e presentes em todas as regiões; IX – Promover e fomentar a literatura não-hegemônica, a literatura marginal periférica e a literatura de mulheres, negros e LGBT. (SÃO PAULO, 2015, p. 1)

Observamos que o município de São Paulo, com a promulgação do PMLLLB, se mostra preocupado com a diversidade e suas formas de manifestação, como visto na própria lei supracitada. Isto não ocorre, entretanto, com o PNLL, em que seus quatro eixos estratégicos – democratização do acesso, fomento à leitura e a formação de mediadores, valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico e fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro (BRASIL, 2011) – não traduzem a necessidade ou um plano para promover a diversidade, tratando o incentivo à leitura de maneira mais ampla e protocolar.

Em grande parte, a inclusão de aspectos tão revolucionários no Plano Municipal do Livro partiu de intensa mobilização por parte da sociedade civil, que já discutia aspectos do plano desde 2012. Pessoas e organizações interessadas formaram, naquele ano, um grupo de discussão do Plano Municipal, apoiado por uma petição eletrônica a posteriormente enviado aos candidatos à Prefeitura de São Paulo na forma de um termo de compromisso. A realização constante de reuniões, encontros e debates entre instituições e especialistas do setor foi essencial na construção de um plano que abarcasse aspectos que ainda não tinham chegado à seara das políticas públicas, embora já fossem discutidas na sociedade civil. O Primeiro Encontro

Municipal do Livro e da Leitura de São Paulo, em 2013, foi um marco do desenvolvimento do PMLLLB, reunindo as partes interessadas em um grupo de trabalho que comparou as necessidades e expectativas de São Paulo a outras experiências no Brasil e no mundo, garantindo que a legislação a ser elaborada estivesse na maior consonância possível com os avanços da área.

O desenvolvimento e a aprovação do PMLLLB são claros exemplos da importância que a bibliodiversidade assumiu para alguns setores da sociedade civil, especificamente aqueles ligados ao livro e à literatura. Neste trabalho, as premissas do Plano Municipal do Livro nos ajudarão a analisar a efetividade dessa legislação na prática do desenvolvimento de coleções.

4.4 Importância da bibliodiversidade para as bibliotecas públicas

Como foi possível observar ao longo deste capítulo, muitos dos princípios e diretrizes sobre as melhores práticas em bibliotecas públicas compartilham de visão de mundo similar à que é observada nas discussões sobre a bibliodiversidade. Afinal, comunidades educativas e culturais diversas são baseadas em políticas de publicação voltadas a audiências diversificadas. A bibliodiversidade é essencial para garantir um ecossistema sustentado de conhecimento, sendo assim importante para garantir o acesso livre à informação, tão caro às bibliotecas públicas, e o desenvolvimento continuado de conhecimento, bem como sua disseminação.

O estudo do contexto nacional de desenvolvimento de coleções é uma maneira de reconhecer e proteger a bibliodiversidade, e análises das atividades editoriais são uma maneira segura de conhecer a riqueza de publicações de um país. Isso é muito importante para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, uma vez que, em cada país, há um grupo de editores envolvidos com a publicação de livros e materiais informacionais necessários para garantir a sobrevivência da pluralidade de vozes e perspectivas culturais, bem como a usabilidade social e o impacto do desenvolvimento de novos conhecimentos. Além de representar uma contribuição importante para a economia nacional, as agências independentes de publicação garantem a representatividade de fluxos distintos de informação no fornecimento de materiais ao público. Nesse sentido, vale salientar que o bibliotecário se encontra em uma posição única e privilegiada de mediador entre os coletivos editoriais e o público em geral, e o momento de seleção de materiais a serem incluídos em um acervo de biblioteca pública, assim

como a posterior aquisição de tais materiais, é uma das melhores maneiras de fomentar a bibliodiversidade.

O tópico da bibliodiversidade e sua importância para a garantia do livre acesso a representações culturais e bibliográficas diversificadas é muito pouco difundido no Brasil, mesmo com a existência de iniciativas como o PMLLB. Claramente, a falta da discussão sobre o assunto implica em certa medida de homogeneidade na aquisição de materiais a serem incluídos nos acervos de bibliotecas públicas, o que, pode-se argumentar, interfere nas funções básicas dessa modalidade de unidade informacional, como apresentadas anteriormente neste capítulo, especialmente nas dimensões culturais e informacionais. Em um país multifacetado como o Brasil, o que deve fazer o bibliotecário que pretenda garantir a multiplicidade de fontes de informação e repertórios culturais no acervo sob sua supervisão? É possível garantir pluralidade de acesso e universalidade no desenvolvimento de coleções quando se está constrangido a um pequeno grupo de editoras focado em publicações massificadas e máxima lucratividade, além de tentar garantir supremacia sobre o mercado editorial de uma nação? Estas são perguntas que nosso estudo de caso propõe, se não a responder, a refletir sobre, e a oferecer cabedal teórico para os próximos que se aventurem a lidar com tais questões dentro do contexto nacional de bibliotecas públicas.

Uma questão importante suscitada pela bibliodiversidade no desenvolvimento de coleções, especificamente no caso de bibliotecas públicas, é em relação ao atendimento das necessidades dos usuários. É sabido que uma das etapas essenciais do desenvolvimento de coleções é a identificação do perfil dos usuários de dada biblioteca, assim como a análise das necessidades dos grupos identificados. Entretanto, caso o grupo de usuários identificado não seja diverso, como no caso de uma biblioteca que atenda uma área específica da cidade, há necessidade de se preocupar com a construção de um acervo bibliodiverso? Se os usuários de uma determinada biblioteca estiverem, por exemplo, interessados principalmente em um único tipo de literatura, e pedidos sejam feitos para a ampliação da representação de tal literatura no acervo, é responsabilidade do bibliotecário preencher o acervo com visões distintas de mundo e de cultura que, possivelmente, não sairão das prateleiras?

Esse é um embate ético complexo, uma vez que coloca em contraposição dois aspectos igualmente essenciais da biblioteca pública: a atenção às necessidades dos usuários e a diversidade de oferta de informação, esbarrando inclusive em problemáticas de infraestrutura que são bastante complicadas de se resolver. Contudo, argumentamos aqui que o desejo do usuário não é absoluto, uma vez que a falta de informações diversas pode levar a um viés de

escolha por parte do usuário, sendo portanto responsabilidade do bibliotecário garantir a multiplicidade de informações para fomentar uma escolha esclarecida.

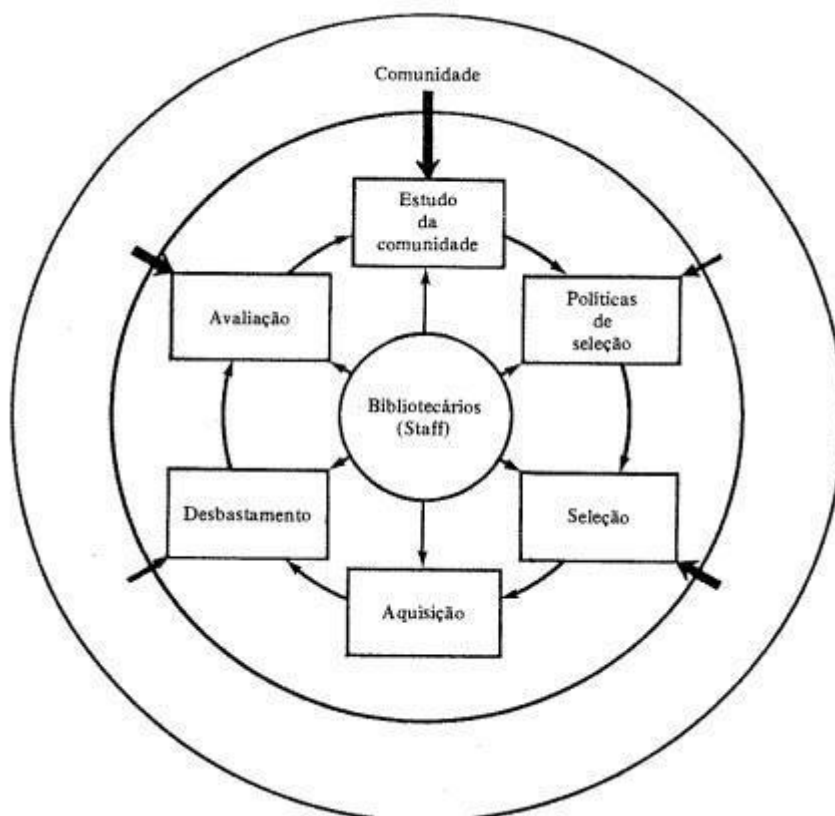
Assim, a importância da bibliodiversidade nas bibliotecas públicas perpassa diversos aspectos do desenvolvimento de acervos verdadeiramente democráticos, e não deve ser esquecida na seleção e aquisição de novos materiais em coleções públicas.

5 PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

A formação de coleções em biblioteca está desde sempre inserida em sua história. Weitzel (2009, p. 1901) sinaliza que o desenvolvimento de coleções se trata de “um processo contínuo que visa alcançar a missão institucional e, acima de tudo, satisfazer as necessidades dos usuários tendo em vista a imensa gama de conhecimento registrado existente no mundo”. Considerando esta definição, pensar na composição de acervos exige conhecimento de métodos e estratégias, com etapas intrínsecas para estruturação efetiva da coleção, atentando-se sempre à missão institucional e à comunidade que a cerca.

O desenvolvimento de coleções é uma das funções básicas da gestão de unidades de informação. Vergueiro (1989, p. 15) define o desenvolvimento de coleções como um processo de planejamento e tomada de decisão, calcado em parâmetros metodológicos e frequentemente influenciado por fatores externos a ele, como estrutura e organização da unidade, interação da unidade-alvo com outras unidades correlatas, com a comunidade e o contexto local, a lógica de produção e distribuição de materiais envolvida, e o advento de novas tecnologias da informação. O autor também salienta que não se deve prescindir de analisar o impacto dos próprios profissionais envolvidos no planejamento. Sendo o desenvolvimento de coleções um processo ininterrupto e heterogêneo, sua temporalidade é de complexa determinação, e seu desenvolvimento deve ser estabelecido tendo em vista cada biblioteca, com suas singularidades, tipificações e objetivos únicos.

Partindo do pressuposto que o desenvolvimento de coleções deve ser visto a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando todas as atividades envolvidas no planejamento como parte do processo decisório, Vergueiro (1989, p. 17) nos brinda com um esquema elucidativo da lógica organizacional da biblioteca tirado dos trabalhos de Gayle Edward Evans (Figura 1). Na visão de ambos autores, o desenvolvimento de coleções tem um caráter cíclico, em que as distintas etapas não diferem hierarquicamente umas das outras. Embora em pé de igualdade, tais etapas revolvem em torno de um núcleo representado pelos bibliotecários envolvidos no processo. Este, por sua vez, é envolvido por um círculo maior, representativo da comunidade a ser servida. Desta forma, tal modelo cobre o processo para além da mera consideração das atividades de seleção e aquisição, evitando que o bibliotecário incorra no erro de supor que o desenvolvimento de coleções se resume a estes aspectos.

Figura 1 – Processo de desenvolvimento de coleções

Fonte: Vergueiro (1989, p. 17).

Evans (2000, p. 29) determina que o desenvolvimento de coleções é o processo de identificar as potências e fraquezas de um acervo a partir das necessidades da comunidade, e a tentativa de corrigir quaisquer debilidades identificadas – é, portanto, o processo de ir ao encontro das necessidades informacionais do usuário de maneira diligente e econômica, usando as informações locais e de organizações circundantes. Sendo assim, tanto Vergueiro (1989) quanto Evans (2000) concordam que o desenvolvimento de coleções deve ser um procedimento rotineiro, parte do exercício diário das funções do bibliotecário e sem um tempo determinado, mas com a finalidade de manter, atualizar e melhorar o acervo continuamente. Como exemplificado na Figura 1, as etapas envolvidas na tomada de decisão da construção do acervo passam pela identificação das necessidades da comunidade e do usuário, bem como pela política de seleção e o desbaste, criando assim um acervo orgânico e flexível.

Weitzel (2002, p. 67), em concordância com os parâmetros estabelecidos por Vergueiro (1989) e Evans (2000), considera que o desenvolvimento de coleções é uma resposta ao processo histórico de explosão bibliográfica, sendo, portanto, um recurso fundamental de administração do acesso ao conhecimento. Dessa forma, o acervo passa a ser o resultado de necessidades institucionais e, conseqüentemente, das necessidades dos usuários. Assim, o

modelo do desenvolvimento de coleções inclui metodologias e abordagens ligadas à atividades técnicas específicas da área de Biblioteconomia, como avaliação de coleções e estudo de usuários, desbaste de itens e elaboração de políticas específicas para orientação das tomadas de decisão, além de compreender também elementos correlatos a outras áreas, como o *Marketing*, a Logística, a Administração de Empresas e a Tecnologia. Embora Weitzel (2002) proponha uma visão mais atualizada do modelo proposto por Vergueiro, tendo em vista os avanços tecnológicos na área de acesso à informação e a consonância com outras áreas de conhecimento, partindo de uma visão histórica da organização de instituições, sua visão não difere materialmente daquela dos autores já apresentados.

Em suma, o desenvolvimento de coleções é um processo contínuo, sistemático e rotineiro, voltado à compreensão dos interesses da instituição e da comunidade e focado em garantir a difusão do conhecimento e a manutenção orgânica do acervo, devendo ser analisado biblioteca por biblioteca, acervo por acervo, e buscando contemplar as diferentes necessidades de coleções tão distintas umas das outras, como as de bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas e de empresas.

No entanto, faz-se necessário considerar que as teorias apresentadas anteriormente sobre o processo de desenvolvimento de coleções, com sua função e etapas, podem ser utilizadas até os dias de hoje, desde que feitas algumas ressalvas relativas à necessidade de modernização e atualização desses textos. Certamente a maneira como se constituíam acervos no momento da publicação desses autores não deve corresponder com precisão às necessidades informacionais da atualidade, pois a velocidade de atualização tecnológica e as demandas dos usuários mudam constantemente. Outro ponto importante é sobre o caráter burocrático desse processo, pautado em teorias relativamente antigas, em que não há menções claras sobre possíveis subjetividades e adaptações para o ciclo de desenvolvimento de acervos, tendo em vista as mudanças que a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação têm sofrido. Isto posto, devemos considerar o processo e a importância da mediação, um planejamento unificado com setores da instituição e valorizar o diálogo entre eventos e os bibliotecários responsáveis pelas aquisições, como forma de fidelizar o público e lhe ofertar materiais que os contemple, procurando refletir sobre um desenvolvimento de coleções menos protocolar e enrijecido – características que devem lhe caber cada vez menos.

5.1 Uma visão histórica do desenvolvimento de coleções

Bibliotecas históricas, como a Biblioteca de Alexandria, se preocupavam em armazenar grandes volumes de obras sem considerar um planejamento de coleção. Até a Idade Moderna, “a lógica praticada era a de se colecionar praticamente tudo o que existia disponível, uma vez que a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial” (BROADUS, 1991, p. 5 *apud* WEITZEL, 2002, p. 62). Weitzel ainda afirma que “não há como formá-las e desenvolvê-las sem se deparar com questões próprias da natureza deste processo: o quê, por quê, para quê, como, para quem colecionar” (2002 *apud* WEITZEL, 2012, p. 180).

Considerando isso, a aquisição de coleções de livros era orientada no sentido de comprar o que fosse possível ou receber como doação às pessoas ou instituições: “e precisamente por termos nos servido de todas essas pessoas que acabamos de mencionar – como verdadeiros amantes que nos traziam livros – é que aumentamos consideravelmente o tesouro de receptáculos de ciência e um variado conjunto de bons livros” (BURY, 2005, p. 95 *apud* WEITZEL, 2009, p. 1904).

No século XVII, Naudé propôs que bibliotecas devem adotar critérios de seleção para formar suas coleções, oferecendo outra visão que distinguiu da tradicional, em que esses espaços eram “depósitos” de tudo que havia sido produzido até então. No século XIX, Petzholdt (1856 *apud* WEITZEL, 2009, p. 1906) preconiza que a “ideia de coleção de livros, bem ordenados e de certo valor, passou a vigorar em substituição àquela que enfatizava a interdependência entre quantidade e organização”. Percebe-se, assim, o foco em acumular e comprar obras diversificadas e sem critério, valorizando a seleção de obras por sua qualidade e pertinência.

O crescimento rápido de publicações e do mercado editorial, a especialização das áreas do conhecimento com crescente número de pesquisadores e o investimento em pesquisa deram início à chamada explosão informacional (WEITZEL, 2009, p. 1906), sendo necessário começar a agir de maneira pragmática na organização dessas obras, de maneira a garantir uma formação e manutenção dessa coleção. O século XX chega com um terreno já preparado pelos estudiosos de anos anteriores em que o volume da produção editorial já era uma preocupação. Para Weitzel (2009, p. 1901),

a literatura especializada apresenta como marco teórico da área a década de 1960 como o período em que Desenvolvimento de Coleções se afirmou como terminologia e como um processo voltado para o acesso, para o usuário, para a missão institucional

– enfim, como uma estratégia para lidar com a explosão informacional. Este marco foi estabelecido, principalmente, por teóricos ingleses e norte-americanos os quais influenciaram muitos estudos contemporâneos que têm sido produzidos, sobretudo, por pesquisadores de língua inglesa.

Em um cenário de explosão informacional e bibliográfica, iniciado no século anterior e tendo se aprofundado com as tecnologias pós-guerras, as bibliotecas precisaram optar e passar a selecionar cuidadosamente seus acervos, pois com a internet, as tecnologias de informação e recursos espaciais e financeiros reduzidos, descobriu-se que seria inviável uma unidade informacional, suprir e armazenar tudo. É digno de nota que há uma mudança e atualização em relação a terminologia do ‘desenvolvimento de coleções’; esse processo passou recentemente a ser denominado como “desenvolvimento de recursos informacionais”, conseguindo assim contemplar os diversos tipos informacionais disponíveis na contemporaneidade, e não apenas às coleções físicas de materiais. O advento da internet permitiu a legitimação desta perspectiva baseada no acesso, uma vez que as mudanças que ocorreram na natureza das coleções exigiram políticas para desenvolvimento de coleções digitais e impressas (WEITZEL, 2002, p. 65; 2006, p. 8). É nessa perspectiva que o desenvolvimento de coleções se prova mais necessário que nunca.

5.2 Etapas do desenvolvimento de coleções

As etapas do desenvolvimento de coleções, como expostas por Vergueiro (1989), são essenciais para a pesquisa que aqui elaboramos. O autor define o desenvolvimento de coleções como um processo cíclico e ininterrupto formado pelas seguintes etapas ou fases: estudo (perfil) da comunidade; políticas de seleção; seleção; aquisição; desbaste; e avaliação (VERGUEIRO, 1989, p. 16; EVANS, 2000). Procederemos agora a uma breve exposição dos elementos constantes da teoria, seguindo o que é mostrado na Figura 1.

5.2.1 Estudo (perfil) da comunidade

A comunidade que a biblioteca deve servir não se resume ao usuário individual, mas deve também considerar as necessidades de um grupo mais amplo, na tentativa de atender todas as necessidades informacionais de quem procura – ou porventura venha a procurar – a

biblioteca. Isso é particularmente verdadeiro no caso de bibliotecas públicas, que por definição devem democratizar o conhecimento. Assim, o bibliotecário que se engaja em um estudo de usuário não tem uma tarefa fácil, posto que deve observar a comunidade para além da opinião do usuário habitual e conciliar o ideal informacional e as necessidades do público com a realidade da instituição. O levantamento de dados deve ser realizado a partir de fontes preexistentes e fidedignas, buscando informações históricas, demográficas, educativas, socioeconômicas, políticas, legais, culturais e informacionais, o que ajudará o bibliotecário a identificar as necessidades da comunidade e planejar as estratégias de desenvolvimento da coleção. Vale ressaltar que este passo é essencial para todas as instituições, embora seja de maior importância para as bibliotecas públicas, uma vez que estas pretendem atingir um público mais variado e dinâmico que os outros tipos de bibliotecas.

5.2.2 Política de seleção

A seleção dos materiais a serem adicionados à coleção é um processo técnico de maior importância para as instituições, garantindo que recursos não sejam desperdiçados em materiais inadequados e que qualquer adição beneficie a biblioteca como um todo. Vergueiro (1989) nos diz que não existem critérios universais que norteiem o estabelecimento de uma política de seleção; pelo contrário, tal política deve ser estabelecida de maneira individual, subjetiva, considerando a comunidade que se beneficiará dos materiais, os recursos disponíveis e as características do assunto ou material a ser adquirido. Esta etapa é imprescindível no desenvolvimento de coleções e reafirma a importância da etapa anterior, de estudo da comunidade, já que a determinação dos critérios de seleção está sempre voltada às necessidades da comunidade. Convenciona-se dizer que a seleção de materiais acontece em dois momentos distintos: em primeiro lugar, a elaboração de uma lista de itens de interesse da coleção, desenvolvida a partir de sugestões dos usuários e da identificação de materiais pelo bibliotecário a partir de instrumentos auxiliares à seleção, como catálogos de editores, resenhas, bibliografia e listas de livros recomendados, além de quaisquer outros instrumentos de seleção, como os focados na aquisição de periódicos; em segundo lugar, a avaliação dos materiais constantes da lista à luz dos recursos disponíveis e prioridades definidas de antemão.

5.2.3 Seleção

Uma vez que o desenvolvimento de uma política de seleção é completado e as duas etapas supramencionadas são postas em prática, é responsabilidade do bibliotecário definir os materiais selecionados, buscando um equilíbrio entre as necessidades imperativas do usuário – o acesso irrestrito ao conhecimento e à informação – e as inevitáveis forças que atuam de modo a censurar tal acesso. Este é um processo bastante complexo para o profissional da área, uma vez que as forças que influenciam a censura podem ser de tal monta que colocam o bibliotecário em uma posição particularmente vulnerável. Um exemplo claro disso seria a censura que parte de forças governamentais ou legais, ou mesmo a pressão exercida por grupos de interesse ou indivíduos com diversos graus de influência. Também não é de se ignorar a existência de autocensura ou, tão problemático quanto, o impulso de desenvolver uma coleção a partir de uma visão de mundo individual, prescindindo dos interesses da comunidade. A linha que divide a seleção da censura é muito tênue, especialmente quando se considera os interesses e suscetibilidades do usuário. Parece claro que qualquer processo de seleção envolve alguma espécie de exclusão. Em verdade, a escolha de materiais a serem excluídos da seleção passa por diversas considerações quanto à tipificação da biblioteca e às necessidades do acervo, além de escolhas político-filosóficas que norteiam a seleção. Novamente, fica patente a distinção entre as bibliotecas públicas e, por exemplo, as bibliotecas especializadas, onde tal processo de exclusão se torna essencial ao assunto central do acervo, e não necessariamente se constitui em censura. Basta dizer que o bibliotecário deve estar constantemente atento a estes aspectos e à tipificação do acervo quando da escolha de materiais a serem adquiridos.

5.2.4 Aquisição

A etapa de aquisição no desenvolvimento de coleções é puramente administrativa; é visível na Figura 1 que o processo de aquisição é o único que não se liga à comunidade. Isso ocorre porque a aquisição é a etapa de buscar assegurar, com brevidade, a posse dos materiais selecionados, de forma a possibilitar o acesso a estes, considerando também os custos. Assim, a aquisição é um procedimento linear que passa pela obtenção de informações dos materiais

desejados pela biblioteca, a compra dos materiais, a manutenção e controle dos arquivos necessários e a administração dos recursos disponíveis para aquisição. Além disso, é possível obter materiais também por meio de permuta e doação. Uma vez que a biblioteca assegure a posse dos materiais selecionados e os disponibilize para a comunidade, estes constarão da coleção enquanto forem considerados convenientes. A verificação da permanência destes materiais se dará, posteriormente, pela avaliação da coleção.

5.2.5 Desbaste

O desbaste é um processo necessário para garantir o desenvolvimento harmonioso da coleção, podendo ser divididos em três instâncias distintas: o descarte, que consiste na eliminação definitiva de materiais da coleção; o remanejamento, que é o deslocamento de materiais para outras áreas de menor acesso; e a conservação, quando a retirada de materiais é feita para garantir sua integridade física, recuperando-o para melhor atender a demanda. A despeito da aura que se cria em torno dos livros, é importante que o bibliotecário esteja consciente de que materiais informacionais tem vida útil e podem e devem ser descartados. Esta etapa não deve ser ignorada, porém assim como na determinação de uma política de seleção, não existem critérios universais que norteiam o desbaste. É dever do profissional da área analisar a coleção e determinar quais materiais estão em condições de descarte, remanejamento ou conservação.

5.2.6 Avaliação

Idealmente, a avaliação de coleções deve ser parte da rotina de trabalho do bibliotecário, garantindo que a coleção não se torne de difícil gerenciamento e comprometa a execução dos outros procedimentos de manejo da instituição. A maior dificuldade da inclusão da avaliação como parte da rotina de biblioteca é a escolha por uma metodologia, embora já haja razoável literatura sobre o assunto. Métodos qualitativos, quantitativos e de fatores de uso estão disponíveis aos bibliotecários na avaliação de coleções. Vale lembrar que, como nos diz

Vergueiro (1989), qualquer processo de desenvolvimento de coleções que não inclua em seu escopo uma metodologia de avaliação terá grandes dificuldades em tirar conclusões sobre os objetivos determinados.

5.3 Política de desenvolvimento de coleções

Para que seja possível o cumprimento dos objetivos da biblioteca e a seleção de materiais satisfatória, a instituição deve se basear e conduzir suas ações pela chamada política de desenvolvimento de coleções, sendo ela o documento que planeja as ações relativas à escolha e composição do acervo, fornece orientações de descarte ou remanejamento e normas para incorporação ou rejeição de materiais.

Vergueiro (1989, p. 24) diz que “o estabelecimento de uma política para o desenvolvimento de coleções surge, para dizer no mínimo, como medida de bom senso”, já que uma das principais razões para a elaboração desse documento começam a partir de questões “econômicas”, pois é sabido que as verbas para compra de livros são, em grande parte das instituições culturais, escassas. No entanto, mais do que orientar o setor de compras e planejamento sobre como gastar o dinheiro disponível para formar e incrementar as coleções, o documento deve orientar o trabalho do bibliotecário em respeito às coleções que ele gere. Além disso, a política trata de

tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça-chave para o planejamento em larga escala. (VERGUEIRO, 1989, p. 25)

Desenvolver uma coleção é uma tarefa complexa e exigente de reflexão, sendo essencial a produção de documentos com diretrizes, considerações e o estabelecimento de regras e parâmetros para o próprio desenvolvimento desta. Portanto, a política funciona como uma diretriz para decisões do bibliotecário em relação à seleção de material, administração dos recursos informacionais (VERGUEIRO, 1989, p. 25), alocação de recursos e ao fortalecimento do vínculo entre a instituição, a coleção e seus usuários.

Na elaboração do documento devem ser consideradas uma variedade de dados e informações, para que se produza orientações eficazes e que abranjam o acervo da instituição

como um todo e que possibilite a avaliação do estado anual da coleção, com pontos fortes e fracos, considerando a comunidade no entorno.

Vergueiro (1989, p. 27), por fim, sintetiza quais informações são importantes para se obter uma política de desenvolvimento de coleções efetiva: que materiais farão parte da coleção, em relação ao conteúdo temático das obras e aos formatos; que requisitos para o ingresso dos materiais no acervo; quais necessidades específicas e que parcelas da comunidade a coleção irá contemplar; como será feita a avaliação da importância do material para as coleções da biblioteca; e por fim, o estabelecimento de diretrizes de remanejamento e descarte, que determina as condições que o material possa ser retirado do acervo, por algum motivo.

Para Vergueiro (1989, p. 25), “apenas a existência de tal documento pode garantir, pelo menos no limite do possível, uma coleção consistente e um crescimento balanceado dos recursos informacionais da biblioteca”. Uma política não precisa ser longa, mas é fundamental que seja um instrumento, um manual, e que conste nela o(s) responsável(eis) pela tomada de decisões, podendo ser um bibliotecário ou uma comissão interna de seleção e avaliação formada para analisar as demandas vigentes.

É importante pontuar que as políticas de desenvolvimento de coleções podem se assemelhar, mas existem idiossincrasias em cada instituição, portanto é devida preocupação em conhecer a missão de unidade informacional e com base em dados estatísticos, o estudo da comunidade e a estrutura organizacional da biblioteca, e em determinar e implementar o texto desse documento.

6 ESTUDO DE CASO: BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

A Mário era, vamos dizer, a referência de um enorme e admirável mundo novo possível, sobretudo para uma adolescente vinda do interior [...]. Então se constituiu pra mim um mapa da cidade em cujo centro estava a Biblioteca Mário de Andrade. Ela era a minha referência cultural, minha referência geográfica, minha referência afetiva. (CHAUÍ, 2006)

Considerada a maior biblioteca da cidade de São Paulo e a segunda maior do país, atrás apenas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Mário de Andrade (BMA) é uma das instituições culturais mais reconhecidas do país. Preocupada com sua preservação histórica e com a manutenção cultural da cidade, há 97 anos vem se constituindo como um símbolo bibliográfico, arquitetônico e cultural de São Paulo. É composta pelo prédio principal localizado na Rua da Consolação, 94 (com entrada para a Seção Circulante na Avenida São Luís, 235), e pelo prédio anexo, a Hemeroteca, situada na Rua Bráulio Gomes, 139, rua lateral ao prédio de 1942.

Em 7 de dezembro de 2009 foi publicada a Lei nº 15.052, em que as atribuições da instituição são elencadas e vêm a público – por meio do artigo 4º sabemos que a BMA deve:

I – Identificar, adquirir, organizar e manter acervos e coleções de significativo valor histórico e cultural para a cidade de São Paulo; II – Desenvolver acervo e serviços que respondam às necessidades de informação da população; III – Definir e implementar estratégias de preservação e conservação de seus acervos e coleções; IV – Facilitar e estimular o acesso e a consulta a seu acervo; V – Estimular e apoiar a pesquisa com base em suas coleções; VI – Disseminar informação e conhecimento e divulgar suas coleções; VII – Estimular o debate, a reflexão e a criação artística e intelectual; VIII – Criar oportunidades para o desenvolvimento pessoal e para a educação continuada dos cidadãos; IX – Articular-se com entidades e instituições congêneres, participando de programas de cooperação com outras bibliotecas e centros de documentação nacionais, internacionais e estrangeiros e com instituições de pesquisa e produção de conhecimento, bem como integrar e apoiar iniciativas locais; X – Gerir o quadro de pessoal, os recursos orçamentários e financeiros, os contratos, convênios e outros instrumentos congêneres; XI – Gerir os serviços administrativos e gerais de manutenção. (SÃO PAULO, 2009, p. 1)

O decreto mais atualizado foi publicado em 2018 (nº 58.207, de 24 de abril de 2018, artigo 72) e também trata da organização da BMA. Nele são elencadas novamente suas atribuições, trazendo breves diferenças nos incisos X e XI, ao citar a Coordenação de Administração e Finanças como parceira no trabalho de coordenação e fiscalização dos dispostos supramencionados e, no inciso XI, em que deixa de citar os serviços administrativos (RH e Jurídico), pois estes foram realocados para a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) (SÃO PAULO, 2018).

Atualmente, o acervo da BMA é formado por um setor circulante e por sete setores de consulta local, compostos por materiais bibliográficos e não bibliográficos. Os nomes dos setores foram retirados do *site* oficial da instituição e entre parênteses está o nome pelo qual são mais conhecidos pelo público e internamente. São elas: Seção Circulante (CIRC); Coleção São Paulo (ou Sala São Paulo); Coleção de Obras Raras e Especiais: Sala Paulo Prado; Mapoteca; Sala de Arte Sérgio Milliet (Sala de Artes); Coleção Geral (CG); Coleção de Periódicos (Hemeroteca, localizada no prédio anexo); e Arquivo Histórico. Temos ainda a Coleção de Referência, que divide o espaço com a CIRC e está disponível apenas para consulta. O tópico 6.2 trará a descrição das coleções mencionadas.

O prédio funciona todos os dias das 9h às 21h e cada coleção tem um horário próprio, sendo a CIRC o setor que permanece aberto por mais tempo. A biblioteca, apesar de possuir autonomia na compra de materiais, catalogação de seus itens e administração local, compõe o quadro de bibliotecas da Rede Municipal de Bibliotecas de São Paulo.

É importante, nesta altura, apresentar alguns serviços oferecidos pela BMA. A instituição possui intensa programação cultural, historicamente presencial, com eventos acontecendo diariamente. Com a pandemia de Covid-19, todas as programações e atividades foram remanejadas para disponibilidade on-line, mas gradualmente as atividades estão voltando ao seu padrão presencial. Dos principais eventos que ocorrem podemos citar: exposições de arte, peças de teatro, feiras de livros, apresentações musicais, mediações de leitura infantil, clubes de leitura, o Festival Mário de Andrade (FMA) e a Feira Míolos (ambos anuais).

Outro serviço a ser pontuado é a consulta presencial do acervo, de materiais que não podem ser emprestados (Coleções São Paulo; Obras Raras e Especiais; Mapoteca; Artes; Geral; Periódicos). A solicitação de pesquisa no acervo pode ser feita presencialmente, por telefone ou através do Portal 156; no âmbito do atendimento temos: empréstimos, devoluções, visitas mediadas com escolas, de grupos ou individuais (ambas com agendamento prévio), indicações de livros, sugestões, reclamações e elogios.

Os dados obtidos de 2019, antes da pandemia que provocou o fechamento da instituição por seis meses,⁴ mostram uma biblioteca com ampla movimentação, sendo os espaços comuns e a CIRC os espaços mais frequentados, chegando a 218.140 pessoas por ano na Seção Circulante e 277.695 pessoas nos espaços chamados de comuns. O setor que possui a menor frequência é o setor de obras raras, devido a sua especificidade e questões burocráticas para o acesso ao espaço. No total, a Biblioteca recebeu 516.745 pessoas no ano de 2019.

⁴ Informação obtida através de coleta de informações de postagens feitas pela página oficial da BMA no Instagram.

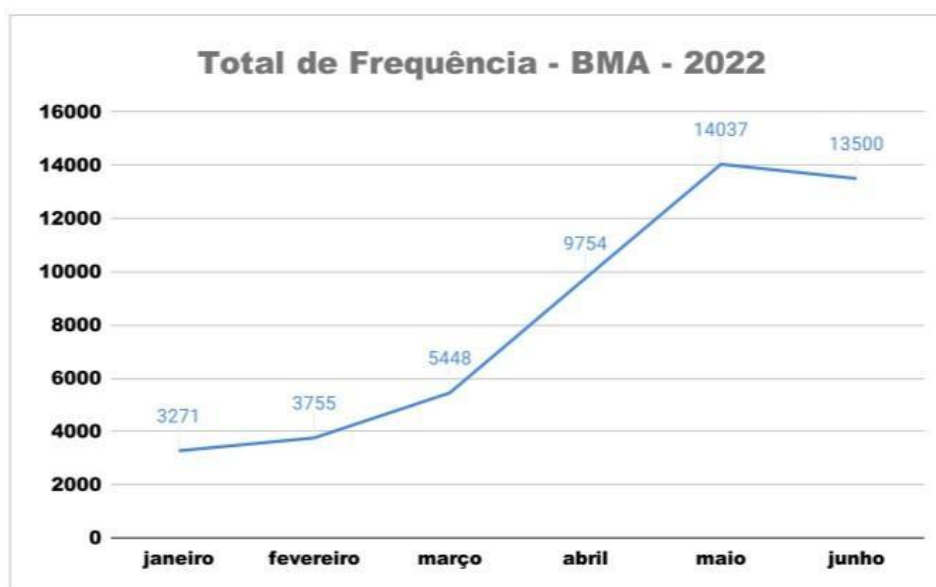
Tabela 1 – Dados de frequência 2019 da BMA⁵

BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE - DADOS DE FREQUENCIA - 2019

| Mês/Área | Circulante | Coleção Geral | Coleção SP | Sala de Artes | Mapoteca | Obras Raras | Hemeroteca | Sala Infantil | Espaços Comuns | TOTAL |
|--------------|---------------|---------------|-------------|---------------|------------|-------------|-------------|---------------|----------------|---------------|
| janeiro | 15561 | 400 | 225 | 450 | 18 | 29 | 129 | 469 | 20758 | 38039 |
| fevereiro | 16177 | 431 | 135 | 407 | 42 | 35 | 119 | 376 | 22518 | 40240 |
| março | 17073 | 439 | 180 | 384 | 33 | 30 | 81 | 380 | 22751 | 41351 |
| abril | 22203 | 439 | 283 | 448 | 61 | 9 | 122 | 456 | 28322 | 52343 |
| maio | 22616 | 558 | 210 | 505 | 85 | 19 | 113 | 459 | 29349 | 53914 |
| junho | 16432 | 396 | 178 | 336 | 65 | 10 | 91 | 619 | 24813 | 42940 |
| julho | 20454 | 583 | 280 | 562 | 89 | 17 | 90 | 860 | 24556 | 47491 |
| agosto | 16941 | 499 | 198 | 407 | 61 | 15 | 109 | 565 | 25033 | 43828 |
| setembro | 22107 | 497 | 253 | 424 | 50 | 8 | 131 | 542 | 23362 | 47374 |
| outubro | 21429 | 536 | 315 | 455 | 64 | 8 | 136 | 646 | 26919 | 50508 |
| novembro | 19769 | 405 | 15 | 443 | 0 | 19 | 82 | 501 | 21582 | 42816 |
| dezembro | 7378 | 449 | 9 | 147 | 3 | 9 | 39 | 135 | 7732 | 15901 |
| TOTAL | 218140 | 5632 | 2281 | 4968 | 571 | 208 | 1242 | 6008 | 277695 | 516745 |

Fonte: Setor de Planejamento da BMA (no prelo).

A Figura 2 na página adiante traz dados do ano corrente até o mês de junho de 2022. É importante sinalizar que a biblioteca retomou suas atividades gradualmente, conforme as fases de transição deliberadas pelo Plano SP, gerido pelo Governo do Estado de São Paulo.⁶ A biblioteca voltou a permitir a permanência plena do espaço a partir do mês de abril de 2022, com a vacinação já avançada na cidade e com os servidores com o quadro vacinal básico (primeira e segunda doses) completo.

Figura 2 – Dados de frequência de público na BMA, primeiro semestre de 2022⁷**Fonte:** Setor de Planejamento da BMA (no prelo).

⁵ Dados obtidos com o Setor de Planejamento da BMA, não publicados em relatórios de gestão até a revisão deste trabalho.

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3OZcRR5>. Acesso em: 30 nov. 2022.

⁷ Dados obtidos com o Setor de Planejamento da BMA, não publicados em relatórios de gestão até a revisão deste trabalho.

É possível visualizar um aumento uniforme na frequência dos espaços, com a retomada do atendimento, o que mostra que ainda há interesse na instituição e a tendência é o restabelecimento do público.

Segundo a última apuração publicada na política de desenvolvimento de coleções da instituição, a BMA possui um acervo variado de aproximadamente 3,3 milhões de itens, entre livros, periódicos, fotografias, cartazes, CD/DVDs, manuscritos, entre outros. Durante o que vamos aqui considerar como “anos de pandemia” (2020 e 2021) e neste ano de 2022, a Biblioteca se mostrou mais atenta e preocupada em adquirir itens e organizar eventos que trouxessem visibilidade à causa da bibliodiversidade.

6.1 Biblioteca Municipal de São Paulo: história

A Biblioteca Mário de Andrade, antiga Biblioteca Municipal de São Paulo, é a principal biblioteca pública da cidade. Fundada em 1925, inicialmente foi constituída a partir do acervo da Câmara Municipal. Sua inauguração ocorreu em 1926, na Rua 7 de Abril, com um acervo de 15 mil volumes (HISTÓRIA..., 2022).

Segundo considerações de Negrão (1979), são inúmeros os motivos para o surgimento da instituição no começo do século XX: população em crescimento, urbanização, aumento do mercado editorial e situação econômica favorável e movimentação política, com a presença de intelectuais atuantes nas chefias dos espaços culturais.

Sua ampliação é iniciada em 1938, em que se planeja a construção de 22 andares, para o armazenamento de 400 mil volumes (NEGRÃO, 1979, p. 191). O crescimento de seu acervo resultou na mudança da biblioteca para o atual edifício localizado na Rua da Consolação, inaugurado em 1942. O novo edifício foi pensado e projetado pelo arquiteto francês Jacques Pilon, adepto ao movimento artístico *art déco*, e é considerado um marco da arquitetura em São Paulo (HISTÓRIA..., 2022).

Em 1960, recebeu seu atual nome (com a publicação do Decreto nº 4.591, de 15 de fevereiro de 1960)⁸ em homenagem ao escritor e artista modernista Mário de Andrade (São Paulo, 9 de outubro de 1893 – São Paulo, 25 de fevereiro de 1945), um protagonista na vanguarda cultural paulistana que procurou levar a cultura para um número maior de indivíduos

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3Vtz8bQ>. Acesso em: 30 nov. 2022.

da sociedade. Sobre Mário de Andrade, Antônio Nóbrega relata: “*estamos nos distanciando cada vez mais de um certo Brasil que, por falta de termo melhor, chamemos de ‘popular’*. Faz falta o pensamento de Mário de Andrade para entender o país e – digo mais – colocá-lo num lugar melhor” (MORAES, 2015). O escritor recebeu a missão de dirigir o Departamento de Cultura (1935-1938) e procurou atuar como núcleo institucional para concepção de políticas públicas para disseminação da cultura (BARBATO JÚNIOR, 2004).

Seu contemporâneo, Rubens Borba de Moraes, bibliotecário, ensaísta e diretor da instituição entre 1936 e 1943, tinha ideias similares às de Mário de Andrade – ele acreditava na ideia da democratização do acesso à cultura, e que as bibliotecas deveriam ser capazes de atrair leitores heterogêneos, de diversas classes sociais – defendia portanto a necessidade da ação: “se continuarmos a agir – ou melhor, a não agir – como até hoje, o Brasil não será mais, dentro de poucos anos, um centro de cultura e de estudos brasileiros, mas apenas uma belíssima paisagem. Evitemos essa desgraça ridícula” (MORAES, 1943 *apud* BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 164).

Em 1975, houve a criação da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), na qual a Biblioteca passou a ser vinculada. Em 2005, com a criação do Sistema Municipal de Bibliotecas, a BMA passou a ter maior autonomia administrativa, tendo seu *status* elevado à Departamento. Seu edifício foi tombado, em 2013, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (HISTÓRIA..., 2022).

Após o breve resumo, podemos perceber a BMA como

resultado tanto das políticas públicas pensadas desde sua inauguração, quanto do ideal de que a cultura é agente de intervenção social. Dessa forma, mesmo as ações no âmbito de organização do acervo procuram promover a mediação da cultura e da informação, buscando institucionalizar o direito de acesso à leitura. (SÃO PAULO, 2022c, p. 9)

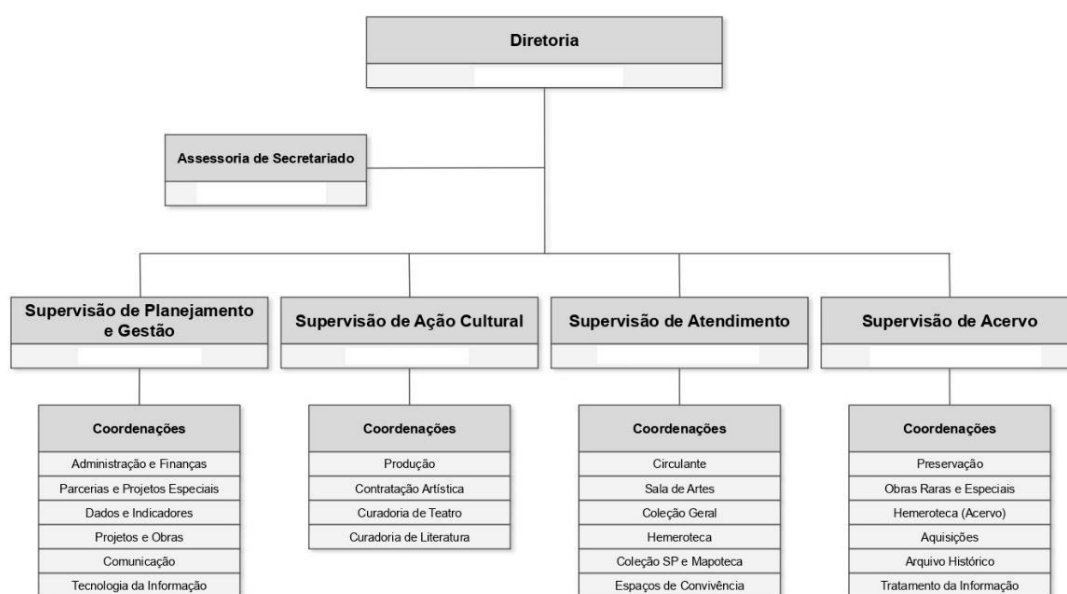
Entre o final de 2007 e outubro de 2010, a BMA passou por uma grande reforma que proporcionou intervenções no edifício, com restauro do mobiliário, novas instalações elétricas e hidráulicas, incluindo instrumentos de prevenção e combate a incêndios, higienização e a reorganização física de todo o acervo.

Em 25 de janeiro de 2011, a Biblioteca foi reinaugurada. A abertura da Hemeroteca (prédio anexo) se deu em dezembro de 2012 e passou a proporcionar ao público a leitura e consulta de periódicos. Para Renata Semin (MELLO, 2014), arquiteta envolvida no processo de reforma da instituição, “*a Biblioteca Mário de Andrade reafirma sua vocação como espaço*

público, sendo referência para a requalificação do centro de São Paulo. Com o restauro e a modernização, a população volta a ter acesso à história e à cultura ali reunidas”.

6.2 Estrutura administrativa e setorização da BMA

Figura 3 – Organograma hierárquico da BMA⁹



Fonte: Supervisão de Planejamento da BMA (2022).

A Biblioteca Mário de Andrade é composta pela Diretoria e por quatro Supervisões responsáveis por movimentos estratégicos, propostas de diretrizes, planejamento de ações e utilização dos orçamentos. Legalmente, segundo o artigo 72 do Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018, as quatro supervisões possuem atribuições, e convém destacarmos algumas que se relacionam diretamente à integração do ideal da bibliodiversidade nas coleções, nas políticas de aquisição e nos eventos promovidos pela BMA (SÃO PAULO, 2018).

A Supervisão de Acervo, conhecida pela sigla SACE, deve propor diretrizes para o suprimento e aplicabilidade dos recursos orçamentários, incentivando a formação, o desenvolvimento, a circulação, preservação e divulgação do acervo da BMA; é função desta supervisão também a definição e implementação da política de desenvolvimento de coleções,

⁹ Organograma fornecido pela Supervisão de Planejamento, com alterações a fim de ocultar os nomes dos supervisores e do(a) diretor(a) da instituição.

priorizando a composição e organização dos acervos, a catalogação dos itens pelo setor de Tratamento da Informação e o compromisso de manter seus catálogos atualizados, juntamente com a realização de inventários e a avaliação periódica de uso do acervo. Faz parte das atribuições também manter boas relações com outras unidades de informação, universidades e outras instituições produtoras de conhecimento e de registros documentais.

A SACE, hierarquicamente, se encontra acima das coordenações de Aquisições, Periódicos, Obras Raras, Arquivo Histórico, Preservação e Tratamento da Informação. Para esta pesquisa, os setores que estarão diretamente envolvidos serão o de Aquisições (SAQ), que cuida de compras, doações e repasses, e o setor responsável pela representação descritiva, classificação e liberação dos materiais para as coleções, o de Tratamento da Informação. É importante evidenciar o fato de que pela primeira vez a Supervisão de Acervo possui orçamento próprio, onerando seus gastos com um dinheiro já separado para compra de livros, de materiais para os setores que possuem acervo e contratação de serviços de terceiros.

Sobre a Supervisão de Atendimento ao Público (SAT), destacamos sua responsabilidade quanto à promoção do acervo e à garantia ao acesso às coleções, juntamente com os procedimentos para atendimento ao público, e planejar e executar ações destinadas a divulgar os serviços e o acervo para o público em geral. a Supervisão cuida dos setores: Circulante, Coleção Geral, Sala de Artes e Coleção São Paulo (Sala São Paulo).

Em consonância com este último objetivo da SAT, contamos com a Supervisão de Ação Cultural, que propõe diretrizes para as ações culturais (como peças de teatro, exposições de arte e de literatura, apresentações musicais, palestras, cursos). O setor coordena as ações relacionadas ao planejamento e à execução das atividades culturais da BMA, cuidando da agenda e divulgação nas redes sociais e *sites* sobre as atividades previstas. Na conjuntura da bibliodiversidade, esta supervisão procura contratar e propor eventos que coincidam com a missão da biblioteca e o cumprimento das metas anuais para o setor; a tendência é universalizar e englobar diversas personalidades, discussões e propostas para a divulgação e alcançar a entrada e circulação de pessoas no espaço da biblioteca e nos arredores, a depender da dimensão do evento.

A Supervisão de Planejamento é a responsável pela proposição de diretrizes, implementação de planejamento e avaliação de atividades; deve também cuidar de questões orçamentárias e acompanhar a execução de projetos de interesse de toda a instituição, trabalhando com dados, relatórios e indicadores.

Sobre as coleções, para a continuidade da evidenciação sobre a instituição, se faz importante uma breve descrição das principais características de cada setor. As informações

foram retiradas do *site* oficial, das redes sociais da BMA e do texto da Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC, instituída em 22 de março de 2022).

A Coleção de Obras Raras e Especiais foi criada em 1946 por Rubens Borba de Moraes, e conta com cerca de 52 mil livros, 8 mil periódicos e cerca de 10 mil outros documentos, como álbuns de fotografias originais, desenhos, moedas e almanaques. É nessa sala que as “preciosidades” da BMA se encontram – as obras raras e especiais sobre o Brasil e o mundo, com poucos exemplares disponíveis para consulta ou compra. Está localizada na Sala Paulo Prado, no primeiro andar do edifício principal. Por seu valor histórico e a necessidade de preservação e cuidados com os materiais, é a coleção em que o acesso se mostra mais restrito, com consulta local, agendamento prévio, sendo destinada a pesquisadores (ACERVOS, 2022).

Antigamente integrada com a Coleção de Obras Raras e Especiais, a Mapoteca é formada por cerca de 6 mil cartas geográficas, mapas físicos, políticos, históricos, ferroviários, agrícolas, geológicos, atlas e plantas da cidade de São Paulo do século XIX. Assim como as Obras Raras, a consulta é local e requer agendamento prévio. Dividindo o mesmo espaço, também no primeiro andar, está a Coleção São Paulo, pensada para valorizar e oferecer materiais audiovisuais e bibliográficos sobre a cidade de São Paulo. Foi inaugurada em 2010, possui mais de 2 mil itens e sua consulta é local (ACERVOS, 2022).

A Sala de Artes foi inaugurada em 1945 pelo diretor da época, o crítico modernista Sérgio Milliet, recebendo seu nome por se tratar de um assunto de seu interesse. É a primeira coleção pública de arte moderna brasileira, com mais de 40 mil volumes de livros e 10 mil volumes de periódicos. Conta também com cartazes e catálogos de exposição e está disponível para consulta local. Possui materiais de arte em geral, *design*, urbanismo, arquitetura, cinema, teatro, música, pintura, escultura, cerâmica, entre outros (ACERVOS, 2022).

A Coleção Geral, maior coleção da biblioteca, conta atualmente com 205 mil volumes (ocupa 12 andares da torre), com enfoque nas Ciências Humanas e na Literatura. É permeada de títulos de grandes autores nacionais e estrangeiros, edições em português e alguns itens nos idiomas originais (inglês, espanhol, alemão, francês). Com o projeto de catalogação retrospectiva que ocorre atualmente, gradualmente as fichas catalográficas estão sendo substituídas pelo catálogo on-line. O atendimento está localizado no primeiro andar, ao lado da Sala Silenciosa, um espaço de estudo onde não há acervo. A CG, como é conhecida internamente na instituição, é protagonista junto à CIRC nas discussões sobre critérios e prioridades sobre a distribuição dos exemplares comprados ou recebidos via doação pelos setores de Aquisição e Tratamento da Informação (ACERVOS, 2022).

A Coleção de Referência, que divide espaço com a CIRC, possui 3.900 volumes de dicionários e enciclopédias que podem ser consultados na Seção Circulante. A Hemeroteca – a coleção de periódicos –, por sua vez, é formada por cerca de 12 mil títulos de jornais, revistas e publicações oficiais. Essa coleção se encontra no prédio anexo, em que a consulta é local e requer agendamento prévio. No terceiro andar deste mesmo prédio encontramos o Arquivo Histórico, que armazena e organiza a documentação decorrente das atividades desenvolvidas pela BMA desde sua criação até os dias atuais. Conta com documentos textuais, correspondências, materiais iconográficos, cartográficos, audiovisuais e sonoros (ACERVOS, 2022).

6.2.1 O acervo circulante

Devido à sua importância no acesso da população a essa instituição e ao seu acervo, faz-se aqui uma breve descrição da história da Seção Circulante. Inaugurada em 25 de janeiro de 1944 com um acervo de 2.500 volumes disponíveis para empréstimo, a chamada “Biblioteca Circulante” já teve diversos endereços na cidade.

Na década de 1950, o Departamento de Cultura buscou consolidar a rede de bibliotecas de bairro com o objetivo de abranger as várias regiões da cidade. A BMA passou a funcionar como biblioteca central do sistema, com ramais em diversos bairros. Em 1959, passou a gerenciar o serviço de bibliotecas ambulantes, as também conhecidas como “caixas-estantes”, que eram minibibliotecas móveis que tinham o objetivo de garantir o acesso aos livros e à leitura de pessoas que estavam distantes de uma biblioteca.

A Circulante Central, como era conhecida na década de 1960, tem um grande crescimento no acervo e começa a causar preocupação quanto ao espaço disponível para o armazenamento dos livros. Em 1975, a Circulante é movida das dependências da Biblioteca por problemas de armazenamento e transferida para a Praça Roosevelt, ficando distante dos outros setores da Biblioteca e de sua sede administrativa, e passa a enfrentar uma série de dificuldades relacionadas ao atendimento, ao acervo, sua preservação e instalações. Em 1995, seu novo endereço passa a ser o prédio da Chácara Lane, na Rua da Consolação, 1024; contudo as condições do edifício, do atendimento ao usuário e do acervo não são ideais e se mostram insatisfatórias. Por essa razão, quando foi pensado o projeto de restauro e modernização da Biblioteca Mário de Andrade, iniciado em setembro de 2007, a Circulante foi contemplada.

Em dezembro de 2008, a Circulante foi transferida da Chácara Lane para o prédio principal da BMA (que estava em reforma), após 35 anos fora do lugar de sua criação, localizado na Avenida São Luís. Após sua reforma, a Circulante contava com cerca de 40 mil exemplares e passou a oferecer, em um horário de atendimento ampliado, além dos empréstimos, orientação à pesquisa e consultas, e uma intensa programação cultural, trazendo encontros com escritores e artistas, lançamentos, oficinas e saraus.

Em 2015, foi lançado o projeto oficial de abertura 24h da BMA. O projeto propunha uma biblioteca sempre aberta, com enfoque na CIRC e na instalação de máquinas de autoatendimento nesse setor. Nos meses seguintes, o projeto realizou a extensão total dos horários de acesso às áreas comuns e parte da programação passou também a ser oferecida regularmente tarde da noite. Em abril de 2017, o projeto “BMA 24 horas” foi extinto pela Secretaria de Cultura, tendo como justificativas a racionalização do gasto público, o pequeno público que a frequentava nesse horário e a quantidade ínfima de movimentações do acervo. No entanto, as máquinas de autoatendimento continuaram a funcionar e estão disponíveis até hoje.

A CIRC oferece livre acesso ao acervo e se destina a leitura, pesquisa e empréstimo, contando com 40 mil volumes de livros e catálogo informatizado. Seu acervo disponível para empréstimo conta com livros infanto-juvenis, livros de teatro, histórias em quadrinhos, mangás, CDs e DVDs, audiolivros, literatura estrangeira e nacional, livros de diversas áreas do conhecimento e de arte. Conta desde 2018 com uma sala infantil que possui espaço para as crianças permanecerem lendo e desenhando. O espaço possui pufes e traz uma temática mais colorida, atrativa para o público.

No contexto da Biodiversidade, o setor circulante, que lida diretamente com o público maior de leitores da instituição, se preocupa em ofertar a diversidade de livros que o conceito determina e pretende fazer isso repassando ao setor de compras as indicações mensais reunidas dos usuários, por meio do Portal 156 e manualmente, no balcão do setor, além das sugestões dos funcionários do setor e bibliotecárias de referência. A coordenação da CIRC é composta por duas profissionais da área, que dispõem de dados estatísticos aos quais tivemos acesso e procuram movimentar e adequar seu acervo para atendimento de demandas.

Elas se utilizam, principalmente, de três termômetros para tal: a aceitação das exposições de livros montadas pela equipe, que procura evidenciar os livros novos e montar listagens de livros temáticos que ficam expostos para o público leitor, durante no mínimo 15 dias; a anotação das buscas sem resultados ou com baixo retorno realizadas pelos usuários no catálogo on-line, por pedidos no balcão ou buscas no Catálogo de Acesso Público On-line

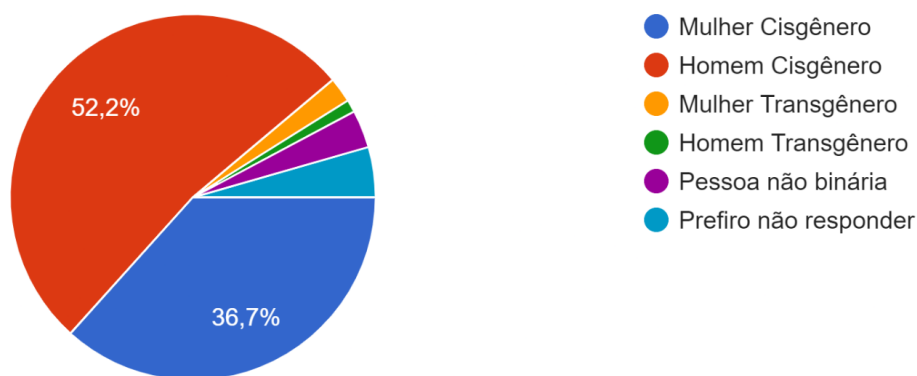
(*Online Public Access Catalog*, OPAC); e os livros que são indicados pela comunidade da CIRC. Neste trabalho também valorizaremos esses critérios para investigar a bibliodiversidade na BMA.

6.2.2 Pesquisa de público 2022: dados preliminares

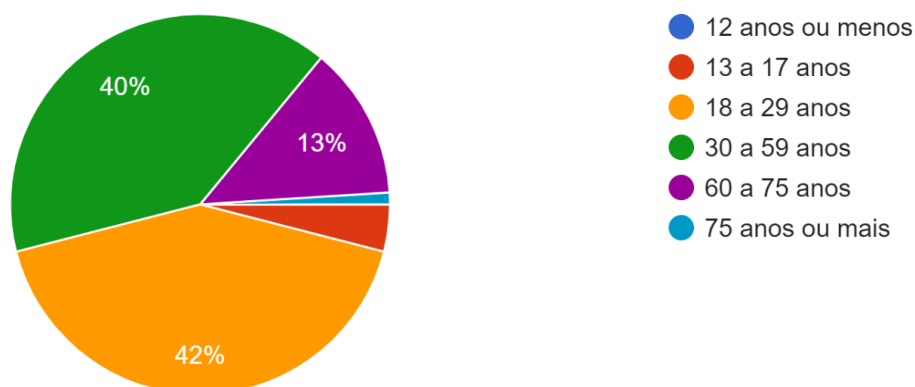
Durante o período em que esse trabalho foi realizado, a BMA começou a empreender uma nova pesquisa de público para colher informações a serem utilizadas pela administração da biblioteca. A última pesquisa do tipo foi empreendida em 2014, e é agora interesse do Departamento de Planejamento que os setores de atendimento passem a aplicar o questionário a cada seis meses, atualizando com maior frequência a base de dados sobre a comunidade atendida pela biblioteca. O questionário também tem sido aplicado em meios digitais, por meio de direcionamento por *QR code*. A coleta de dados para essa pesquisa de público que alimentará os estudos de usuário e o gerenciamento de prioridades da biblioteca para o próximo semestre começou em 17 de outubro de 2022 e irá até 18 de dezembro do mesmo ano. Contudo, nossa pesquisa conseguiu ter acesso aos dados preliminares no início de novembro.

Com o objetivo de reunir observações preliminares sobre a caracterização dos usuários da BMA, analisamos as respostas oferecidas anonimamente pelos usuários, em uma amostragem de 100 questionários, reunindo dados sobre idade, gênero, raça autodeclarada e deficiência, como é possível observar nas Figuras 4 a 7 a seguir. Foram excluídas as respostas que divergiam substancialmente em relação ao que foi questionado.

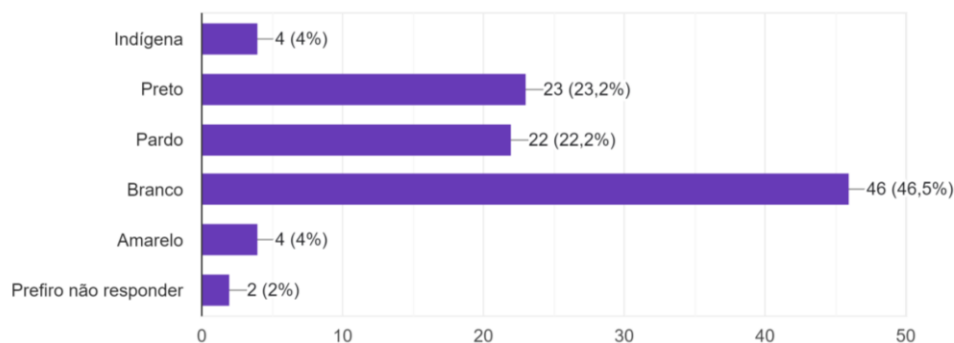
Figura 4 – Gênero dos usuários da BMA



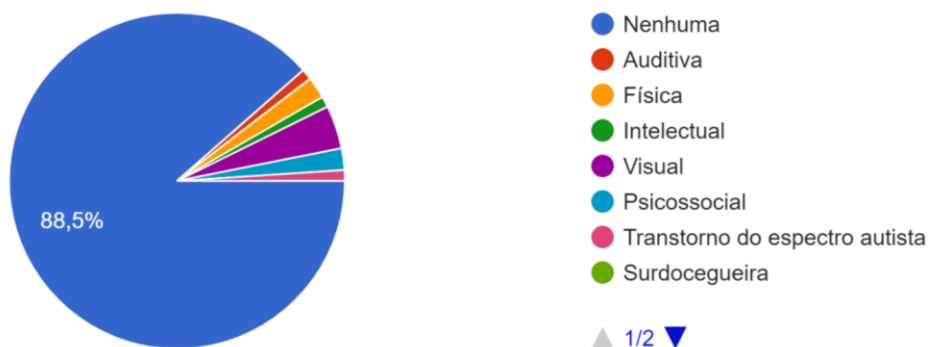
Fonte: Prévia da pesquisa de público (2022).

Figura 5 – Idade dos usuários da BMA

Fonte: Prévias da pesquisa de público (2022).

Figura 6 – Autodeclaração de raça dos usuários da BMA

Fonte: Prévias da pesquisa de público (2022).

Figura 7 – Perfil de deficiências dos usuários da BMA

Fonte: Prévias da pesquisa de público (2022).

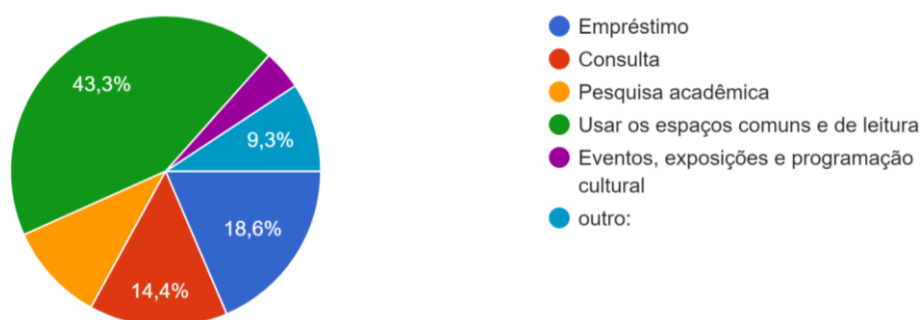
É perceptível, portanto, que a BMA conta com um público majoritariamente de homens cisgênero (52,2%), pessoas com idade entre 18 e 59 anos (82%) e sem presença de deficiências (88,5%). É válido apontar que 46,5% dos usuários se declaram brancos, enquanto 45,4% se

declaram pretos ou pardos. Tais dados deixam claro o perfil dos usuários da Biblioteca, mostrando bastante diversidade de seu público.

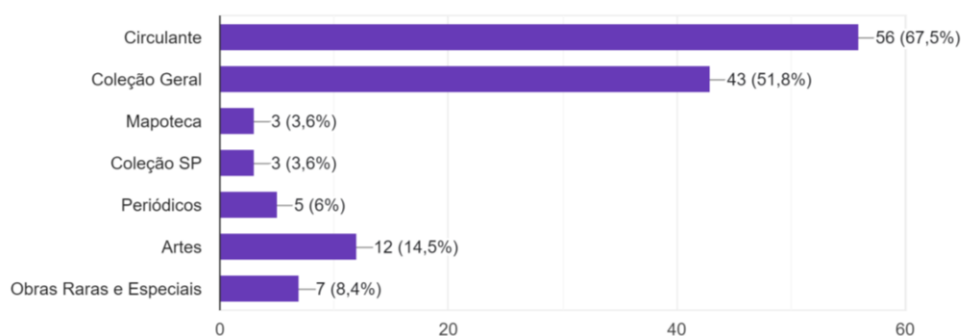
Para além das considerações sobre o perfil dos usuários, alguns outros tópicos importantes para nosso trabalho foram elencados pela pesquisa preliminar. O questionário discute, por exemplo, os meios pelos quais os usuários se informam sobre a programação e os eventos da BMA, e mostra que a maior parte (43,2%) se informa com materiais de divulgação dentro da biblioteca, como panfletos e cartazes; grande parte também se informa pela internet, utilizando o *site* (31,6%) e o Instagram da Biblioteca (29,5%). Outros meios utilizados em menor medida foram o Facebook da BMA (9,5%), redes sociais da SMC (7,4%), os *sites* da Secretaria de Cultura e da Prefeitura (6,3%), e amigos e parentes (10,5%). Isso mostra que informações sobre os eventos da Biblioteca chegam, com maior frequência, aos membros da comunidade que já a frequentam e que estão conectados em suas redes sociais mais proeminentes, evidenciando a dificuldade da BMA em atingir o público que ainda não está em contato frequente com seus espaços.

Considerando a maneira como os usuários usam o espaço e o acervo da biblioteca e quais os acervos mais utilizados, os resultados da pesquisa preliminar de público podem ser vistos nas Figuras 8 e 9 adiante.

Figura 8 – Uso da BMA pelo público



Fonte: Prévias da pesquisa de público (2022).

Figura 9 – Acervos mais utilizados pelo público

Fonte: Prévias da pesquisa de público (2022).

6.3 O desenvolvimento de coleções da BMA e a PDC

Segundo Cunha e Cavalcante (2008), o desenvolvimento de coleções (do inglês *collection development* ou *collection management*), diz respeito ao planejamento, à avaliação e aquisição de material bibliográfico em conformidade com o interesse dos usuários. Em entrevista ao Museu da Imagem e do Som em 1981, Rubens Borba de Moraes trata sobre o propósito da criação e seleção do acervo da BMA.

Quando eu voltei para São Paulo, eu voltei absolutamente entusiasmado com o que se tinha feito nos Estados Unidos e aí então eu pude preparar um plano de biblioteconomia para São Paulo, um plano de desenvolvimento. Esse plano, em poucas palavras, era o seguinte: era terminar a construção da biblioteca da Rua da Consolação que seria uma biblioteca de referência – não seria uma biblioteca de leituras, seria uma biblioteca de estudo, uma biblioteca de referência, e com a especialização em estudos brasileiros; quer dizer tendo os livros de estudos brasileiros e os livros raros de brasileira que não existiam em São Paulo [...] a biblioteca de referência seria uma central, uma espécie de biblioteca central, de consulta e de estudos, e depois então em cada bairro haveria uma biblioteca de leitura, uma biblioteca pro povo, uma biblioteca pública. (ENTREVISTA..., 1981)

Para o bibliotecário, a BMA deveria ser uma biblioteca para estudo e consulta. De fato, a proporcionalidade do acervo fixo e do circulante é desigual, sendo que dos estimados três milhões de itens disponíveis na biblioteca, apenas 40 mil são materiais para empréstimo. Os critérios para distribuição dos itens pelas coleções da BMA passam também por essa priorização relativa aos setores de consulta – entre um material doado que interesse ao setor de empréstimo e a algum setor de consulta, a prioridade é dada sempre para o último.

No mais, para que haja seleções apropriadas, processos transparentes e coesos com a intencionalidade do acervo e de seu público, o setor de Aquisições, antigo “Desenvolvimento de coleções” da BMA, existe para concretizar esses processos. A subseção 6.3.1 mostrará as atividades executadas pelo SAQ e nesse tópico se evidencia o documento em si e o alguns aspectos previstos na Política de Desenvolvimento de Coleções da BMA, instituída pela Portaria nº 3, de 22 de março de 2022. A revisão da PDC poderá ser realizada a cada dois anos, na tentativa de adequar-se às necessidades informacionais dos usuários. As informações elencadas foram descritas conforme o documento oficial, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOESP) e disponível no *site* da BMA.

A PDC tem como objetivo estabelecer os critérios e diretrizes para a gestão de acervo da BMA. Ela foi discutida por uma Comissão Interna de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Mário de Andrade (instituída pela Portaria nº 12, de 30 de agosto de 2021) (SÃO PAULO, 2021b), e a cada seis meses se organiza uma reunião ordinária para tratar as questões referentes ao desenvolvimento das coleções. Há também a possibilidade de reuniões extraordinárias, para deliberar sobre assuntos urgentes. Essa comissão deve deliberar, avaliar, propor a respeito dos processos de seleção, aquisição, doações, desbaste e descarte de itens bibliográficos e não bibliográficos.

A seleção de materiais é baseada em análises prévias dos itens, de acordo com o estado de conservação do material e as características de cada coleção e seu público. Assim, as decisões de seleção serão baseadas em critérios de relevância qualitativa (conteúdo da obra, atualidade, tratamento temático, precisão, obra clássica ou rara) e de relevância quantitativa (quantidade de itens, justificada por estatísticas que comprovem ser a obra muito procurada e relevante para composição do acervo; escassez de itens na temática; dificuldade de localizar a obra em outras unidades informacionais da rede).

A Biblioteca obedece a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998) e não aceita obras fotografadas ou mesmo publicadas sem autorização dos autores, da mesma maneira como não é permitida a censura, de qualquer ordem (ideológica, política, religiosa, entre outras). A política prevê a realização de inventários dos setores e estabelece que a execução desta tarefa ocorra anualmente, com a colaboração entre a SACE, o setor de Tratamento da Informação e a coordenação de coleções.

Sobre o desbaste, a política também estabelece diretrizes: O desbaste é um processo contínuo e que pode ser dividido em desbaste para remanejo ou descarte (FIGUEIREDO, 1990). O remanejo acontece quando os livros são armazenados em outro espaço permanente ou temporário, por haver interesse em manter a obra na instituição, todavia sem justificar sua

permanência no setor do qual ela fez parte. O principal critério para desbastar materiais é a identificação de duplicatas no acervo. As etapas são: a) submissão prévia à Comissão da relação de itens indicados para desbaste; b) apresentação anual (dezembro) à Supervisão de Acervo e Tratamento da Informação, bem como à Comissão, da relação de itens colocados em desbaste pela coordenação responsável; c) definição de, no máximo, dois anos de permanência em desbaste, condicionada sua renovação à submissão de proposta para Comissão ao final deste prazo (SÃO PAULO, 2022c, p. 17).

Ainda em tempo, é importante sinalizarmos outro tópico da PDC e que aparece como atribuição da Comissão Interna de Desenvolvimento de Coleções: “discutir e viabilizar a concepção de iniciativas para aquisição de itens bibliográficos cuja cobertura temática valorize a diversidade cultural, social, étnica, racial e de gênero” (SÃO PAULO, 2022c, p. 20). O destaque para esse tópico é necessário, pois trazer uma cobertura temática ampla com enfoque em diversidade vai ao encontro dos preceitos de um acervo bibliodiverso. Havendo então menção a essa iniciativa, mostra-se que, pelo menos institucional e legalmente, a bibliodiversidade é uma preocupação das coleções e da instituição.

Em reforço, a bibliodiversidade ganha um tópico próprio. A PDC revela a preocupação com um processo de seleção que considere a bibliodiversidade como um de seus objetivos, proporcionando a pluralidade temática na composição de seu acervo.

6.3.1 Aquisições

O SAQ, que se encontra vinculado à SACE, é responsável por criar, administrar e finalizar os processos de seleção e aquisição de materiais informacionais para o atendimento das necessidades dos usuários que utilizam o acervo da BMA. As informações aqui prestadas se originam de documentos internos e manuais de procedimentos disponibilizados pelo setor no decorrer da pesquisa.

O setor realiza as compras, em conformidade com as leis a) nº 8.666, de 21 de junho de 1993; b) nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e c) nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A aquisição é feita preferencialmente por inexigibilidade de licitação,¹⁰ por meio do fornecimento de carta

¹⁰ Segundo o artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, “é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam

de exclusividade emitida por órgãos habilitados (como a Libre, a Câmara Brasileira do Livro e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros). Todo o processo é realizado pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e tramita em diversos setores da SMC, passando principalmente pela Coordenadoria de Administração Financeira e a Assessoria Jurídica da secretaria.

A compra é feita a partir da seleção do material, com pesquisas realizadas pelo próprio setor e recebimento de indicações das coleções. Nas pesquisas do setor, são consideradas fontes de informação como catálogo de lançamentos, resenhas e levantamentos sobre o próprio acervo da BMA. O recebimento de indicações advém de coletas presenciais, em redes sociais e via Portal 156.

É importante dizer que o setor envia uma planilha de indicações em branco para os coordenadores e coordenadoras de cada setor, mensalmente, que devem preencher e retornar este arquivo para o SAQ com as sugestões/indicações que receberam – determinando a origem, se foram feitas por usuários ou pela própria coleção. Portanto, salientamos que os processos de compra não se mostram arbitrários, sendo uma via de mão dupla, com ciência por parte das coordenações. Essas listagens se convertem em planilhas organizadas por editoras, mapeando a quantidade de títulos que interessam para a compra.

É feito o contato com as empresas e, caso queiram levar o processo de compra adiante, elas enviam a documentação solicitada e aguardam os trâmites. É válido lembrar que as editoras levam, em média, de um a dois meses para emitir e reunir os documentos para a contratação ser efetivada e o prazo de tramitação do processo junto à SMC leva, geralmente, um mês.

Um fator importante que devemos considerar na aquisição de materiais para a BMA é a dificuldade que algumas editoras encontram em atender as demandas e disponibilizar o rol de documentos exigidos pela SMC. São eles: número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, documento de identificação do representante legal da empresa (RG/CNH), contrato social com ata atualizada com nome dos proprietários da empresa, dados bancários de pessoa jurídica no Banco do Brasil (SÃO PAULO, 2010), tabela de preços da editora praticados no mercado (em papel timbrado), notas fiscais para justificativa de preço, cartas de exclusividade emitidas por um órgão de classe, cartão de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, certidão negativa de débitos de tributos mobiliários municipais de São Paulo, certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, certificado de regularidade do empregador, certidão negativa de débitos trabalhistas, comprovante do Cadastro Informativo Municipal,

ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo”. Disponível em: <https://bit.ly/2xfvMD1>. Acesso em: 30 nov. 2022.

consulta na Dívida Ativa Municipal, consulta no cadastro de empresas inidôneas e suspensas, consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, consulta e certidão emitida pelo Sistema Inabilitados e Inidôneos, consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, consulta no e-Sanções, ficha de dados cadastrais, certidão de apenados de impedimentos de contrato/licitação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, lista de empresas apenadas do município e situação cadastral de prestadores de serviço de outros municípios, se for o caso.

Como é perceptível, a quantidade de documentação exigida por vezes atrapalha a negociação – a falta de recursos para emissão das cartas de exclusividade; a ausência de conta no Banco do Brasil e de comprovantes para justificativa de preço, além de possíveis pendências fiscais, são os principais motivos para a não efetivação de uma aquisição de livros.

Ainda em tempo, é importante pontuar que o setor cuida também de doações e repasses. As doações podem ser feitas por todos os usuários e por instituições, desde que cumpridas algumas exigências do setor, com a assinatura do Termo de Doação¹¹ e o conhecimento sobre os materiais que não são aceitos para composição do acervo. Esse recebimento de doações, portanto, é administrado a partir de pareceres técnicos, sendo estas repassadas para as coordenações das coleções para análise, já que têm melhores condições de responder como atender à demanda de sua comunidade usuária.

O repasse ocorre com os itens já avaliados pelas coordenações das coleções e que não interessam para composição dos respectivos acervos. O SAQ, então, localiza instituições que tenham interesse em receber os materiais como doação e, no ato da entrega dos materiais, disponibiliza-se um memorando (Anexo B) a ser assinado pela Coordenação de Aquisições e pelo responsável pela retirada, com as informações sobre a quantidade de caixas e exemplares repassados.

Por último, o setor responde pelos pedidos de descarte (consequência do desbaste mencionado no tópico 5.3) que provêm das coleções ou de itens que chegaram danificados em doações, impossibilitando seu uso. Podem ser descartados, segundo a PDC, livros com conteúdos que não sejam considerados de valor histórico, materiais desatualizados, materiais contaminados por agentes químicos ou biológicos, ou duplicatas com baixa demanda. Para que o descarte seja realizado, inicia-se o contato com o Depósito Central da Prefeitura Municipal de São Paulo para programar a retirada e o destino dos itens.

¹¹ Nesse Termo de Doação (Anexo A), o doador declara sua ciência sobre os possíveis destinos do que será doado, que podem ser: a) incorporação ao acervo, sem possibilidade de devolução; b) repasse para outras bibliotecas ou instituições; ou c) descarte.

6.3.2 O plano de metas

O Decreto nº 45.090, de 5 de agosto de 2004, considera plano de trabalho e/ou metas o conjunto de ações executadas por projetos (com períodos pré-definidos na intenção de alcançar objetivos específicos) e processos (atividades existentes na rotina de trabalho). O artigo determina que o plano de metas é elaborado e deve ser acompanhado pelo gestor da unidade de trabalho, com as respectivas equipes (SÃO PAULO, 2004).

A BMA elabora o Plano de Metas e anualmente ele é publicado no DOESP, sendo as coordenações as responsáveis por cuidar das ações para seu cumprimento pleno. No tópico adiante, olharemos brevemente para os dois últimos planos de metas da instituição (2021 e 2022), considerando os tópicos que dizem respeito à intencionalidade da Biblioteca em formar um acervo bibliodiverso.

Metas de 2021, com conteúdo resumido e adaptado (SÃO PAULO, 2021a):

- a) Ação geral: estabelecer fluxos para atualizar acervo (pedidos de compra e catalogação) e a ampliar conteúdo on-line (divulgação, organização de catálogos, digitalização), dentro dos princípios da *diversidade*.
- b) Ação 6: ampliação da diversidade na programação cultural, aumentando a *diversidade de gênero, racial e regional* nos eventos, por meio de editais que permitam a representatividade com diversos artistas e curadores visitantes, trazendo para a programação cultural olhares heterogêneos, com origem, raça, gênero e projetos artísticos condizentes com essa expectativa.
- c) Ação 40: processamento técnico de novas aquisições. Em 2020, foi realizado um chamamento para compras de livros valendo-se da *bibliodiversidade*.¹² Foram 77 editoras contempladas, sendo necessário então, após o recebimento de cerca de 1.500 títulos, repassá-los para o setor de Tratamento de Informação, que responde por essa meta.

Metas de 2022, com conteúdo resumido e adaptado (SÃO PAULO, 2022b):

¹² O chamamento é tratado detalhadamente no tópico 7.2.

- a) Ação geral: aprimoramento do trabalho da BMA, introduzindo fluxos eficientes e ampliando a programação presencial e on-line, seguindo os *princípios da diversidade*.
- b) Ação 2.1: curadoria especializada. A meta pertence à Ação Cultural e trata de dar continuidade à programação cultural e manter a oferta de eventos em diversas áreas, como Literatura, Artes Cênicas, Fotografia, Artes Plásticas e Humanidades em geral.
- c) Ação 3.1: ação conjunta de capacitação e troca de saberes motivacionais. Consiste no mapeamento de cursos da Escola Municipal de Educação Pública e na divulgação para profissionais da BMA e bibliotecários da rede dos Centros Educacionais Unificados da prefeitura. O objetivo é aprimorar o atendimento ao público, possibilitando a *inclusão* e respeitando a pluralidade dos indivíduos.
- d) Ação 4.3: aquisição de itens que contemplem o conceito de *bibliodiversidade* e de lançamentos. A meta promete a aquisição de títulos com cobertura temática ampla e multifacetada, abrangendo *literatura periférica, diversidade cultural, social, étnica, racial e de gênero*. Para isso, é necessário reorganizar o fluxo de compra que contemple a seleção de obras que representem a bibliodiversidade.

Comparando as programáticas de metas do ano de 2021 e 2022, há bastantes similaridades nas ações. A ação geral trata da intenção de seguir os princípios da diversidade e contempla todas as áreas da BMA: Acervo, Atendimento, Ação Cultural, Planejamento e Gestão. No quesito programação cultural, mantém a ideia de oferta rica e diversa para o público. Os itens c) e d) de 2022 trazem elementos novos, quando comparamos com o documento do ano anterior. A ação 3.1 foca no aprimoramento, por meio de cursos, das equipes de atendimento a fim de proporcionar uma prestação de serviço humanizada.

Já a ação 4.3 determina uma diretriz altamente relevante para esse estudo: a compra de livros novos e que contemplem a bibliodiversidade. Sendo esta meta atual, não é possível termos a dimensão correta do impacto que essas ações terão a longo prazo; no entanto, essa preocupação não é tão recente, sendo possível averiguar, por meio de dados, a aceitação desses títulos e visualizar, com análise de perfil e sob determinados critérios dentro do estudo de caso, o público que acessa e se interessa em consumir a variedade que a BMA procura ofertar nos livros e também nos eventos.

7 A BIBLIODIVERSIDADE NA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

Diante dos tópicos expostos, foi possível reconhecer a importância da Biblioteca Mário de Andrade como instituição cultural brasileira, considerando seus espaços, eventos e principalmente a formação de seu acervo que, por meio de políticas de aquisição, busca obter os itens eleitos pelos profissionais das coleções e pelos usuários. Cabe, a partir de agora, expor os critérios, desafios e aspectos do conceito de bibliodiversidade, aplicando-o ao acervo da BMA.

Cabe aqui um parêntesis para explicar dois aspectos básicos sobre a noção de bibliodiversidade, um objetivo e outro subjetivo: o primeiro diz respeito ao número total de títulos publicados, e o último refere-se ao exame da diversidade temática da lista editorial. Há muito tempo se buscou uma forma de medir a bibliodiversidade por meio de um conjunto de indicadores com dados quantitativos e qualitativos. (FARIAS, 2014, p. 41)

Como mencionamos no terceiro capítulo, bibliodiversidade, sendo definida de maneira vulgar como “a diversidade no mundo dos livros, do conteúdo acadêmico”, se mostra essencial para a preservação e manutenção de uma ampla gama de tópicos nacionais e globais, com abordagens diferentes, transpassando por uma variedade de idiomas, temáticas e vivências das editoras e dos autores. Na busca pela bibliodiversidade há de se considerar o cenário nacional, o internacional, a inclusão e a atualidade dos assuntos.

Para analisar este conceito neste estudo de caso, traçaremos e analisaremos, por meio de dados estatísticos e relatórios, algumas ações institucionais, o interesse e a recepção por parte do público quando o assunto é a diversificação de temas e a possibilidade de escolhas de livros que se adequem à categoria da bibliodiversidade.

No Quadro 1, descrevemos os critérios adotados neste trabalho para classificação de materiais pertencentes ao universo da bibliodiversidade – com base nos assuntos considerados diversos por listagem do SAQ. Vale comentar que nosso enfoque será nas temáticas bibliodiversas, mais do que nas editoras que são consideradas como tal – obviamente a relação entre editora e temática existirá, mas o levantamento de dados realizado nos proporcionou melhores resultados ao pesquisarmos os conteúdos dos materiais.

Para rematar, esclarecemos que as temáticas da bibliodiversidade não se resumem ao exposto a seguir – essas escolhas apenas condizem com os dados coletados e garantem um olhar atual sobre a manutenção e interesse por esse acervo.

Quadro 1 – Critérios para considerar livros como bibliodiversos utilizando o acervo da BMA

| CDDs principais¹³ | Assunto principal | Palavras-chaves para pesquisas | Atualidade |
|--|--|--|------------------------|
| 305.4 305.420973 396.2 | Feminismo e empoderamento | feministas; feminismo; teoria feminista | a partir do século XXI |
| 306.7660846 306.766 306.76620981 305.9066 | LGBTQIAPN+ (teoria e literatura) | lésbica; sexualidade; lgbt; travestis, transexualidade; LGBT-poesia; Pessoas transgênero | a partir do século XXI |
| 299.672 960 a869.3 m869.3 306.0967 | Literatura, Cultura, Religião e História da África e afro-brasileira | África; literatura angolana; literatura moçambicana; cultos afro-brasileiros; histórias africanas; África – Civilização; Influências africanas | a partir de 1970 |
| 869.15 ¹⁴ | Literatura periférica/marginal | Poesia marginal; arte de rua; Coletivo Sarau do Binho | a partir de 2000 |
| 305.8 305.896081 305.896 | Questões raciais | Preconceito racial; Raça negra; negros; negras; racismo; xenofobia | a partir de 2010 |

Fonte: Sistema Alexandria Online (2022).

No Quadro 1 descrevemos os principais critérios para avaliação do escopo – a classificação CDD, assunto, palavras-chaves e atualidade. A adoção desses parâmetros é essencial para obtermos sucesso nas pesquisas e relatórios gerados pelo Sistema Alexandria Online, utilizado pela rede de bibliotecas da cidade de São Paulo.

Devido a algumas generalizações que o sistema impõe, é necessário aplicarmos uma pesquisa cuidadosa, em que o CDD não nos fornece os resultados suficientes. Sendo assim, o título, o assunto e o conhecimento prévio por pesquisas e aprendizado de vida fornecem meios adicionais para determinar uma obra como bibliodiversa ou não.

Nesse ínterim, também consultamos e nos inspiramos no catálogo com mais de 300 títulos curados por duas equipes para doação de livros destinados à Biblioteca Pública Municipal Professor Nelson Foot (Biblioteca Municipal de Jundiaí). Essa ação foi realizada com recursos financeiros da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei de Emergência

¹³ Classificações Decimais de Dewey (CDD) mais utilizadas pela catalogação para representar os materiais desses assuntos no Sistema Alexandria Online.

¹⁴ No caso de literatura marginal, a localização de obras é prejudicada pela antiquada indexação dos termos. Portanto, a busca é eficaz por título e autor, e não por assunto.

Cultural Aldir Blanc.¹⁵ As responsáveis por esse trabalho foram a Casa Amarela e a Loja Cheiro de Livro. A Casa Amarela é uma livraria e espaço cultural localizada no centro da cidade de Jundiaí, com ateliê, sala multiuso e multimeios; já a Cheiro de Livro é uma livraria e floricultura, também localizada em Jundiaí.

Em relação aos autores, consideramos os que escrevem assuntos que se enquadram nos temas descritos no Quadro 1. Não consideraremos como bibliodiverso autores(as) canônicos(aos) brasileiros e estrangeiros que sejam aclamados pela academia e pela crítica brasileira. Cânones literários, segundo o e-Dicionário de Termos Literários,

é o corpo de obras (e seus autores) social e institucionalmente consideradas “grandes”, “geniais”, perenes, comunicando valores humanos essenciais, por isso dignas de serem estudadas e transmitidas de geração em geração. Tal definição é válida, quer se trate de um cânone nacional, onde se presume que o povo se reconhece nas suas características específicas, quer se trate do cânone universal. (DUARTE, 2009)

Tendo estabelecido o processo e os métodos analíticos, se determina o recorte ideal para discorrermos sobre os desafios e ações para a promoção da bibliodiversidade e a acolhida da comunidade usuária.

7.1 A bibliodiversidade no acervo da BMA: resultados

A seleção de dados neste próximo segmento ocorreu com o auxílio de documentação pública e relatórios preliminares fornecidos pelos setores de planejamento, atendimento e ação cultural da instituição. Faremos a análise do chamamento de editoras feito em 2020; as consultas ao catálogo on-line também proporcionam auxílio quanto a classificação e indexação dos títulos que estarão dentro do recorte trabalhado.

¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3ALKQXd>. Acesso em: 30 nov. 2022.

7.1.1 Chamamento de editoras: 2020

A princípio, trabalharemos na compreensão do edital SMC, de 24 de abril de 2020, com a convocação para inscrição e sugestão de títulos de obras literárias para aquisição e composição do acervo de empréstimos da BMA. O edital foi elaborado a partir de uma ideia de uma representante civil do Conselho do PMLLLB, formado em novembro de 2019, e possibilitou a compra de 1.556 títulos, contemplando 77 editoras de todos os perfis e portes, onerando um valor total aproximado de 116 mil reais (preço de capa), sendo destinados 2 mil para cada editora (BIBLIOTECA..., 2020). A publicação oficial do edital no DOESP ocorreu em 12 de maio de 2020 (SÃO PAULO, 2020, p. 26-27).

As editoras interessadas submeteram ao SAQ (na época ainda chamado de Setor de Desenvolvimento de Coleções), via e-mail, uma lista de títulos de obras literárias para análise, sem máximo de títulos. Essa iniciativa perdurou por 60 dias e após esse período o setor divulgou as obras selecionadas. O edital também especificou quais livros seriam aceitos e estabeleceu outras regras – citamos alguns pontos: os livros deverão ser literários; serão selecionadas obras de poesia, conto, crônica, romance, histórias em quadrinhos, teatro, entre outros; somente pessoas jurídicas poderão inscrever títulos; serão aceitas adaptações de obras literárias. Dos impedimentos temos: obras em domínio público, originalmente inscritas em língua portuguesa; com lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam a criança a realizar atividades no próprio livro; os livros-brinquedo deverão, obrigatoriamente, conter o selo de qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

A avaliação das listagens foi feita pelo SAQ, levando em conta atualidades, relevância para coleção, autoridade, bibliodiversidade e prioridade para editoras menores e contemporâneas, segundo os requisitos abordados acima. As obras deviam cumprir também os critérios: a) características físicas, aspectos gráficos e paratextuais; b) trabalho estético com a linguagem; c) ilustrações (se houver); d) temática; e) construção das personagens; f) conjunto da obra (SÃO PAULO, 2020, p. 26-27). O setor também se reserva ao direito de dar preferência a títulos que não tenham sido contemplados nas últimas compras; que contenha diversidade de contextos socioeconômicos, culturais, ambientais e históricos e diversidade de autores, autoras e gêneros textuais e que atendam aos perfis dos leitores e usuários da BMA.

Para este estudo, a temática e construção das personagens são os principais elementos a serem considerados. O edital é claro quanto ao que a instituição deseja receber:

a) Possibilidade de ampliação das referências culturais e reflexão crítica do leitor; b) Inexistência de didatismo, moralismo, preconceitos, estereótipos ou qualquer tipo de discriminação; c) Possibilidade de ampliação das referências culturais e de reflexão crítica do estudante sobre si, o outro e o mundo; [...] a) Inexistência de estereótipos relacionados a etnia, raça, aparência física, identidade de gênero, condição social, entre outros. b) Valorização da diversidade social, cultural e étnica na caracterização das personagens. VI. Conjunto da obra: a) Capacidade de motivar a leitura e estimular a novas leituras. (SÃO PAULO, 2020, p. 26-27)

Quanto à aquisição, as condições são as mesmas relativas às compras realizadas pelo setor, necessitando a editora estar com seus documentos fiscais regulares e solicitar as cartas de exclusividade de edição, comercialização e distribuição para submissão à SMC, juntamente com a reunião de notas fiscais para justificativa de preço. No dia 31 de julho de 2020, foi publicado o resultado no DOESP.¹⁶

Em sintonia com essa iniciativa, o Sistema Municipal de Bibliotecas participou de um projeto denominado “Modernismo 22+100”, que inaugurou o que foi chamado de “Centros de Referência do Novo Modernismo”, com espaços abertos ao longo do segundo semestre de 2021 em nove bibliotecas da rede municipal espalhadas pelas zonas da cidade, incluindo a BMA, representante única da região central. A iniciativa se deu para homenagear o centenário da Semana de Arte Moderna de 1922. A intenção desse projeto foi oferecer acervos especializados no Modernismo e na proposição do conceito de “Novo Modernismo”, termo ainda não acolhido por acadêmicos especializados em Literatura e História. Portanto, é um termo particular que a SMC utilizou para definir o movimento crescente da valorização de culturas historicamente marginalizadas, que têm conseguido seu espaço para vozes negras, indígenas, LGBTQIAPN+, entre outras.

Na BMA temos 143 livros que foram inseridos (e catalogados) nessa nova seção. Destes, 56 livros ainda não estão disponíveis para empréstimos e 87 estão na Seção Circulante. Infelizmente, por falta de possibilidade de flexibilização do espaço da BMA, o Centro se resumiu a uma estante expositora localizada no final do corredor principal no térreo da CIRC. Além disso, esbarramos no problema de localização desses livros e na escolha dos critérios para que eles fossem considerados aptos a entrarem como “novos modernistas”.

¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3FIPhed>. Acesso em: 30 nov. 2022.

7.1.2 Indicações de usuários

A existência de chamamento para aquisição de livros é algo incomum, sendo que a biblioteca prioriza o tradicional processo de indicação, seleção e aquisição dos títulos. Uma das principais fontes para medição das necessidades dos usuários são as indicações realizadas por eles no balcão de atendimento da CIRC, por e-mail ou pelo Portal 156. Atualmente, o setor está unificando todas as indicações no Portal 156, no qual é possível emitir um relatório que exhibe os dados do solicitante, o dia em que ele fez a solicitação, o preenchimento dos campos “título” e “autor” (obrigatórios), “qual assunto da obra?”, “porque você acha importante a BMA adquirir essa obra?” “você gostaria de receber informações sobre outro material bibliográfico do nosso acervo semelhante ao que você acabou de indicar?”, e um campo para descrição opcional.

Todos os usuários no relatório já haviam recebido a devolutiva de algum funcionário, em que lhes é explicado que sua solicitação será encaminhada para a área responsável pelo desenvolvimento de coleções. É importante também dizer que no Portal 156 a indicação de obras não aparece restrita a itens para a CIRC, podendo o usuário indicar obras também para outros setores de consulta.

O relatório analisado cobre o período de 1º de janeiro de 2021 até 14 de outubro de 2022. Em 2021, tivemos 17 sugestões e, até metade de outubro de 2022, 48 indicações, totalizando 65 sugestões de materiais. É perceptível o baixo número de indicações que os frequentadores têm feito para compra de materiais pela biblioteca, quando comparamos com a frequência de usuários nos setores de atendimento; no entanto, não podemos desconsiderar o período de distanciamento social que a pandemia nos impôs, sendo que os setores funcionaram com agendamentos para empréstimo até dezembro de 2021, o que afastou grande parte do público da Biblioteca.

Devemos também atribuir o baixo número de solicitações pelo desconhecimento dos frequentadores e a baixa divulgação desse serviço, além das dificuldades de acesso e restrição de público que o Portal 156 pode impor, por exigir cadastro no *site* ou uma longa espera no telefone, sendo que até o final de ano de 2021 as indicações eram feitas exclusivamente por esse veículo.

No Quadro 2 reunimos as indicações de materiais que se encaixam nos critérios da bibliodiversidade exibidos no quadro anterior. A título de esclarecimento, optamos por manter exatamente a escrita do usuário que realizou a solicitação.

Quadro 2 – Resposta de indicações de usuários filtradas segundo critérios da bibliodiversidade

| Título | Autores | Assunto da obra | Porque você acha importante? | Campo de descrição |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|--|--|
| <i>Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista</i> | Jones Manoel e Gabriel Landi Fazzio | Textos de revolucionários africanos | “Esta obra se insere no contexto de divulgação e popularização de autores e intelectuais africanos e está em consonância com o que apregoa a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, a qual inclui o ensino de “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas. Este material pode servir de subsídio aos professores e pesquisadores brasileiros.” | |
| <i>Circe</i> | Madeline Miller | Mitologia, ficção | “Pq é interessante ter uma outra perspectiva sobre a mitologia dessa Deusa, além de ser tão empoderador” | |
| <i>Religiões afro-brasileiras</i> | | | “O conhecimento e popularização de religiões Afro-brasileiro” | “O acervo ao público ser maior sobre esse assunto” |
| <i>Mitologia dos orixás</i> | Reginaldo Prandi | Religiões de matrizes africanas | “porque ela está somente para consulta e seria interessante ler em casa com calma” | “Senti falta de poder pegar o livro.” |

Fonte: Portal 156 da Prefeitura Municipal de São Paulo (2022).

Percebemos que das quatro indicações realizadas com temática que se adequa aos critérios pré-estabelecidos neste trabalho, dois usuários distintos indicaram livros sobre religião africana e afro-brasileira, enquanto um usuário descreveu com detalhes a antologia sobre o pensamento marxista, escrita pelo viés de intelectuais africanos, justificando sua indicação pela existência da lei que inclui História e Cultura Africana no Ensino Básico.

Temos também uma indicação voltada para o “feminino”, tratando de uma obra que traz uma nova perspectiva sobre a deusa Circe – o título completo do livro é *Circe, feiticeira, bruxa: entre o castigo dos deuses e o amor dos homens*, em que o livro ficcional conta a história já conhecida dessa figura mitológica a partir de sua própria voz, colaborando para a tendência feminista de oportunizar lugares de fala para histórias tradicionalmente contadas pela perspectiva do patriarcado.

7.1.3 As obras mais emprestadas e consultadas na Seção Circulante

Abordaremos neste tópico outro critério importante para verificarmos a relevância da promoção da diversidade de materiais na BMA. Examinamos relatórios de consulta, emitidos pelo Sistema Alexandria Online, sobre a movimentação de empréstimos da CIRC (que abrange também algumas obras de referência, como dicionários) dos últimos três meses (de 15 de julho a 15 de outubro de 2022), e os filtramos por assunto.

A quantidade de empréstimos neste período foi de 8.904 exemplares. Deste número, foram emprestados 94 vezes livros que contêm os assuntos “feminismo” e “feministas”, com 30 consultas locais; a temática LGBTQIAPN+, com os termos “LGBT”, “lésbica” e “Transexualidade”, com 22 empréstimos e oito consultas locais. Sobre o tema Cultura e Literatura Africana, utilizamos os termos “África”, “Orixás”, “Literatura africana”, “Literatura Angolana”, “Literatura Moçambicana” e “África-civilização”, que nos resultaram em 55 empréstimos e 28 consultas. Sobre a questão racial, os termos foram “Raça negra”, “negra”, “negros” e “xenofobia”, somando 228 empréstimos e 64 consultas, sendo três deles livros de referência.

Finalmente, no critério Literatura Periférica ou Literatura Marginal, existe a indexação apenas do termo “Poesia Marginal”, e não houve nenhum empréstimo no período. Nos outros termos referentes ao assunto, não há indexação destes termos no vocabulário controlado do Sistema Municipal de Bibliotecas, sendo estes livros generalizados nas categorias de Literatura Brasileira. Para ele, trabalharemos observando a demanda das editoras que publicam os livros que levam essa identificação.

Editoras como LiteraRUA (20 títulos na BMA + CIRC), Selin Trovar (13 títulos), Sarau do Binho (16 títulos) e FiloCzar (52 títulos na BMA + CIRC) são consideradas editoras independentes e periféricas. Para obter resultados satisfatórios, realizamos uma pesquisa para saber se as publicações dessas editoras são procuradas pelos usuários da BMA. No período de 15 de julho a 15 de outubro de 2022, tivemos duas consultas e um empréstimo em livros da LiteraRua; dois empréstimos e duas consultas locais da editora Selin Trovar; Sarau do Binho contabilizou um empréstimo; e da editora FiloCzar, sete consultas e dez empréstimos (cinco empréstimos de Filosofia e cinco empréstimos sobre Veganismo). Os números baixos não colaboram com a emergente ampliação do acervo periférico, com autores e editoras pequenas que disponibilizam essas obras, tornando a justificativa de aquisição complexa.

Analisando o relatório dos autores mais emprestados, no topo se encontram Agatha Christie (literatura inglesa), Stephen King (literatura estadunidense), Machado de Assis (literatura brasileira), Nora Roberts (literatura estadunidense) e Clarice Lispector (literatura brasileira); ou seja, autores canônicos brasileiros e escritores estrangeiros que produzem (ou produziram) literatura há um tempo, ganhando notoriedade mundial. Dos autores que podemos considerar bibliodiversos, na lista de mais consultados, temos Carolina Maria de Jesus, na 16ª posição, que se encaixa na categoria de literatura periférica por abordar suas vivências como escritora negra e cidadã marginalizada; na 21ª posição temos a escritora brasileira Conceição Evaristo, também negra, ganhando visibilidade nos últimos anos com suas obras poéticas, sua vivência feminina na negritude e seus romances memorialistas; na 36ª posição temos o escritor brasileiro Itamar Vieira Junior, romancista baiano, autor do premiado *Torto arado*, que trata de um retrato de classe de um Brasil desigual e racista.

Analisamos também os livros mais reservados na CIRC no mesmo período de três meses, a fim de entender se há livros que se encaixam nos critérios de bibliodiversidade. O Quadro 3 mostra quais são os livros mais requisitados e que no momento do interesse do usuário ele se encontrava já emprestado.

Quadro 3 – Livros mais reservados na Seção Circulante

| Autor | Título | Quantidade de reservas (15/07-15/10) |
|-------------------------|--|---|
| Itamar Vieira Junior | <i>Torto arado</i> | 11 |
| Laurentino Gomes | <i>Escravidão, volume 1</i> | 8 |
| Carolina Maria de Jesus | <i>Quarto de despejo</i> | 5 |
| Ana Maria Gonçalves | <i>Um defeito de cor</i> | 4 |
| Haruki Murakami | <i>Do que eu falo quando falo de corrida</i> | 3 |
| Silvio de Almeida | <i>Racismo estrutural</i> | 3 |

Fonte: Seção Circulante da BMA (2022).

Ao analisar os títulos que são mais reservados, nos deparamos com livros que possuem temáticas similares. O interesse pela ficção e teoria sobre a raça negra aparece em destaque quando olhamos para os livros que são mais reservados e pela quantidade de livros emprestados com assuntos coincidentes com o tema.

7.1.4 Pesquisas no OPAC

As pesquisas realizadas pelos usuários no catálogo on-line mantido pelo Sistema Alexandria Online e disponibilizado para uso dentro das bibliotecas e consultas domiciliares também são elementos importantes para análise. O interesse dos usuários pode ser medido por meio dos termos que eles procuram nas bibliotecas.

Para prepararmos a nuvem de termos que aparece na Figura 10, foi necessário solicitar ao Sistema Alexandria Online um relatório dos termos pesquisados no OPAC; a princípio recebemos o relatório relativo a um ano de pesquisas em todas as bibliotecas da rede municipal, o que nos forneceu uma tabela com mais de 626 mil resultados. Sendo este um número muito alto, de manejo moroso e difícil, optamos por reduzir a três meses de resultados, gerando 128.430 entradas.

Sendo esse valor ainda alto, reduzimos as buscas para os filtros de Bibliotecas, com usuários que filtraram suas escolhas como Mário de Andrade (BMA) e Mário de Andrade – Seção Circulante (CIRC). Realizando esse procedimento chegamos a 6.366 resultados. Em seguida, removemos os códigos do algoritmo de busca para visualização clara dos termos a serem analisados.

A partir desse valor, organizamos a planilha por ordem alfabética e inserimos os termos no *site* Word Clouds, ferramenta gratuita para criação de nuvem de palavras.¹⁷ Optamos por remover as palavras com menos de cinco ocorrências na contagem, para que a nuvem se formasse de modo mais organizado e fornecesse uma melhor visibilidade dos termos.

Como a plataforma faz a contagem de repetições por palavra, ela não compreende locuções (nome + sobrenome, títulos completos dos livros e assuntos com derivações); portanto voltamos à planilha de 6 mil resultados, aplicamos uma formatação condicional e destacamos os termos duplicados com outra coloração para distinção e auxílio no momento de organizar a nuvem de termos.

Descartamos os artigos e preposições e repassamos todos os itens coletados pelo *site*, complementando, baseando-nos na planilha, com as palavras que eram utilizadas também em conjunto, formando nomes próprios ou títulos das obras. Consideramos a utilização da busca simples no OPAC, excluindo também pesquisas que foram feitas por CDD, editora, número do tombo e região de São Paulo.

¹⁷ Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

todavia, optamos por essa filtragem contando que esses dados forneçam maior precisão para análise.

7.1.5 Crescimento do acervo circulante: temas bibliodiversos

Após a iniciativa em 2020 para renovação e aumento do acervo de livros para empréstimo, o que trouxe um abastecimento grande de novos títulos para o setor, a Seção Circulante iniciou um controle estimativo do crescimento de seu acervo. Segundo cálculos, há expectativa que em 2030 o acervo chegue a mais de 68 mil exemplares. Esses cálculos foram realizados utilizando o número atual do acervo anualmente, a média de quantos livros poderão ser emprestados no momento da contagem e a média de livros novos que o acervo incorporará, sendo cerca de 2.300 exemplares novos por ano.

Considerando os critérios estabelecidos no Quadro 1, descrevemos a seguir a quantidade de materiais com temática bibliodiversa adicionados ao acervo: em 2020, sete títulos sobre feminismo; em 2021, dez títulos; e em 2022 (até a elaboração deste trabalho), 24 novos títulos. Sobre a temática LGBTQIAPN+, em 2020, dois títulos; em 2021, três títulos; em 2022, seis novos títulos. Sobre cultura e literatura africana, dez títulos em 2020; 32 títulos em 2021; e 33 novos títulos em 2022. Sobre questões raciais, 12 títulos novos em 2020; em 2021, 11 títulos; e 27 novos títulos em 2022.

É importante mencionar que muitos títulos podem se encaixar em mais de um assunto, como as temáticas raciais e feministas e sobre a África e negritude, que aqui encaixamos como questões raciais; além disso, não obtivemos dados sobre o crescimento do acervo de literatura periférica/marginal devido à dificuldade de categorizar o tema sem um assunto e uma classificação (CDD) que o represente devidamente.

É digno de nota o crescimento do acervo infantil da BMA e da procura pela disponibilização de materiais diversificados. A temática que mais chama atenção é “contos africanos” em que, da busca resultante de 76 resultados (CIRC), 28 são livros infantis.

Além disso, é expressivo o crescimento de editoras independentes e bibliotecas diversas no acervo, o que se relaciona diretamente com o chamamento de 2020 (tópico 6.1.1). Em dezembro de 2021, o setor de Desenvolvimento listou as editoras e títulos que considerou como bibliodiversos. Entre as editoras que aparecem em maior quantidade já catalogadas na OPAC da Prefeitura de São Paulo (CIRC + CG + Obras raras): Boitempo, com 352 resultados; LeYa,

264 resultados; Peirópolis, 161 resultados; Todavia, 105 resultados; Jandaíra/Pólen, 72 resultados; Mazza Edições, 63 resultados; Expressão Popular, 59 resultados; Patuá, 53 resultados; Duna Dueto, 52 resultados; FiloCzar, 38 resultados; Pallas, 34 resultados; Malê, 33 resultados; Kapulana, 32 resultados; Viajante do Tempo, 29 resultados; Lote 42, 25 resultados; Areia Dourada, 19 resultados; Oficina Raquel, 17 resultados; Armazém da Cultura e Sarau do Binho, 16 resultados cada; Estação Brasil, 14 resultados; Selin Trovoar, oito resultados; e Me Parió e Arole, com seis resultados.

Das editoras citadas, cada uma à sua maneira procura incentivar e democratizar o acesso e o lugar de escrita, fala e publicação de autores e autoras menos conhecidos, proporcionando a diversidade no mundo da leitura. Apesar disso, justamente pela publicação não possuir grande divulgação, a Biblioteca, a Ação Cultural e os setores de referência e empréstimos precisam desenvolver mecanismos para atrair a atenção dos leitores, promover o conhecimento e a circulação dessas palavras, dessas origens e novas formas de expressão. E é sobre uma dessas iniciativas que trataremos no próximo tópico.

7.1.6 As exposições de livros

A divulgação do acervo é parte fundamental do cotidiano das coleções de uma biblioteca, pois o acervo deve ser acessado e o leitor estimulado pela curiosidade em relação às capas expostas, ao título das exposições e à seleção total feita pela equipe de funcionários. Todas as coleções da BMA frequentemente preenchem alguns expositores e prateleiras com uma seleção de materiais que se agrupam em temas ou livros recém-chegados para consulta ou empréstimo.

O setor de Obras Raras e Especiais tem sido bastante valorizado pela Ação Cultural da BMA, pois periodicamente alguns itens integram as exposições realizadas, sendo exibidos fora da sala Paulo Prado. A CIRC possui um espaço específico onde realiza suas exposições, localizado logo na entrada do setor – assim, analisaremos três exposições realizadas pela equipe que vão ao encontro dos critérios adotados no início do sexto capítulo, e com isso averiguaremos se o público demonstrou interesse nas temáticas e no subsequente empréstimo dos materiais relacionados a elas.

A Seção Circulante nos informou que as exposições duram no mínimo por 15 dias; consideramos portanto a quantidade de empréstimos de tais livros no período de 20 dias,

oferecendo uma margem adicional de cinco dias. Todos os livros expostos eram passíveis de empréstimos, com exceção aos materiais de consulta da coleção de referência do e, na época, o prazo de devolução destes era de um mês.

Em 1º de fevereiro de 2022, o setor realizou uma seleção de livros com a temática LGBT e intitulou a exposição de “Das bandeiras à arte: produções LGBTQIAPN+”, com 13 livros expostos, dentre eles livros de poesia, teoria, literatura, com destaque a obras de autoras lésbicas. Destes livros expostos, cinco títulos foram emprestados no período: *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios, escritora lésbica famosa; outros dois títulos de Oscar Wilde e Richard Zimler, escritores gays; um empréstimo de *Antologia trans: 30 poetas trans, travestis e não-binários* (de vários autores); e *Estamos bem*, de Nina LaCour, livro que trata de perdas e luto em que a protagonista é lésbica.

A segunda exposição analisada foi “E eu? Sou uma mulher? – autoras negras”, iniciada em 2 de março de 2022 – contou com dez livros expostos, dos quais sete foram emprestados, corroborando com a percepção de que há um aumento no interesse do público em relação à literatura negra, como nos mostrou a quantidade de empréstimos e reservas de livros.

A terceira e última exposição observada foi “Por uma literatura africana”, montada em 17 de junho de 2022. Dos 19 livros listados e expostos houve um número muito baixo de empréstimos no período de junho e julho: apenas três livros de autores de países africanos, como Camarões, África do Sul, Angola e Senegal.

Percebemos portanto que, das três exposições analisadas, a mais bem-sucedida foi a de mulheres negras. Outras exposições com temáticas como “gordofobia”, “contos árabes” e “mulheres na guerra” também tiveram seus lugares neste ano, mostrando a preocupação constante do setor em democratizar o oferecimento de conteúdos e autores para a comunidade leitora.

7.2 Eventos pela promoção da diversidade

Além das atitudes tomadas pelo acervo para manter e apostar na bibliodiversidade, existe também um alto investimento e uma diversa gama de opções no quesito da programação cultural da BMA. Com apresentações musicais, peças de teatro, cinema, exposições itinerantes de arte e de livros, palestras e eventos literários, a instituição tem se destacado no oferecimento de atrativos culturais para o público. Considerando os objetivos anuais ditados pelo plano de

metas, observa-se o aumento da oferta da diversidade nesses eventos e na contratação de artistas comprometidos com ela.

É preciso destacar que muitos dos eventos literários promovidos pela Ação Cultural ocorreram por contrapartida,¹⁸ em que só é cedido o espaço da biblioteca se a empresa, no caso as editoras, oferecer algo em troca. Geralmente, em grandes eventos, recebe-se muitos livros de doação que são armazenados na Reserva Técnica do SAQ.

Em 2019, houve dois eventos que se destacaram pela amplitude e por seus objetivos. Entre os dias 7 e 9 de julho ocorreu o “Esquenta Primavera São Paulo”, organizado pela Liga Brasileira de Editores (Libre), antecipando a Primavera Literária, que ocorre há 22 anos no Rio de Janeiro. Esse evento celebrou a bibliodiversidade, sendo essa a principal pauta dessa associação que reúne editoras independentes.

Tivemos, além da venda de livros, discussões sobre o mercado editorial, debates, cineclube, saraus, *workshops*, *performances* e outras atrações, dentre as quais destacamos: “O profissional que o mercado procura: oportunidades no mercado editorial atual”, com Monique D’Orazio, Felipe Sali e Felipe Colbert, e mediação de Cassia Carrenho; Cineclube Cine & Manas; “Coletivos: independentemente juntos”, com Daniela Padilha, Raquel Menezes, Cid Vale Ferreira, e mediação de Leonardo Neto; Espetáculo Pescadora de Ilusão, inspirado no livro *A mulher que matou os peixes* (1968), de Clarice Lispector; Sarau Cooperifa; “Esquenta Primavera convida Quatro Cinco Um e Tapera Taperá”, com Paulo Werneck e Antonio Freitas. As casas editoriais que participaram do evento foram: Andrea Jakobsson Estúdio, Ibis Libris Editora, Valentina, Imperial Novo Milênio, Mundaréu, Autêntica Editora, Pólen Livros, Bazar do Tempo, Semente Editorial, Pallas, Aletria, Alameda Editorial e Oficina Editora – todas comprometidas com a bibliodiversidade (ESQUENTA..., 2019).

Sobre o evento e a escolha da BMA para a realização, a presidenta da Libre, na época, disse em entrevista:

Ocupar a Mário de Andrade que, além de um belíssimo projeto arquitetônico, tem nos últimos meses tido uma riquíssima programação voltada para literatura, é muito gratificante para as editoras independentes. Nós da Libre, com nosso espírito colaborativo, construímos para o público uma programação diversa, ou melhor, bibliodiversa, com o intuito de agregar todas as faixas etárias, variados temas, trazendo discussões importantes para a agenda contemporânea. (PRIMAVERA..., 2019).

¹⁸ Segundo o glossário do Congresso Nacional, a contrapartida define-se como “participação financeira que o beneficiário de uma transferência voluntária se compromete, contratualmente, a aplicar em um projeto. A cobertura da contrapartida pelo beneficiário pode efetivar-se por meio de empréstimo ou receita própria. Identifica também a aplicação de recursos por parte da União, no caso de operação de crédito ou de doações”. Disponível em: <https://bit.ly/3UcWdyo>. Acesso em: 30 nov. 2022.

Ao voltarmos nosso olhar para as redes sociais, o evento no Facebook mobilizou 211 pessoas, que confirmaram seu comparecimento no evento; no Instagram, com a primeira divulgação no dia 31 de maio, obteve 117 curtidas e quatro comentários; em 3 de junho, 114 curtidas e três comentários; em 5 de junho obteve 96 curtidas e zero comentários; e em 8 de junho, 72 curtidas.

Após pesquisa no Google, podemos constatar que o evento não teve um grande alcance nos meios de comunicação jornalísticos e este trabalho não obteve os dados da frequência do público a fim de colaborar com a mensuração do sucesso dos dias de eventos. No Instagram, a *hashtag* #esquentaprimavera aparece 398 vezes, mas não se mostra efetiva no recolhimento de dados, pois se confunde com uma campanha de vendas da estação de mesmo nome. Infelizmente, este evento não ocorreu novamente no espaço da BMA, sendo que suas edições posteriores foram realizadas on-line.

Ainda sobre grandes eventos focados na promoção de diversidades, o FMA aparece com grande destaque. Sua primeira edição ocorreu em 2019 e a segunda, em outubro de 2022. O festival oferece gratuitamente, em parceria com a SMC, palestras, feiras literárias, mesas de debate e apresentações artísticas, que acontecem no prédio da BMA e nos arredores, ocupando outros espaços públicos e trabalhando a valorização da produção cultural nacional, levando o nome do patrono da instituição que era um grande entusiasta desse enaltecimento das produções brasileiras.

Em 2019, o evento no Facebook atraiu a atenção de 8.296 pessoas, com 1.800 delas confirmando presença no evento; a primeira publicação no Instagram divulgando o FMA para o grande público foi feita em 24 de setembro (as inscrições foram divulgadas anteriormente, em 20 de agosto), e o festival ocorreu em 4, 5 e 6 de outubro – a divulgação começou dez dias antes do início das festividades.

Entre a divulgação e o início do evento, a comunicação da BMA passou a publicar artes específicas para cada programa que o FMA ofereceria – dois dos quais chamaram mais a atenção do público, sendo a divulgação da peça “Amar, verbo intransitivo”, com 632 curtidas, e a palestra de Fernanda Montenegro com lançamento de sua autobiografia, *Prólogo, ato, epílogo*, com 571 curtidas, que ocorreu na finalização do evento e lotou o Teatro Municipal de São Paulo (PREFEITURA..., 2019).

Destacamos alguns eventos que dialogam com a diversidade: “Um sarau para Mário”, em que vários artistas dos saraus e do *slam* se unem para homenagear Mário de Andrade; “Yebo: espetáculo de dança”, um espetáculo no estilo *gumboot dance* – dança popular africana, fundada pelos trabalhadores de carvão e de ouro da África do Sul, no século XIX; “Isabela

Figueiredo + Milton Hatoum: laços de família”, escritora moçambicana e autor brasileiro abordam o racismo a partir da relação com o pai, no contexto de imigração e pós-colonialismo; “Bate-papo: literatura LGBTQ+”, discussão sobre a importância da representatividade LGBTQIAPN+ na literatura; “Bate-papo: literatura, ficção e negritude: com Miriam Alves e Elizandra Souza”, discussão sobre a produção de autores negros e a importância do olhar não hegemônico na literatura (PREFEITURA..., 2019).

Neste ano de 2022, após dois anos de ausência devido à pandemia de Covid-19, ocorreu a segunda edição do FMA. A contratação se deu por meio de contrapartida e o SAQ recebeu 1.755 doações, que foram listadas e serão repassadas para análise das coleções. As inscrições de artistas e editoras foram abertas em 28 de julho e a divulgação nas redes sociais se iniciou em 8 de setembro, com 757 curtidas e 25 comentários, e contou com divulgação nos canais oficiais da SMC e da BMA.

Novamente, a parceria entre a SMC e a BMA apostou na produção e em sua diversidade, trazendo *shows*, saraus, debates, palestras, *slams* e outras atrações. Em entrevista à Agenda Tarsila, o atual diretor da BMA, Jurandy Valença, comentou sobre o festival deste ano:

O Festival vai ser presencial depois de dois anos de pandemia, que ainda não acabou, infelizmente: vai do dia 21 de outubro, uma sexta-feira, e segue até domingo, dia 23 de outubro. A ideia é falarmos da periferia, da literatura periférica, de várias linguagens que estão conversando hoje com a contemporaneidade, com este novo modernismo. Vai ter quadrinhos, eventos ligados ao público geek, HQ, teatro, performance, artes visuais. Queremos trazer para mesa muitos autores brasileiros, principalmente os periféricos que a gente ainda não conhece. Acredito que não existe um centro fixo. Na verdade, quando se fala no Centro, a biblioteca está nele. Mas a periferia, as bordas da cidade, o que está à margem, também é um centro vivíssimo de acontecimentos onde tem uma produção cultural enorme e muito rica. A ideia é lançar luz para essa produção marginal, digamos, que está à margem da cidade, e trazer ela para o centro. Estamos fazendo isso voltado à literatura, às questões indígenas, às questões LGBTQIA+, à literatura infantil. O Festival vai focar basicamente nestes eixos, mas olhando para o Brasil, para a produção do país e da periferia. (GIMENES, 2022)

Considerando a declaração dada pelo gestor, o FMA tem o potencial para se tornar um evento plural, comprometido com o espaço de todas as linguagens artísticas e literárias.

Além de *shows* de artistas consagrados, como Marina Lima e Mateus Aleluia, destacamos outros eventos: o “SLAM SP: chaves A e B”, e “SLAM SP: chaves C, D e E”; “Conversa literária: o amor nos livros”, com a autointitulada filósofa e *drag queen* Rita Von Hunty, a psicóloga indígena Geni Nuñez e o escritor João Anzanello Carrascoza, em que os convidados dialogaram sobre suas experiências de escrever e refletir sobre o amor; “Sarau das Pretas”, com poemas e canções autorais, trazendo, pela perspectiva de casos de discriminação, a pauta LGBTQIAPN+; “Conversa literária: afrofuturismo”, proporcionando o encontro de dois

autores em uma conversa regada a temas como diáspora africana, decolonialidade e narrativas afro; “Literatura indígena contemporânea”, bate-papo que discutiu sobre a produção literária indígena no Brasil; “Escrever a periferia”, roda de conversa com autores de diferentes regiões periféricas discutindo suas relações com seus espaços de origem nas obras (II FESTIVAL..., 2022).

Como resultado deste trabalho, no dia 31 de outubro, o Instagram oficial da BMA divulgou que cerca de 20 mil pessoas marcaram presença no evento, durante o final de semana de 21 a 23 de outubro, e cerca de 4 mil acessaram a Biblioteca.

Além dos dois eventos já citados, a BMA tem colaborado com a chamada Feira Mioslos, que fará dez anos em 2023. A Mioslos consiste em uma parceria da editora Lote 42 com a Biblioteca para aproximar a instituição de publicações editoriais e gráficas independentes.

A edição de 2022 contou com cerca de 6.300 pessoas e mais de 190 expositores de todo o país, segundo dados expostos pelo diretor da BMA em suas redes sociais. Além das editoras, contamos também com o ciclo de dez palestras, intitulado “Fala Mioslos”, que tratou da arte gráfica contemporânea e contou com teóricos e profissionais da área: “O passado, o presente e o futuro dos quadrinhos *queers*”, com Mário Cesar, autor e editor de histórias em quadrinhos; “ARTISTA S.A.: o livro de artista e a autonomia na publicação”, com a pesquisadora Kátia Fiera; “O *fanzine* e a sala de aula: implicações éticas/afetivas e autoralidade”, com o escritor e editor de *fanzines* Thiago Kazu; e “Poéticas negras na publicação”, com Mitti Mendonça, artista visual (FALA..., 2022).

Considerando que, na atualidade, as redes sociais são um termômetro eficiente para averiguarmos a receptividade do público que segue determinada página, selecionamos comentários feitos por usuários das redes sociais da BMA e de parceiros, como os perfis do Instagram da Feira Mioslos e da Libre, nas postagens relativas ao Esquenta Primavera 2019. O Quadro 4 adiante mostra alguns comentários recolhidos no Instagram sobre os eventos.

Quadro 4 – Comentários no *Instagram* sobre os eventos

| Esquenta Primavera 2019 | Festival Mário de Andrade 2019 | Festival Mário de Andrade 2022 | Feira Míolos 2022 |
|--|--|---|---|
| Oi gente! Pras palestras é só chegar na hora ou tem que fazer alguma inscrição prévia? | Uma pena que a programação divulgou o dia errado da palestra com Mia Couto e Milton Hatoum! Varias pessoas se deslocaram do centro pro outro lado da cidade, só pra encontrar o Tendal da Lapa fechado. | Foi mesmo uma programação maravilhosa: diversa, pulsante, instigante. Obrigada por tanto! | Foram três anos esperando por esse calor humano! Obrigada! ❤️ |
| Que bacana!! Parabéns e muito sucesso neste esquentar maravilhoso ❤️🙌👏👏 | Fui hoje na recepção da Biblioteca Mário perguntar sobre esse festival, e os atendentes não souberam me informar. 😊 cadê a preparação deles. ☐ não é a primeira vez que pergunto algo e eles não sabem informar. | Participei no sábado e no domingo ameeeei tudo .Parabéns!! | Parabéns a todos os envolvidos!!!❤️🔥 |
| Vai ser dia 08 ou 9? Na programação tá dia 08... | Parabéns! Até que enfim, um Evento à altura, da literatura brasileira! Que é vasta, complexa, rica, plural e linda.❤️ | Foi maravilhoso. Parabéns! Adorei ser parte da programação. | Aaaaa foi demais!!!❤️❤️❤️ |
| Vocês marcaram o perfil errado, amigos. | boa noite, pra participar das oficinas que ocorrerão na biblioteca precisa de inscrição? | Salve, salve a sabedoria e espiritualidade do querido @ | Foi uma beleza! 🙌🙌🙌🙌🙌❤️ |
| Super interessante 🙌🙌🙌 | @ – @ – meninas, olha só que legal! :D eu vou! | Onde consigo acesso às fotos do evento? | Foi lindo demaisssss 💎💎💎💎 |
| Já salvei! 🙌😊 | @ – @ – @ – olha que maravilha 😊😊😊 | Ansiosa pelo próximo!!! | Foi uma delícia❤️❤️❤️ |
| 👍 Genial! | 😊😊🙌🙌😊😊.. Muito bom.. @ vamos? | foi lindo! quero mais! ❤️ | Foi lindo demaiis |
| 😊😊😊❤️ | @ – 😊, nem preciso falar né | Foi maravilhoso! 🙌😊🔥 | foi sensacional 🙌 |
| 🙌🙌🙌 | @ – olha isso!! :) | Axé!❤️ viva!❤️ | Já estamos lá. |
| 🙌🙌🙌☐ | @ – olha isso!!! | Foi muito lindo | obrigada ❤️🔥 |
| 😊 | 🙌🙌🙌🙌🙌🙌 | 🙌🙌🙌🙌 | ❤️❤️❤️🙌🙌🙌🙌 |
| 👍 | ❤️🙌🙌🙌 | | 🙌🙌🙌 |

Fonte: Instagram (ANEXO C, 2022).

Sobre o evento “Esquenta Primavera”, não encontramos nenhuma postagem com mais de dez comentários para que fossemos capazes de analisar um grupo de opiniões; para tanto, acessamos sete postagens distintas para que selecionássemos os 12 comentários descritos no Quadro 4, dado que a maioria dos comentários são de usuários da rede social marcando amigos para divulgar o evento. Dos descritos, temos nove comentários elogiando a iniciativa, sendo que cinco possuem apenas *emojis* que felicitam o evento; temos dois comentários com dúvidas sobre inscrição e datas e um comentário de alerta em relação à marcação errônea na postagem, em que o artista que deveria estar mencionado foi confundido com outro usuário da rede.

Sobre a postagem de apresentação do FMA 2019 que recebeu, nesta primeira publicação 1.301 curtidas e 95 comentários, dos quais alguns foram coletados e descritos no Quadro 4. Destacam-se duas críticas à divulgação do evento, sendo uma delas aos funcionários da recepção por não saberem informar os usuários – crítica essa que deve ser atribuída a uma falha de comunicação entre os organizadores do evento e o atendimento ao público; há também uma dúvida quanto à necessidade de inscrição nas oficinas, três comentários elogiando o evento e 77 comentários de pessoas mencionando outras para contarem sobre o evento e elogiá-lo, dos quais exibimos seis exemplos.

Não encontramos publicações da BMA em agradecimento aos eventos de 2019, nos quais poderíamos verificar se as expectativas do público foram atendidas. Todavia, nos eventos deste ano, a Biblioteca se preocupou em publicar agradecimentos sobre o FMA 2022 e a Feira Mios 2022, dos quais coletamos os comentários.

Sobre o FMA deste ano, a publicação a seu respeito recebeu 450 curtidas e temos nove comentários descritos no Quadro 4 elogiando o evento, com um usuário questionando acerca do acesso às fotos deste, sem obtenção de resposta. Podemos ver também comentários de um artista que participou do evento agradecendo o convite e outro elogiando o artista que realizou o *show* de encerramento.

No Instagram, a *hashtag* #festivalmariodeandrade mostra 933 publicações desde 2019. As publicações se alternam entre fotografias que divulgam editoras e artistas que estiveram no evento, público que frequentou os dias do evento e canais de divulgação da SMC. Os comentários feitos no pós-evento mostram, em sua maioria, satisfação por parte do público.

Sobre a Feira Mios, a postagem de agradecimento feito pela página oficial do evento em conjunto com a BMA recebeu 340 curtidas e 36 comentários no total, sendo todos eles positivos, com uso de diversos *emojis* e elogios à feira.

Destacamos 12 comentários no Quadro 4, com 11 deles sendo elogios à feira e um de uma editora dizendo estar no evento; é possível perceber uma efusividade nos comentários,

assim como ocorreu com o FMA, com uso de palavras de agradecimento, outras que indicam felicidade e uso recorrente de *emojis*. É interessante observar que na *hashtag* #feiramiolos são mais de 3 mil menções no Instagram, contando com uma cobertura maior que os eventos anteriores.

Apesar de não ter sido possível a obtenção de dados oficiais sobre a frequência nos festivais e na feira, podemos perceber que existe interesse na população em prestigiar os eventos promovidos pela BMA, e sua divulgação tem um enorme peso nesse sentido. No entanto, não se faz possível a estimação do aumento ou não da frequência corriqueira nos espaços da Biblioteca, já que os dados coletados compartilhados mostram valores mensais, não nos permitindo verificar dias específicos, como datas que houveram feiras ou apresentações artísticas.

Não há dados que consigam relacionar ou prever se o indivíduo que comparece aos eventos da BMA retorna posteriormente para usufruir do acervo, se tornando assim parte da comunidade usuária.

8 DISCUSSÃO

Retornando ao problema de pesquisa exposto no tópico 1.1 e utilizando como exemplificação ao estudo de caso realizado na BMA, temos instrumentos seguros para refletir sobre a pergunta: *como os princípios da bibliodiversidade podem ser utilizados no desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas, e quais são os desafios para aquisição e disponibilização de acervos bibliodiversos na contemporaneidade?*

Assim como Cunha (2003, p. 68) nos apontou as funções tradicionalmente associadas a bibliotecas públicas, é a partir desses elementos (educação, informação, cultura e lazer) que conseguimos compreender que a BMA cumpre um papel importante e se mostra atenta às novidades, estabelecendo ações para ampliar o acesso à diversidade literária. Os bibliotecários pesam os desejos da comunidade leitora quando repassam suas necessidades informacionais adiante e transformam essa procura em aquisição de obras e organização de eventos; no entanto se deparam com burocracias que impedem algumas empresas de atenderem os pedidos de compras, gerando uma reflexão que vai ao encontro da ideia de Gilles Colleu (2007) e outros editores independentes sobre as políticas de precificação de livros.

O autor aponta que “a força dos pequenos novos editores mais interessantes está em sua inteligência do sistema e em sua capacidade de inventar combinações originais de recursos, no interior e à margem do sistema” (COLLEU, 2007, p. 72). No entanto, suas capacidades criativas são limitadas pelas barreiras burocráticas que a Administração Pública impõe. Podemos dizer que se queremos ter todas as editoras, as grandes e as menores, devemos estabelecer um nível justo de competição. Quanto a esses critérios, reuniões e interesses advindos dos setores financeiros e jurídicos da SMC poderiam sanar esse desnível e garantir que as editoras não sejam escolhidas apenas por meio de programas de fomento.

É notável nos profissionais da instituição o enfoque no multiculturalismo, em que procuram assumir uma posição favorável à pluralidade dos acervos. Com a pesquisa, percebe-se que a instituição, segundo os incisos I, II e III descritos no artigo 4º da Lei nº 15.052, cumpre sua missão quanto a “identificar, adquirir, organizar e manter acervos e coleções de significativo valor histórico e cultural para a cidade de São Paulo”, conforme o inciso I (SÃO PAULO, 2009, p. 1). O fato de a Supervisão de Acervo possuir orçamento próprio corrobora com a ideia de que há uma valorização no “desenvolvimento desses acervos e serviços que respondam às necessidades de informação da população”, como pontuado no inciso II (2009, p. 1). Quanto ao inciso III, sua implementação é mais devagar, ainda que haja a tentativa de

contratação de empresas para higienização de todo o acervo, pois há preocupação com seus itens e a saúde de seus usuários.

A ideia de Suaiden (1980, p. 3) sobre a prestação de serviços informacionais por bibliotecas públicas ser uma “missão indeclinável do Estado” combina com a ideia do acesso irrestrito ao conhecimento, sendo parte essencial da formação de comunidades democráticas. Isto se assemelha ao que diz Becerra (2017) ao tratar sobre o cenário da política literária no Chile dos anos 1990, em que as edições independentes podem ser tidas como um processo correlato ao restabelecimento democrático do país. Portanto, é possível supor que há uma correlação entre o livre acesso à informação e o aumento da visibilidade de temas tidos como “menos importantes” e de editoras menores, conseguindo assim oferecer oportunidade a todas as vozes e atores sociais. Portanto, a existência de editais e da política de desenvolvimento de coleções da BMA busca a garantia da valorização igualitária de editoras consagradas com vários selos e de editoras independentes, buscando a remoção de restrições culturais, políticas e sociais que ainda existem no pensamento do Brasil, que consideram o livro como um bem simbólico e cultural – distanciando-se assim de políticas conservadoras que entendem as edições e os livros como bens materiais quaisquer, sendo estes passíveis de taxações altas, prejudicando o acesso à leitura pela sociedade.

Para a Aliança Internacional dos Editores Independentes (2014b), o termo “bibliodiversidade” tem origem no conceito de biodiversidade, buscando a pluralidade crítica de produtos disponibilizados ao público; ou seja, a bibliodiversidade diz respeito à variedade de representações e de conteúdo das obras, evitando a uniformização dos catálogos e procurando garantir a multiplicidade cultural – garantir a representação completa da gama editorial do país permite a diversidade de manifestações, objetivo este que deve ser de toda biblioteca pública. No mesmo texto em que a Aliança Internacional dos Editores Independentes compara os termos ‘biodiversidade’ com ‘bibliodiversidade’, ela pontua que para garanti-la, não é suficiente que se compre livros de grandes editoras que possuem certa diversidade editorial, mas sim que se valorize e consuma as produções dos editores independentes.

No tópico 3.4, perguntamos de diversas maneiras como poderíamos garantir a bibliodiversidade nas bibliotecas públicas. A resposta que encontramos é múltipla e formada de algumas atitudes, quais sejam: considerar os desejos dos usuários, pesquisar em catálogos e estar atento às temáticas com mais recorrência em discussões políticas, culturais e ambientais; organizar parcerias com setor de eventos ou organizá-los com objetivo de angariar trocas de experiência e também de materiais; promover atualizações periódicas de seu acervo; focar em exposição e indicação de materiais para seu usuário a fim de apresentar novidades e

proporcionar ampliação de seus conhecimentos. Em tempo, devemos sempre estar atentos quanto à missão da biblioteca, pois existem espaços cujo acervo é temático – portanto seu foco permanecerá no tema, mas como biblioteca pública há de oferecer os livros clássicos e teorias científicas consagradas.

Não esqueçamos do PMLLLB, pois ele busca a democratização do acesso ao livro, à literatura e à informação no município de São Paulo. Sua implementação é um exemplo da importância da bibliodiversidade, tendo esse conceito crescido para os setores públicos relacionados ao livro e à literatura. As premissas do Plano Municipal do Livro e sua relevância para as bibliotecas públicas refletem nas tentativas da BMA e de outros espaços de incentivar editoras menores e independentes, estimulando assim a bibliodiversidade, debatendo e promovendo-a, procurando tornar a cidade um espaço que fomenta a literatura não hegemônica.

É digno de nota a pesquisa de público descrita no tópico 6.2.2. Embora o estudo seja importante, como a diversidade é ainda um tema novo, o instrumento precisa ser repensado de modo a incorporar as variáveis relativas à diversidade, auxiliando a manutenção do acervo da BMA. Com as perguntas atuais, não é possível saber quais tipos de materiais os usuários querem, quais literaturas e temáticas lhes interessam mais, não colaborando para organização de estratégias para futuras compras.

Sobre o plano de metas, é interessante observar que a busca pela ampliação da diversidade de acervo e outros serviços na BMA aparece na Ação Geral da publicação no DOESP, o que nos mostra que existe, acima das metas específicas, uma determinação de considerar imprescindível o pensar sobre a diversidade. Colaborando com essa demanda, destacam-se as ações de setores distintos que visam objetivos similares, em organizar eventos mais representativos e multiculturais, e investir no crescimento do acervo, adquirindo materiais provenientes de uma multiplicidade de editoras, com temáticas diversificadas.

Para mensurar a bibliodiversidade nas bibliotecas públicas, é indispensável o olhar sobre o desenvolvimento de coleções e quais são as diretrizes nas quais a instituição se pauta. No caso da BMA, percebemos que todas as etapas descritas por Vergueiro (1989) vêm sendo cumpridas, desde o estudo de comunidade até o momento da avaliação. A Política de Desenvolvimento de Coleções da BMA cita Vergueiro (1989) e Evans (2000) e contém as regras e diretrizes para auxiliar a tomada de decisões relativas à formação do acervo, em que se registram os critérios para seleção de todos os tipos de materiais nos diferentes suportes informacionais. Vale explicar que da mesma forma que a PDC da Biblioteca cita teorias formuladas no final do século XX e as utiliza como base para realizar seu trabalho de constituição e manutenção de acervo, este trabalho também optou por descrever as etapas do

desenvolvimento de coleções segundo a teoria mais difundida até os nossos dias, que pode não contemplar as novas necessidades informacionais e as demandas da biblioteca pública e de seu público na segunda década do século XXI. O mesmo ocorre com a escolha do referencial teórico sobre bibliotecas públicas, em que optamos por uma linha mais tradicional na reflexão sobre o papel social das bibliotecas públicas.

Percebemos a necessidade de mais mediação e de atividades que estimulem o hábito e o contato com a leitura, notando um certo distanciamento de ações pensadas para a divulgação da Biblioteca, de artistas por um lado e do acervo por outro. Se houvesse melhora nessa comunicação, a instituição teria ainda mais razões para permanecer em um patamar de unidade cultural completa. Suaiden (1980) defende essas atividades como grandes responsáveis pela formação de hábitos de leitura nas comunidades e como principal fonte propulsora para o mercado editorial.

Não podemos também deixar de repreender também as barreiras burocráticas que impedem que algumas editoras sejam fornecedoras de livros para a BMA. No Relatório de Gestão do SAQ em 2020 foram listadas as justificativas de desistência por parte das editoras que não participaram do processo de aquisição, relativo ao chamamento de 2020. São elas: inexistência ou pendências em algum dos documentos de regularidade fiscal municipal (três editoras); a necessidade de cartas de exclusividade (sete editoras); inexistência de ou irregularidades na conta de pessoa jurídica no Banco do Brasil (duas editoras); optaram por realizar a venda por distribuidoras (cinco editoras); alegaram não ser lucrativo e/ou não poder assumir custos (entrega dos materiais, emissão das declarações de exclusividade etc.) (três editoras). Portanto, é desanimador constatar que 20 editoras não participaram do edital de 2020 – claro que não podemos culpar exclusivamente da burocracia, mas é frustrante pensarmos que 11 delas são editoras que têm como missão a bibliodiversidade e que esses livros não chegarão às prateleiras da maneira tradicional, dependendo de doações ou compras realizadas com dinheiro disponível de contrapartida.

Além destes impasses, cabe pontuar que o SAQ faz a ponte entre as indicações das coleções e o setor de Tratamento de Informação, cujo procedimento de seleção é passível de crítica nos casos em que uma determinada coleção faz o pedido de uma obra que não recebe, sob a justificativa de tal obra não se encaixar em algum critério desse setor – isto ocorre pois a decisão final sobre o encaminhamento das obras é do Tratamento de Informação.

Focando agora nos dados numéricos, analisaremos a recolhida de dados da CIRC, a fim de determinarmos se há interesse por parte de seus usuários nas temáticas bibliodiversas. Inicialmente, pontuamos que devido à Classificação Decimal de Dewey ser mandatória para a

catalogação dos livros das bibliotecas do município de São Paulo e seu vocabulário controlado estar defasado, os livros, principalmente com a temática LGBT, aparecem apenas com a classificação referente à literatura a qual país ele pertence, explorando muito pouco o assunto do livro ficcional, e por consequência dificultando nosso olhar para o crescimento deste acervo e sua demanda pelo usuário. Isto também ocorre com a literatura periférica ou marginal, que é absorvida pelas categorias abrangentes da literatura ou de questões sociais, caso seja de cunho teórico.

Por meio de relatórios e análise de dados, se percebe a preocupação em atender os desejos dos usuários, mantendo no horizonte a compra de *best-sellers* e dos clássicos literários que ainda se configuram como os maiores interesses dos usuários da CIRC. Sobre as indicações do público, das 65 sugestões recebidas, os assuntos mais pedidos são: materiais sobre saúde, livros *best-seller* ou séries de livros, obras ficcionais estadunidenses, teorias e obras de escritores já conhecidos mundialmente (Theodor Adorno, Clarice Lispector e Paul Ricoeur, particularmente) e livros motivacionais.

A régua que mede as indicações dos usuários e a seleção feita pelas coleções da BMA precisa se manter equilibrada, pois é dever da biblioteca pública não temática oferecer uma gama de opções de leitura, permitindo ao usuário uma visão abrangente do que lhe interessa. Portanto, não é possível também nos basearmos apenas nas sugestões dos usuários que preenchem o formulário, pois estes representam uma porcentagem muito baixa perante a todos frequentadores da instituição.

Sobre o edital de chamamento público, chamamos a atenção para a possibilidade de a própria editora sugerir os livros para a avaliação do setor, invertendo o sentido protocolar da negociação da compra de materiais. Isso pode oferecer uma visão mais ampla do catálogo da editora e também a divulgação de obras não tão difundidas, contribuindo, de certa maneira, com a bibliodiversidade dos acervos.

No entanto, apesar da boa intenção em reunir as editoras para realização dessa compra em grandes proporções, perde-se a gerência na ação da seleção, etapa fundamental para o desenvolvimento de coleções. É compreensível que, no auge da pandemia de Covid-19, agir nesse sentido sugere a preocupação com a manutenção da atualidade do acervo e a expectativa do público quanto à reabertura e oportunidade de retomada das atividades de empréstimo – todavia não há como mensurar o interesse do público da Biblioteca Mário de Andrade de forma direta. Isto então se constitui como um experimento para a renovação do acervo, com possibilidades de boa devolutiva (números de consulta e empréstimos) ou não, ocasionando futuramente o desbaste de alguns desses títulos devido à falta de espaço físico e à procura,

registrada no setor de circulação, por outros títulos que podem ser contemplados quando seguimos o fluxo tradicional do processo de aquisições. A compra de novos exemplares não deve se pautar em simplesmente “inflar” o acervo, mas sim na preocupação genuína em conhecer o perfil do público-leitor.

Em nossa análise do número de empréstimos e consultas num período de três meses (entre julho e outubro de 2022), constatamos que, em termos de questões políticas que se traduzem na busca da bibliodiversidade, a questão da negritude consegue uma capilaridade muito maior na sociedade do que as questões de gênero ou sexualidade – isso possivelmente se dá pelo fato de a questão racial estar no cerne da criação de uma visão de Estado brasileiro, como é discutido por diversos teóricos do nosso país.

Para a bibliodiversidade, o tema da raça, da negritude e da luta antirracista é um pilar sólido, de extremo valor, em que é necessário ampliar o espaço para que mais vozes negras possam ser ouvidas. Dentre os autores das obras mencionados e que aparecem nos livros reservados na CIRC, temos um autor japonês, um historiador brasileiro conhecido, duas mulheres negras e dois homens negros, com temas que abordam o preconceito, o reconhecimento histórico e a luta pela igualdade racial e de classe. Tudo é muito significativo para refletirmos sobre a necessidade de a sociedade publicar, valorizar, ler e premiar esses autores, considerando ainda que seus títulos são conhecidos pelo público leitor mais atento e geram interesse e engajamento.

Complementando este nosso diagnóstico, fizemos a nuvem de palavras considerando e buscando relacionar a representatividade do acervo com termos que possam ser aliados da bibliodiversidade. Termos como “toni morrison” (13 ocorrências), “torto arado” (nove), “umbanda” (oito), “negro” (oito), “negra” (11), “carolina maria de jesus” (cinco ocorrências) aparecem com menor frequência, mas condizem com as impressões coletadas sobre a crescente busca por temas raciais e escritoras mulheres que vem ocorrendo na BMA, descritas nos tópicos anteriores.

Em nossas análises sobre o crescimento do acervo e as exposições de livros, percebemos que há uma tendência para a ampliação das temáticas e das editoras mencionadas no tópico 7.1.6, e os livros expostos nas três exposições analisadas favorecem a ideia de que atualmente há uma busca por leituras de cunho racial, com protagonistas negras e escritores engajados em conquistar seu lugar nas escolhas e preferências dos leitores.

Por fim, nos deparamos com os quatro eventos em destaque, escolhidos por seu caráter diverso e plural, buscando dar visibilidade para artistas conhecidos e apresentar outros, promover o encontro de diversas linguagens, procurando agregar as diferenças de gostos,

culturas e vivências em espaços próximos, provando que é possível apresentar a diversidade com menos exclusões e mais riqueza. Dentre os temas bibliodiversos que citamos no Quadro 1, percebemos que a programação cultural tem focado em debates raciais, linguagens e expressões ligadas à periferia e representatividade LGBTQIAPN+ nos âmbitos culturais, trazendo outros debates além de acerca do feminismo e da cultura afro-brasileira, o que não necessariamente reflete nas escolhas dos usuários do acervo, que a cada ano têm procurado mais sobre esses tópicos.

Em resumo, os princípios da bibliodiversidade contribuem para a gestão de coleções:

- a) incentivando a aquisição de materiais *diversos* em todas as acepções – de diversidade cultural, temática, editorial, racial etc.;
- b) estimulando os bibliotecários e os profissionais das instituições públicas a se manterem atentos a novas preocupações e debates sociais, podendo assim proporcionar acervos constantemente atualizados e que dialoguem de maneira ampla com seus usuários;
- c) contribuindo para a organização de acervos com mais publicações de editores independentes, com isso incentivando a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de seus materiais;
- d) conscientizando os profissionais da Biblioteconomia acerca da necessidade de estudos estatísticos e inventários sobre o acervo, com avaliações periódicas dos itens que o compõe;
- e) incentivando as instituições a organizar eventos com editoras, propiciando desta forma doações de materiais de diversas temáticas;
- f) movimentando os setores de atendimento e acervo para realização de estudos de usuários a fim de comprovar a heterogeneidade ou não de seu público, para então adquirir materiais condizentes às suas necessidades informacionais.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu entender e refletir sobre a contribuição dos princípios da bibliodiversidade para o desenvolvimento de recursos informacionais em bibliotecas públicas contemporâneas. Buscamos analisar os desafios e as estratégias para gestão de aquisições, considerando a formação, manutenção e o engrandecimento de acervos.

Observa-se o aumento da preocupação com as temáticas da “diversidade” e “inclusão”, em que recentes discussões sobre os tópicos vêm ganhando espaço nas universidades – o que ocorre também com a bibliodiversidade, termo a princípio restrito a questões editoriais e seu mercado complexo. Nesta perspectiva, percebemos também a preocupação de boa parte da sociedade em discutir e permitir reconhecer outras vozes não tradicionais. Deste modo, é lógico pensarmos que algumas bibliotecas públicas, que devem refletir as mudanças de pensamento e moldar a interesses da comunidade leitora, procurem mudar ou repensar a forma como selecionam e disponibilizam seus materiais, passando a se apropriarem do termo, aplicando a bibliodiversidade na perspectiva da formação de coleções.

Utilizamos como metodologia e instrumento de coleta de dados uma pesquisa qualitativa amparada em um estudo de caso realizado na Biblioteca Mário de Andrade, a fim de observarmos as mudanças de diretrizes e a valorização da bibliodiversidade. Analisamos dados de aquisições, do sistema de empréstimos, legislações, dados preliminares de gestão, a política de desenvolvimento de coleções da instituição e eventos para compreendermos nosso objeto de estudo.

Para atingirmos esse entendimento, definiu-se três objetivos específicos. O primeiro consistiu em descrever uma síntese dos princípios que norteiam as dimensões da bibliodiversidade, em que verificamos o termo historicamente e suas dimensões que constantemente se ampliam, abordando as discussões de bibliotecários nas reuniões de comissão para desenvolvimento de coleções, nos espaços coletivos, nos eventos gratuitos organizados para agregar manifestações culturais plurais. A bibliodiversidade se nutre de outros conceitos ligados à ideia de diversidade, mas mantém uma independência: os editores que cunharam este conceito o veem como um elemento que favorece as outras diversidades no espaço editorial, um pressuposto que garante a presença da diversidade de gênero, cultura, raça e política na produção editorial.

Cumprindo o segundo objetivo específico, utilizamos textos prestigiados da área de desenvolvimento de coleções (ou de recursos informacionais) para segmentarmos as fases indissociáveis do processo de gestão de acervos.

Em nosso terceiro objetivo, procuramos sistematizar e discutir como os princípios da bibliodiversidade podem contribuir para o aprimoramento na área de formação e manutenção de acervos. Percebemos que seus princípios podem servir como ferramentas para democratização do acesso à informação, além dos desafios e tarefas que as instituições e seus profissionais devem enfrentar para instituir uma política de acervo heterogênea, pensando na representatividade e inclusão de autores e catálogos diversificados, mas sempre pautada nas necessidades dos usuários e na missão da instituição. Tais princípios também permitem lutar pela desburocratização das aquisições, propiciando que pequenas editoras tenham as mesmas chances de ingresso no acervo que as editoras maiores, e propiciam o investimento na programação de atividades mediadoras que estimulem e atraiam mais pessoas para a biblioteca, proporcionando o contato com a leitura de usuários já habituados com a leitura e de outros que podem desenvolver o exercício da prática leitora.

Com isso, se confirma a hipótese deste trabalho de que a adoção dos princípios da bibliodiversidade em acervos de bibliotecas públicas, juntamente com o estudo da comunidade de usuários, pode contribuir para o aprimoramento de estratégias de seleção e gestão de acervos. Os desafios para aquisição e disponibilização de acervos bibliodiversos na contemporaneidade são ancorados na necessidade de estudos de usuários com enfoque na formação de acervo; na busca estatística de empréstimos, nas consultas da instituição; na problemática da aquisição utilizando os instrumentos públicos de licitação ou inexigibilidade; nos resultados de buscas em fontes de informação ainda desatualizadas; e na apropriação da informações por meio de ações dialógicas entre a biblioteca e os usuários.

Há também os desafios externos à vontade das bibliotecas públicas: melhorias em políticas de inclusão e na Educação Básica, investindo na apresentação da diversidade de autorias, pautadas na valorização do país e dos pensamentos renegados pelo cânone literário e pelos espaços acadêmicos; a descolonização das mídias e abertura para reparação dos apagamentos da cultura ancestral negra, indígena, dos movimentos feminista e LGBTQIAPN+, viabilizando lutas antirracistas e pró-diversidade, igualdade de gênero e respeito às sexualidades.

Os instrumentos de coleta dos dados para o estudo de caso na Biblioteca Mário de Andrade nos permitiram olhar para as práticas que nos levaram à escolha dessa instituição. Baseando-nos em dados do acervo circulante (indicações de usuários, obras mais emprestadas

e consultadas, pesquisas no catálogo on-line, crescimento de acervo e exposições de livros), na política de desenvolvimento de coleções, nos planos de meta do equipamento cultural, nas estratégias e relatórios de seu Setor de Aquisições e nos eventos pela promoção da diversidade, percebemos que ainda faltam dados relativos às demandas dos usuários para melhor justificar suas ações e seus investimentos. Literaturas e teorias afro-brasileiras e escritas de mulheres negras têm sido uma temática de crescente interesse aos usuários da Biblioteca Mário de Andrade, diferentemente de livros de editoras de poesia e prosa marginal que ainda aguardam a ampliação de seu público usuário.

As demandas legais estão em andamento, com os setores reunindo forças para seguir com democratização da totalidade dos conhecimentos, oferecendo espaço para os saberes diversos e procurando cumprir o papel social da biblioteca pública; no entanto, nos faltam mais dados, que deveriam ser trabalhados em conjunto com os dados dos setores de atendimento e de acervo, resultando no recolhimento de devolutivas concretas de quem os utiliza, revelando quais lacunas devem ou não ser preenchidas nessa gestão de coleções e quais são as prioridades do acervo da instituição, na perspectiva do público.

Em pesquisas futuras, deve-se continuar incentivando trabalhos acadêmicos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, buscando temas atuais e mantendo a humanização desses conhecimentos, relacionando-os com debates e tópicos sociais e culturais, assim como aprimorar a busca pela multiplicidade cultural em todos os aspectos das instituições culturais para atingir a bibliodiversidade, construindo um patrimônio público literário preparado para debates com cada vez menos amarras.

REFERÊNCIAS

ACERVOS. **Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3VsytYE>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. TED: o perigo de uma história única: Chimamanda Adichie: dublado em português. **YouTube**, San Francisco, 3 ago. 2014. 18min46s. Disponível em: <https://youtu.be/qDovHZVdyVQ>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ALIANÇA INTERNACIONAL DOS EDITORES INDEPENDENTES. **80 recommendations and tools in support of bibliodiversity**. Paris: Aliança Internacional dos Editores Independentes, 2014a. Disponível em: <https://bit.ly/3XAHVdR>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. **Declaração internacional dos editores e editoras independentes 2014**: para manter viva e fortalecer juntos a bibliodiversidade. Paris: Aliança Internacional dos Editores Independentes, 2014b. Disponível em: <https://bit.ly/3VoAMvX>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Presentations and orientations. **International Alliance of Independent Publishers**, Paris, 4 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3VIOHMW>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BALANÇO político da 14ª Primavera dos Livros: brasileiros e argentinos vão criar um índice de bibliodiversidade. **Associação Nacional de Livrarias**, São Paulo, [2009]. Disponível em: <https://bit.ly/3F4LzFu>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular**: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2004.

BECERRA, Rafael Farías. Editoriales independientes en Chile: una política “literaria” del escritor-editor. **IdeAs : Idées d’Amériques**, Aubervilliers, n. 9, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3EHNO02>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BIBLIOTECA Mário de Andrade renova acervo comprando de 77 editoras. **Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3XBHfVu>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 31 out. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3U164m2>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Casa Civil. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 4, 5 set. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3OOmClc>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Secretaria Especial da Cultura. **Caderno do PNLL**: edição atualizada e revisada em 2014. Brasília, DF: Secretaria Especial da Cultura, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3VCed6w>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **No lugar da leitura**: biblioteca e formação. Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2015.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal.

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 113-130, mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FhVeJ4>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CENTRO Cultural: história. **Centro Cultural São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3AM11UN>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Entrevista concedida a Sérgio Teichner, Lúcia Neíza e Dayse Perelmutter para o Projeto Memória Oral da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3XBHDnd>. Acesso em: 30 nov. 2022.

COLL, Constanza Symmes. Editar (en) el Chile post-dictadura: trayectorias de la edición independiente. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, Aubervilliers, n. 2015, p. 1-16, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3VpA3Kk>. Acesso em: 30 nov. 2022.

COLLEU, Gilles. **Editoras independentes: da idade da razão à ofensiva?** Tradução de Márcia Atália Pietrolungo. Rio de Janeiro: Libre, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3AHXN4z>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CUNHA, Vanda Angélica da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **Biblios: Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología**, Tacna, v. 4, n. 15, p. 67-76, abr./jul. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3GNR9gL>. Acesso em: 30 nov. 2022.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; VIÁ, Sarah Chucid da. **Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

DUARTE, João Ferreira. Cânone. **E-Dicionário de Termos Literários**, Lisboa, 29 dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3XzKb5i>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ENTREVISTA de Rubens Borba de Moraes: parte 1/6. Entrevistadores: José Mindlin, Aracy Amaral e Etelvina Lima. Entrevistado: Rubens Borba de Moraes. São Paulo: MIS, 18 set. 1981. CD-ROM. Disponível em: <https://bit.ly/3XAvfDW>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ESQUENTA Primavera São Paulo. **Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3V70KE3>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. A mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 67-81, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3XK5wZM>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. O lugar da literatura sul-rio-grandense no contexto das bibliotecas escolares e públicas do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UI85yv>. Acesso em: 30 nov. 2022.

EVANS, Edward Gayle. **Developing library and information center collections**. 4. ed. Exeter: Libraries Unlimited, 2000.

FALA Miolo(s). **Feira Miolos**, São Paulo, 12 out. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3igwHv3>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FARIAS, Ismael Cruz de. **Concentração editorial: a problemática da qualidade dos catálogos**. 2014. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio

de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3XB3v1I>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Desenvolvimento e avaliação de coleções. In: _____. **Metodologias para promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel; APB, 1990. p. 31-44. Disponível em: <https://bit.ly/2IzRchI>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GIMENES, Miriam. ‘Mário de Andrade é o maior intelectual que o Brasil já teve’, afirma o diretor da biblioteca que leva o nome do modernista, Jurandy Valença. **Agenda Tarsila**, São Paulo, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3XBHOP6>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HISTÓRIA da Biblioteca Mário de Andrade. **Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3XxI9IU>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HISTÓRICO do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3AOFbjr>. Acesso em: 30 nov. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração da IFLA sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual**. Haia: IFLA, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3F4LIsw>. Acesso em: 30 nov. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022**. The Hague: IFLA, 2022.

II FESTIVAL Mário de Andrade divulga programação com debates, shows e peças gratuitas entre os dias 21 a 23 de outubro. **Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3tYHSer>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (ed.). **Diretrizes da Ifla sobre os serviços da biblioteca pública**. Tradução de Célia Heitor. 2. ed. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3U9i8GH>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito, Sérgio Alcides. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

MELLO, Taís. História resgatada. **Galeria da Arquitetura**, São Paulo, 1º out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3GO2tcN>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MENEZES, Raquel. Biodiversidade e democracia. **PublishNews**, São Paulo, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ELOv90>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Camila. A revolução de Mario de Andrade: o agitador que mudou o conceito de cultura no país é louvado 70 anos após sua morte. **El País Brasil**, São Paulo, 10 maio 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3OBb0Sm>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NEGRÃO, May Brooking. A evolução do departamento de bibliotecas públicas: 1907-1978. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 186-209, jul./dez. 1979. Disponível em: <https://bit.ly/3GNBrT1>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://uni.cf/2TsPK7X>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PREFEITURA de São Paulo apresenta primeira edição do Festival Mário de Andrade: a Virada do Livro. **Prefeitura da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2nf48BN>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PRIMAVERA em pleno outono paulistano. **PublishNews**, São Paulo, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3B9rZ95>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PROGRAMAÇÃO Enancib 2022: GT 12: informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades. **Enancib 2022**: XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3gDqtEQ>. Acesso em: 30 nov. 2022.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SANTOS, Júlia Alves. Bibliodiversidade: conceito e abordagens. *In*: SEMINÁRIO FESPSP 2017: INCERTEZAS DO TRABALHO, São Paulo, 2017. **Anais [...]**. São Paulo: FESPSP, 2017. p. 1-22. Disponível em: <https://bit.ly/2FSgCES>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SÃO PAULO (Cidade). Casa Civil. Decreto nº 45.090, de 5 de agosto de 2004. Regulamenta a sistemática para avaliação de desempenho dos servidores públicos da Administração Direta do Município de São Paulo, prevista no Título II da Lei nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 49, n. 148, p. 1, 6 ago. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3GRRIGG>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Casa Civil. Lei nº 15.052, de 7 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a reorganização da Biblioteca Mário de Andrade – BMA, da Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 54, n. 227, p. 1, 8 dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3i9Ht65>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Casa Civil. Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o pagamento aos fornecedores da Prefeitura do Município de São Paulo mediante crédito em conta corrente bancária. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 55, n. 15, p. 5, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3GNuIIR>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Casa Civil. Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015. Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 60, n. 236, p. 1, 19 dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3gF7vxN>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Casa Civil. Decreto nº 57.792, de 21 de julho de 2017. Regulamenta o artigo 7º da Lei nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015, que instituiu o Conselho do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 62, n. 138, p. 1, 22 jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ODerbj>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Casa Civil. Decreto nº 58.207, de 24 de abril de 2018. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Cultura, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica, bem como transfere cargos para o Quadro Específico de Cargos de Provimento em Comissão. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 76, p. 1, 25 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3F2N337>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Processo SEI nº 6025.2020/0006413-2. Edital SMC, de 24 de abril de 2020: convocação para sugestão de títulos para aquisição. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 65, n. 89, p. 26-27, 12 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3VtJAQB>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. A Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Área de Desenvolvimento de Pessoal, atendendo ao artigo 18 do Decreto nº 45.090/2004, publica o Plano de Metas 2021 dos departamentos que a compõem. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 66, n. 82, p. 34-40, 31 mar. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3GLg8BB>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Portaria SMC/BMA nº 12, de 30 de agosto de 2021. Institui a Comissão Interna de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Mário de Andrade. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 66, n. 170, p. 18, 31 ago. 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3gvJqcQ>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Portaria SMC/FTMSP nº 3, de 22 de março de 2022. Revoga o inciso III do artigo 1º e os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º da Portaria nº 4/FTMSP/2020, altera a Portaria nº 4/FTMSP/2020 e Portaria nº 1/FTMSP/2022 conforme especifica. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 67, n. 54, p. 13, 23 mar. 2022a. Disponível em: <https://bit.ly/3Ub0pid>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Processo nº 6025.2022/0002950-0. A Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Área de Desenvolvimento de Pessoal, atendendo ao artigo 18 do Decreto 45.090/2004, publica o Plano de Metas 2022 dos departamentos que a compõem. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, ano 67, n. 60, p. 44-47, 31 mar. 2022b. Disponível em: <https://bit.ly/3GMn8xW>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Secretaria Municipal de Cultura. Biblioteca Mário de Andrade. **Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Mário de Andrade (PDC-BMA)**. São Paulo: SMC, 2022c. Disponível em: <https://bit.ly/3U3Awko>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, Glênio Oliveira da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Michele Maria da. Estudo de caso único: uma estratégia de pesquisa. **Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 78-90, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GS0lB7>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Livros Irradiantes; MEC, 1980.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3VpPr9A>. Acesso em: 30 nov. 2022.

TARAPANOFF, Kira (org.). **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília, DF: IBICT; Unesco, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3XP3g3i>. Acesso em: 30 nov. 2022.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3gD5sdC>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

_____. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Ideia, 2009. p. 1900-1919. Disponível em: <https://bit.ly/3F4tibz>. Acesso em: 30 nov. 2022.

_____. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, set./dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3OEtlht>. Acesso em: 30 nov. 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A – Termo de Doação

BIBLIOTECA
MÁRIO
DE ANDRADEPREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE
TERMO DE DOAÇÃO

Eu, _____, portador(a) do documento nº _____
(RG ou CPF), telefone () _____, e-mail _____, declaro ceder à
Biblioteca Mário de Andrade, sem quaisquer restrições, a plena propriedade do material doado, cujo
título é _____ e autoria de _____.

Declaro que tenho ciência de que o aceite do material será de acordo com os critérios de seleção
previamente elencados pela Biblioteca Mário de Andrade, assim como aceito o seu destino no âmbito
das coleções da instituição. Caso o mesmo não seja incorporado ao acervo, poderá ser repassado para
outras instituições ou ser descartado. Também estou ciente de que o item doado não será devolvido.

São Paulo-SP, ____ de _____ de ____.

Assinatura | Doador(a)

Assinatura | Coordenador de Coleção

Assinatura | Coordenação de Aquisições ou Supervisão de Acervo

ANEXO B – Modelo de memorando

BIBLIOTECA
MÁRIO DE
ANDRADE

Memorando nº ____/2022 – AQUISIÇÕES | SACE São Paulo-SP, ____ de _____ de 2022.

À (nome da instituição)

Nome do responsável

Endereço:

Redes sociais:

Assunto: Repasse de materiais

Informamos que nesta data foram enviadas ____ caixas, contendo _____ exemplares de livros, a serem repassados através de doação para a (nome da instituição).

Cordialmente,

_____.

Coordenação de Aquisições

Supervisão de Acervo

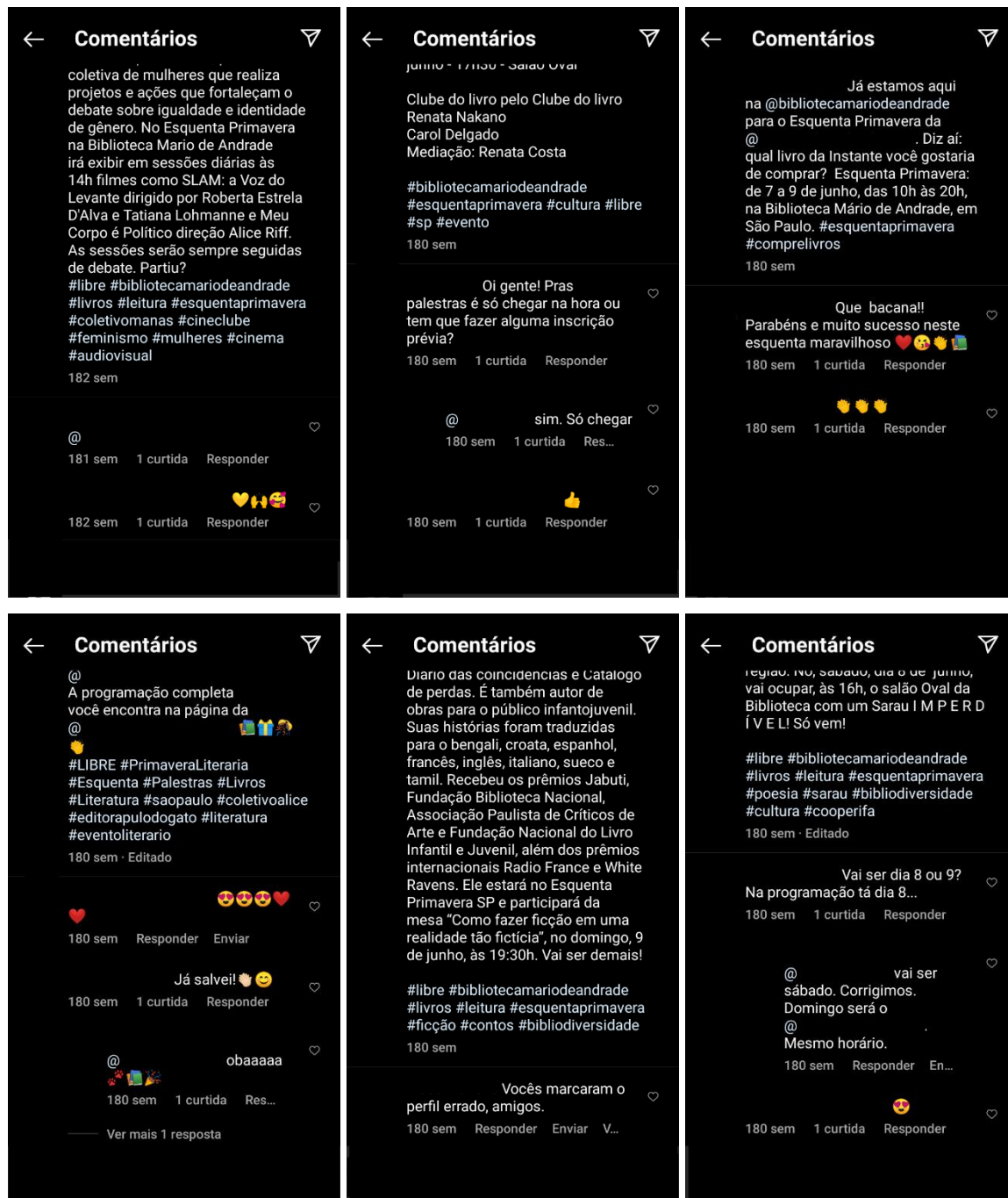
Biblioteca Mário de Andrade

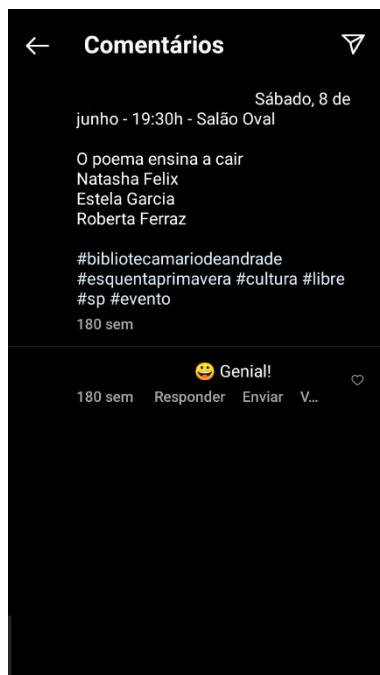
Recebido em ____/____/____

por _____.

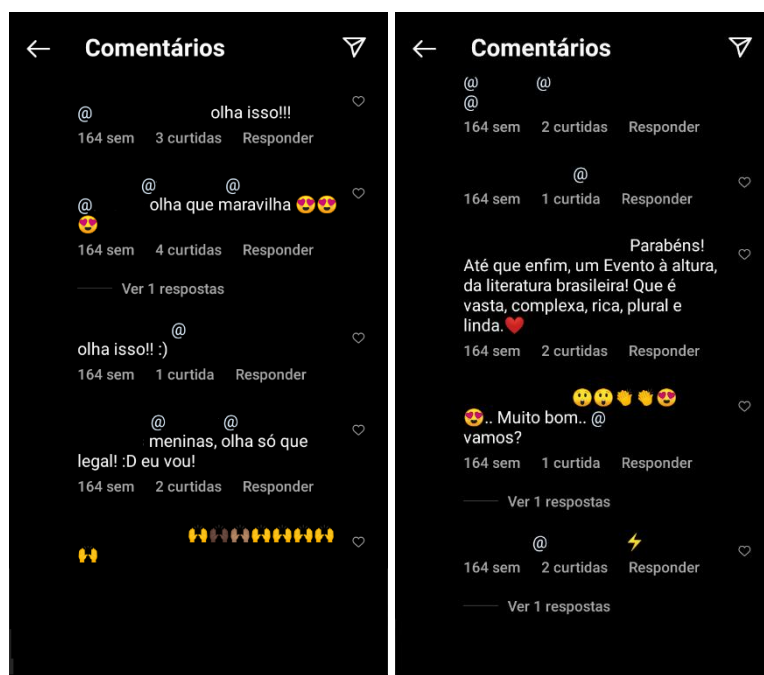
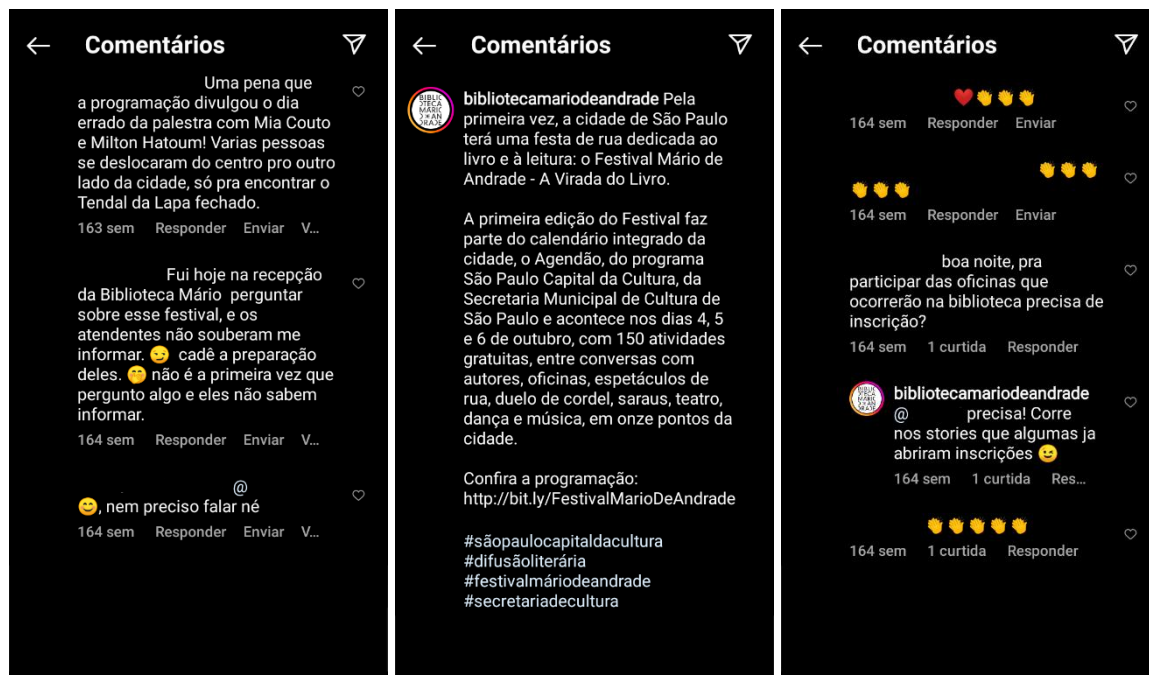
ANEXO C – *Prints* de comentários no Instagram

Esquenta Primavera 2019

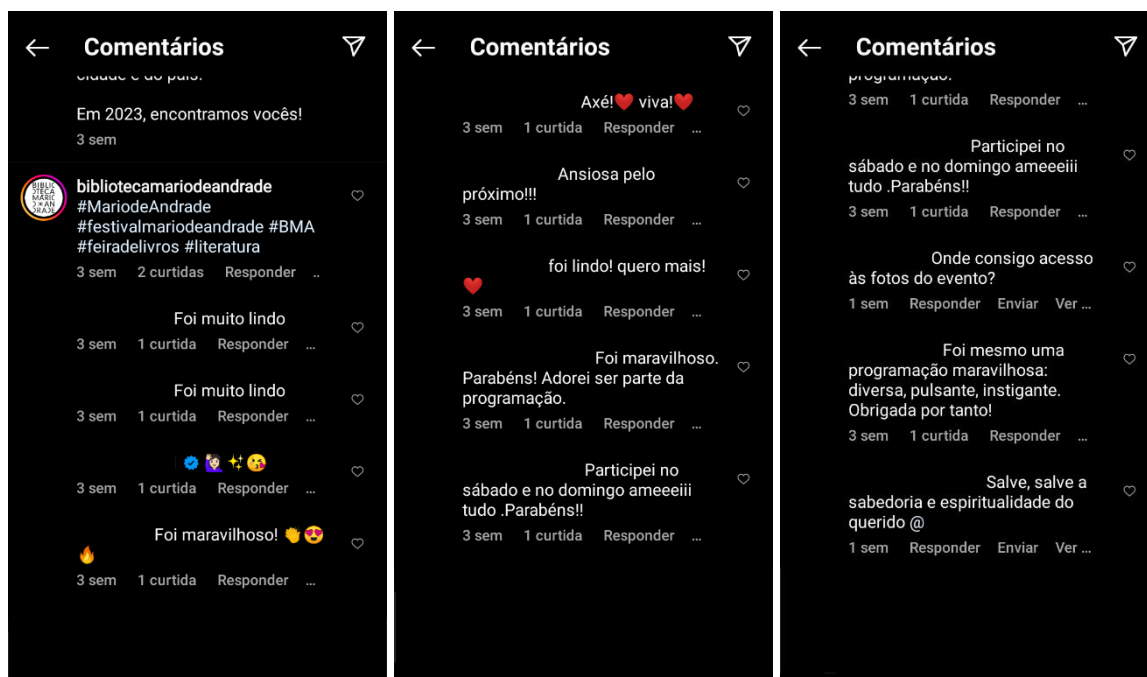




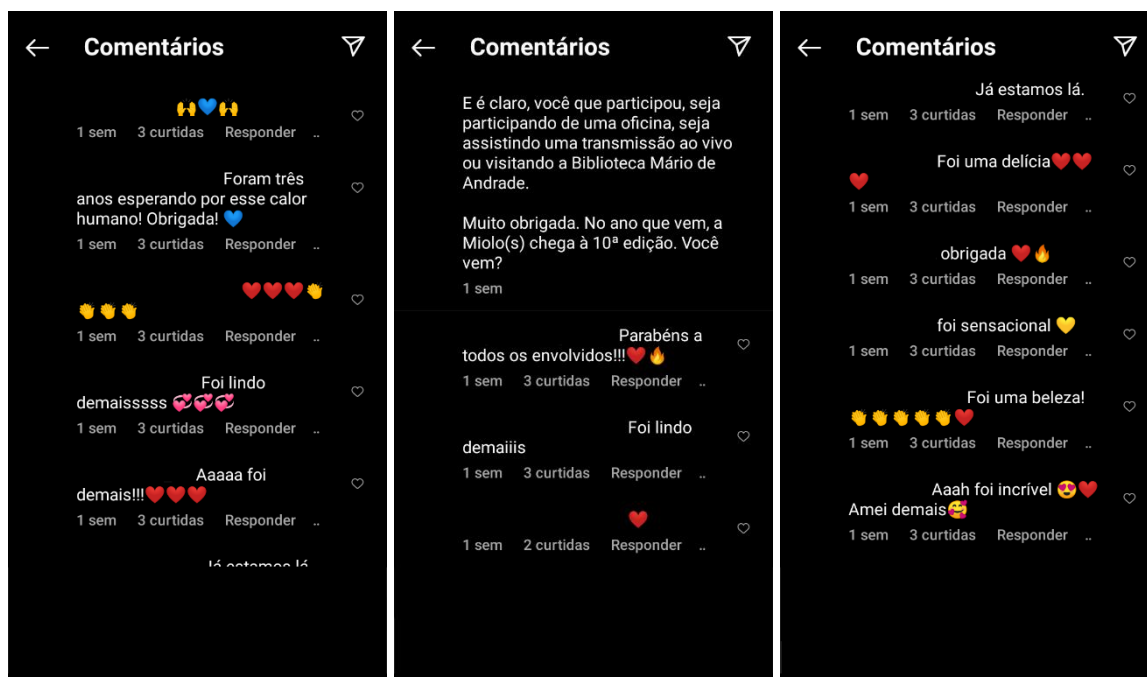
Festival Mário de Andrade 2019



Festival Mário de Andrade 2022



Feira Miolos 2022



ANEXO D – Termo de autorização da BMA como objeto de estudo



TERMO DE CESSÃO DE USO DE NOMENCLATURA E AUTORIZAÇÃO DE USO DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE COMO OBJETO DE ESTUDO EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Pelo presente e em consonância com o disposto na Lei Federal nº 9.610 de 19/12/1998, autorizamos a utilização da Biblioteca Mário de Andrade como objeto de estudo, bem como citá-la no trabalho acadêmico de conclusão de curso da aluna universitária:

Nome Completo: Marina Haussauer

Nº de sua inscrição na faculdade: 8567953

Nome do Curso: Biblioteconomia

Instituição: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Título do trabalho: Desafios da Gestão de Coleções em Bibliotecas Públicas na

Contemporaneidade: um estudo amparado nos princípios da Biodiversidade

Curso solicitante (Disciplina): Projeto experimental em Biblioteconomia II

Também, observamos que o referido trabalho é isento de qualquer ônus.

Declaramos ainda que:

- A obra acima mencionada é de legítima e exclusiva autoria e não viola nem infringe qualquer direito autoral existente, pelo qual refere-se à responsabilidade total da aluna solicitante;
- Caso venham a existir, concordamos com futuras publicações do trabalho, em versões impressa e/ou eletrônica. Nestes casos, tais publicações poderão ser utilizadas e reproduzidas apenas para fins acadêmicos e de estudo, com a devida menção às fontes utilizadas;
- Também, concedemos, por tempo ilimitado e em todo o território nacional, os direitos como parte integrante para publicação, impressão, reimpressão, atualização, exibição, reprodução, tradução do trabalho referido.

Esta autorização é válida a partir desta data.

Sem mais para o momento, firmamos o presente documento.

São Paulo, 18 de Novembro de 2022

Jurandy Valença Resiano
Diretor
Diretor da Biblioteca Mário de Andrade
CPF: 839.123.8

Biblioteca Mário de Andrade
R. da Consolação, 94 - República, São Paulo - SP, 01302-000
bma.sp.gov.br